



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**

LUANA DA SILVA RIBEIRO

**SUSTENTABILIDADE DAS PRÁTICAS EM
COMUNIDADE RIBEIRINHA: um estudo de caso na comunidade São Lázaro do
Município de Caapiranga – AM**

**MANAUS
2025**

LUANA DA SILVA RIBEIRO

**SUSTENTABILIDADE DAS PRÁTICAS EM
COMUNIDADE RIBEIRINHA:** um estudo de caso na comunidade São Lázaro do
Município de Caapiranga – AM

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da
Universidade Federal do Amazonas, como requisito para
obtenção do grau de mestre(a) em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia.

Orientador(a): Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

Linha de pesquisa: Questão Social, Direitos Humanos e Sustentabilidade

MANAUS
2025

Ficha Catalográfica

Elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

-
- R484s Ribeiro, Luana da Silva
Sustentabilidade das práticas em comunidade ribeirinha: um estudo de caso na comunidade São Lázaro do Município de Caapiranga-AM / Luana da Silva Ribeiro. - 2025.
103 f. : il., color. ; 31 cm.
- Orientador(a): Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Amazonas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Manaus, 2025.
1. Sustentabilidade. 2. Povos tradicionais. 3. Comunidade ribeirinha. 4. Comunidade São Lázaro. I. Chaves, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. II. Universidade Federal do Amazonas. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. III. Título
-

LUANA DA SILVA RIBEIRO

**SUSTENTABILIDADE DAS PRÁTICAS EM
COMUNIDADE RIBEIRINHA: um estudo de caso na comunidade São Lázaro do
Município de Caapiranga – AM**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas, sob a orientação do(a) professor(a) Dr. (a) Dr^a Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves como requisito para obtenção do grau de mestre(a) em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia.

Aprovada em 10 de abril de 2025.

BANCA EXAMINADORA

Prof.(a) Dr.(a) Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Presidente

Prof.(a) Dr.(a) Andreza Gomes Weil
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Membro Interno

Prof.(a) Dr.(a) Suzy Rodrigues Simonetti
Universidade do Estado do Amazonas – UEA
Suplente Externo

*À minha família, em especial ao meu esposo
Wander Júnior e ao meu filho Luiz Miguel.*

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer, primeiramente, a Deus, pois sem Ele nada disso teria acontecido, e obrigada A minha Nossa Senhora das Graças por caminhar comigo nessa jornada.

Agradeço à minha família e ao meu esposo Wander Júnior, por segurar a minha mão e ter me incentivado diariamente. Obrigada pelo apoio e companheirismo nessa jornada.

Agradeço ao meu filho muito amado Luiz Miguel, que chegou na minha vida transformando tudo: com você eu conheci o amor mais puro.

Aos meu pais, o Senhor Riza José e a dona Senhora Benedita, e a minha irmã Liana Maria, que me inspiraram a lutar bravamente diante das dificuldades. Obrigada pela semente que vocês plantaram em minha vida através do incentivo aos estudos. Continuarei me esforçando.

Ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia pela oportunidade de vivenciar e retomar ao espaço acadêmico com os melhores professores: uma verdadeira capacitação profissional. Porque é um espaço que envolve uma complexidade de saberes e propõe ao discente uma imersão na jornada do conhecimento.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, o meu muito obrigada, por existirem na minha formação acadêmica. Sinto uma alegria imensa de ter estado ao lado de professores excelentes: os senhores são inspirações na minha vida.

Meu agradecimento em especial à Professora Doutora Cristiane Bonfim Fernandez, pela troca incrível que tivemos na sala de aula, nas atividades da disciplina de Escrita Científica. E também à Professora Doutora Roberta Andrade, que é um ser humano valioso, acessível que sempre esteve à disposição para o aluno.

À minha ilustríssima Orientadora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, uma pessoa admirável. Obrigada pelas orientações, pelas valiosas contribuições no meu processo de formação e a amizade que construímos ao longo dessa jornada.

À turma do PPGSS de 2022: turma incrível. Foi um prazer conhecer vocês nesse espaço acadêmico.

Às amigas Edivane Souza, Keyseane Silva, Emily Ferreira, Maria Rodrigues, Silvana Vasconcelos e Cristiane Mar, que o PPGSS trouxe para minha vida e tornou a caminhada mais leve. Guardarei vocês no coração, jamais esquecerei as nossas partilhas, alegrias e conquistas.

À banca de avaliadora de defesa da dissertação, Professora Doutora Andreza Gomes Weil, Professora Doutora Susy Rodrigues Simonetti por estarem nesse momento mais importante da atividade acadêmica e profissional com contribuições riquíssimas.

À Universidade Federal do Amazonas por acreditar no ensino de qualidade, assumindo um compromisso com a sociedade. Nesse contexto, também a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação — PROPESP.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPQ, pela bolsa de pós-graduação na modalidade GM. Pois, sem os recursos não seria possível ter chegado a esse resultado.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas — FAPEAM, pela oportunidade de fazer ciência, e levá-la para as comunidades ribeirinhas do Amazonas.

Ao Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – PPGCASA, pela oportunidade de realizar a disciplina optativa: Território e Sustentabilidade, pelas discussões e debates que contribuíram para construção da pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social - PPGAS/UFAM, que pude experienciar outro universo, por meio das disciplinas optativas Gestão e Conservação da Biodiversidade em Territórios Indígenas, com rodas de conversas com profissionais que atuam em diversas frentes.

Ao Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia – Grupo Inter-Ação, um espaço profícuo de grande relevância para pesquisa. Obrigada, pela parceria Mestra Camila Nascimento, as meninas Ana e Andréia, a Euzimar Gonzaga, Gabriele Chagas, a Gabrielle Rodrigues, as Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, Doutora Agnes Camisão e Doutora Adriana Perez.

Ao Instituto Socioambiental – ISAC pela parceria e apoio e, também, à Igreja Cristo para todos, a Pastora Damares, Ester, Isabel e comunidade em geral que receberam os pesquisadores de portas abertas.

Por fim, à comunidade São Lázaro, por proporcionar a sua casa como espaço de pesquisa, por contribuir com a pesquisa e trazer novas ideias. Obrigada aos participantes da pesquisa que reservaram um tempo para responder às perguntas dos formulários: foram muito acolhedores.

*“A maioria das pessoas pensa que
só se vive em terra firme e não imagina que tem
uma parte da humanidade que encontra nas águas
a completude da sua existência,
de sua cultura, de sua economia
e experiência de pertencer”
Ailton Krenak - Futuro Ancestral*

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o enfrentamento da questão socioambiental a partir das práticas de sustentabilidade na comunidade ribeirinha: estudo de caso na comunidade São Lázaro do Município de Caapiranga – AM, localizada no interior do Estado do Amazonas. Assim, a pesquisa desdobra-se a partir da crítica ao modelo de produção capitalista na sociedade contemporânea e como esta se relaciona com a problemática questão socioambiental nas comunidades ribeirinhas. Nesse sentido, obteve-se como objetivos específicos: a) identificar as expressões da questão socioambiental enfrentadas em comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga–AM; b) conhecer as práticas de sustentabilidade desenvolvidas em comunidades ribeirinhas e c) apontar os desafios e possibilidades das práticas de sustentabilidade na comunidade ribeirinha. A metodologia adotada consistiu no materialismo histórico-dialético, compreendendo em sua totalidade e suas contradições, sendo de natureza da pesquisa: quantitativa e qualitativa. Uma pesquisa de campo com os representantes de grupos domésticos familiares da comunidade São Lázaro. Dessa forma, foram aplicadas técnicas e instrumentais durante a pesquisa de campo por meio de observação participante, formulários semi-estruturados, rodas de diálogos com a comunidade. Diante da análise dos dados obtidos na pesquisa, destacaram-se as práticas de sustentabilidade: a atividade de agricultura familiar como o manejo dos recursos naturais, produção de farinha de mandioca, dentre outras. Contudo, evidenciaram-se também as formas de trabalho e organização social no enfrentamento da questão socioambiental e a necessidade da efetivação e da formulação de políticas públicas para a comunidade ribeirinha.

Palavras-chave: Sustentabilidade; Povos Tradicionais; comunidade ribeirinha; comunidade São Lázaro.

ABSTRACT

This research had as general objective to analyze the confrontation of the socio-environmental issue from the practices of sustainability in the riverside community: case study in the community São Lázaro of the Municipality of Caapiranga - AM, located in the interior of the State of Amazonas. Thus, the research unfolds from the critique of the capitalist production model in contemporary society and how it relates to the socio-environmental issue in riverside communities. In this sense, it was obtained as specific objectives: a) to identify the expressions of the socio-environmental issue faced in riverside communities in the municipality of Caapiranga-AM; b) know the sustainability practices developed in riverside communities and c) point out the challenges and possibilities of sustainability practices in the riverside community. The methodology adopted consisted in historical-dialectical materialism, understanding in its totality and its contradictions, being of research nature: quantitative and qualitative. A field research with representatives of domestic family groups from the São Lázaro community. Thus, techniques and instruments were applied during the field research through participant observation, semi-structured forms, dialogue wheels with the community. Before the analysis of the data obtained in the research, sustainability practices were highlighted: family farming activity as the management of natural resources, production of cassava flour, among others. However, it was also evidenced the forms of work and social organization in coping with the socio-environmental issue and the need for the effectiveness and formulation of public policies for the riverside community.

Keywords: Sustainability; Traditional Peoples; Riverine Community; Saint Lazarus Community.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Malha hidrográfica do município de Caapiranga.....	44
Figura 2 - Frente do Município de Caapiranga.....	44
Figura 3 - Mapa do Município de Caapiranga.....	45
Figura 4 - Área de Jurisdição do Município de Caapiranga.....	46
Figura 5 - Sede do município de Caapiranga Ribeirinha.....	47
Figura 6 - Comunidade São Lázaro.....	47
Figura 7- Igreja São Lázaro da Comunidade.....	48
Figura 8 - Vista da Comunidade São Lázaro.....	53
Figura 9 - Mapa das Expressões da Questão Socioambiental.....	60
Figura 10 - Escola Municipal São Lázaro.....	61
Figura 11- Infraestrutura da Escola Municipal São Lázaro.....	62
Figura 12 - Coleta de Água.....	63
Figura 13 - Camburões de Água.....	63
Figura 14 - Tipo de Moradia do Ribeirinho.....	64
Figura 15 - Lateral da Casa de Palafita.....	64
Figura 16 - Centro Comunitário da Comunidade.....	67
Figura 17 - Casa de Produção de Farinha	70
Figura 18 - Horta da Comunidade São Lázaro.....	70
Figura 19 - Descarte dos Resíduos da Comunidade São Lázaro.....	73
Figura 20 - Fluxograma dos Desafios e Possibilidades da Comunidade São Lázaro.....	75

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Definição sobre o Ecodesenvolvimento.....	33
Quadro 2 – Práticas de Sustentabilidade na Comunidade São Lázaro.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Escolaridade dos Ribeirinhos de Caapiranga.....	61
Gráfico 2 - Tipos de organizações formadas pelos comunitários.....	67
Gráfico 3 - Tipos de Instituições Federais, Estaduais e Municipais Existentes na Comunidade.....	68

LISTA DE SIGLAS

CDB - Convenção da Diversidade Biológica

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPQ

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNUMAD/UNCED - Conferência das Nações Unidas Sobre o Meio ambiente e Desenvolvimento

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INRA - Institut National de la Recherche Agronomique

IPCC - Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas

ONU - Organização Mundial das Nações Unidas

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPGSS - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia

UICN - Estratégia Mundial para a Conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza

UNESCO - United Nation Educational, Scientific And Cultural Organization

WIRI BRASILL - World Resources Institutes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO I — A (IN) SUSTENTABILIDADE NA REALIDADE AMAZÔNICA	23
1.1 Faces do Capitalismo na Sociedade Contemporânea	23
1.2 Expressões da questão socioambiental na Amazônia.....	27
1.3 Desenvolvimento Sustentável: conceitos e correntes ideológicas.....	29
1.3.1 Ecodesenvolvimento e Sustentabilidade	33
1.4 Sustentabilidade nos territórios: um breve panorama em torno dos conceitos	36
CAPÍTULO II — POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA.....	42
2.1 Comunidade Ribeirinhas Amazônidas: caracterização do <i>lôcus</i> de estudo.....	42
2.2 Comunidades e povos tradicionais, panorama dos pressupostos teóricos	49
2.3 Os ribeirinhos da Amazônia: caracterização sociocultural.....	51
2.4 Sociobiodiversidade em comunidades amazônidas.....	53
CAPÍTULO III — PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE SÃO LÁZARO	59
3.1 Expressões da questão socioambiental na Comunidade São Lázaro.....	59
3.2 Os desafios das Práticas de Sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	77
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS	87
ANEXOS A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	87
ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP.....	89
ANEXO C - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO	100
APÊNDICE	103
APÊNDICE A – PRODUÇÕES CIENTÍFICAS	103

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa parte de uma análise sobre o enfrentamento da questão socioambiental a partir das práticas de sustentabilidade em comunidade ribeirinha no Município de Caapiranga-Am, um estudo de caso junto aos moradores da comunidade São Lázaro (Dominguinhos). Assim, a problemática desta pesquisa baseia-se em torno da sustentabilidade e da questão socioambiental resultante do movimento contraditório da sociedade capitalista e, nesse contexto de globalização, traz a sociedade do risco, atingindo o cenário mundial e local.

A discussão remonta ao período da década dos anos de 1970, quando surge a preocupação com meio ambiente devido ao crescimento acelerado do modo de produção capitalista. Os recursos naturais renováveis e não renováveis, dessa forma, vão sendo devastados gradativamente, o que tem ocasionado diversas consequências, como as mudanças climáticas, o aquecimento global, a poluição das águas, o empobrecimento do solo aliado às desertificações e ao derretimento das geleiras, entre outras.

Este processo está vinculado à produção em grande escala de produtos e bens de consumo em nossa sociedade, que está baseada na economia capitalista na primazia do lucro excedente. No entanto, o meio ambiente, neste processo é valorizado somente com produto e/ou fonte de renda. Sendo assim, a questão socioambiental é a relação homem X natureza, uma vez que ambos dependem um do outro.

Na qual o homem ao modificar e/ou transformar a natureza também transforma a si. É uma relação que não é vista pela racionalidade capitalista, ao ser a partir desta que se engendra e reproduz a desigualdade, seja na exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis, ou pelo consumo e pela produção exacerbada de mercadorias. Ou seja, quando há essa quebra metabólica de dominação do homem pelo homem, atendendo não mais as suas necessidades básicas e, sim as necessidades alheias, através do valor de uso e troca, em meio à valorização do lucro e a mais-valia.

Diante problemática, a pesquisa foi realizada no contexto das comunidades ribeirinhas, com os povos amazônicos que se expressam em suas particularidades e modos de vida diferentes em sua territorialidade específica, com os objetivos específicos: a) identificar as expressões da questão socioambiental enfrentadas em comunidades ribeirinhas no Município de Caapiranga-AM; b) conhecer as práticas de sustentabilidade desenvolvidas em comunidades ribeirinhas; c) apontar os desafios e possibilidades das práticas de sustentabilidade na comunidade ribeirinha.

A Amazônia é constituída pela abundância de sua biodiversidade, fauna e flora, engloba tanto o seu aspecto geográfico como suas belezas naturais, mais um conjunto de ecossistemas amazônicos que se constituem por meio das relações sociais (Almeida, 2008) a problemática da questão socioambiental é permeada pela visão antropocêntrica, em que há a dissociação do homem e da natureza, ou seja, uma visão que reforça a ideia do consumo exacerbado, e a degradação do meio ambiente, e principalmente, a escassez dos recursos naturais.

Assim, o modelo de desenvolvimento sustentável vigente na sociedade capitalista possui seu viés neoliberal trazendo constante ameaça aos territórios e seus povos tradicionais e originários. Diante dessa crise socioambiental que atravessa e permeia a sociedade, esta pesquisa traz questionamentos acerca das práticas de sustentabilidade na realidade que estão inseridos. E, por isso, a pesquisa utilizou como pergunta norteadora: quais as práticas de sustentabilidade na comunidade ribeirinha no município de Caapiranga?

A pesquisa possui relevância: profissional, acadêmico-científica e social. O primeiro refere-se à categoria profissional de Serviço Social inserida no âmbito das comunidades ribeirinhas. O segundo volta-se para a produção de ciência no âmbito das produções científicas no Serviço Social no Estado do Amazonas. E o terceiro é contribuir para a formulação de políticas públicas na Amazônia.

Outrossim, considera-se a relevância profissional para o conjunto da categoria de Serviço Social, uma vez que o objeto da pesquisa é umas das múltiplas expressões da Questão Social na qual se refere a questão socioambiental e sustentabilidade, por isso a análise das práticas de sustentabilidade ambiental na comunidade ribeirinha do município de Caapiranga/Am. Contribuindo no âmbito da sociedade e interior da categoria, sabe-se que o reconhecimento de atuação profissional de Serviço Social nesta área é marcado por inúmeros desafios. Com isso, reforça-se o compromisso ético-político da profissão por meio do Código de Ética e a Lei de Regulamentação 8.662/1993 na viabilização e garantia dos direitos sociais.

A relevância acadêmico-científica desta pesquisa, em que pese suas limitações, está em realizar uma reflexão crítica sobre a sustentabilidade e a questão socioambiental na atualidade e as ações que vêm sendo construídas pela sociedade para o enfrentamento da crise ambiental. Estas reflexões servirão de subsídios para a construção de propostas de intervenção qualificadas para o enfrentamento das problemáticas socioambientais contemporâneas, além de contribuir na formação de competências técnico-científicas com compromisso social para atuar na região Amazônica.

A relevância social ocorre pela inclusão da comunidade ribeirinha como *locus* central desta pesquisa por meio da metodologia do Grupo de Pesquisa Interação, que envolve os participantes nesse processo de formulação da pesquisa e abertura para os mesmos apresentarem suas propostas e indagações.

O projeto de pesquisa sustentabilidade das práticas em comunidade ribeirinha: um estudo de caso na comunidade São Lázaro do Município de Caapiranga – AM, foi realizado pelo do incentivo do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — CNPQ, por meio do projeto intitulado Serviço Social e Políticas Públicas na Amazônia: aproximações a partir do PPGSS, coordenado pela Professora Doutora Roberta Ferreira Coelho de Andrade, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas.

Além da condição de mestranda, estou inserida no grupo de pesquisa da Orientadora Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, atual coordenadora do Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de Tecnologias Sociais na Amazônia — Grupo Inter-Ação, criado em 2001 e que desenvolve pesquisa por meio da interdisciplinaridade com a metodologia Inter-Ação, em que se baseia na modalidade de pesquisa-ação em seus 24 anos de experiência e inovação, configurando-se como um espaço de contínua formação e troca de saberes.

Assim, como pesquisadora colaboradora, meu projeto de dissertação foi apoiado com recursos para a realização da pesquisa de campo e demais custos do banco de dados pelo projeto intitulado “Desenvolvimento Local & Sustentabilidade: manejo dos recursos naturais em comunidades ribeirinhas no Amazonas”, coordenado pela orientadora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, do Edital n.º 005/2022 Humanitas CT&I FAPEAM.

A bolsa de pós-graduação CNPQ, na modalidade GM, contribuiu para o desenvolvimento da pesquisa na área por meio da aquisição de materiais complementares, como a compra de livros e a participação/organização de eventos, oficinas, seminários, congressos e alimentação. Além de possibilitar a inserção em diferentes espaços acadêmico-científicos, como a participação no grupo de pesquisa, e apreender sobre a realidade amazônica em seus diversos contextos, como a dinâmica dos ribeirinhos em meio ao cenário de desafios na Amazônia, houve a possibilidade de realização da pesquisa, enquanto favoreceu o aprimoramento da formação de recursos humanos e capacitação para atuar frente às refrações da Questão Social da Amazônia.

Ademais, esta pesquisa nasceu como fruto de uma inquietação na graduação em Serviço Social, na qual a semente da sustentabilidade caminha comigo até os dias atuais. Essa pesquisa se tornou uma árvore com frutos, e se propõe a espalhar suas sementes...

- **Metodologia da Pesquisa**

Quanto ao percurso metodológico, a pesquisa é como um artesanato em que vai criando formas no decorrer de sua construção. Mills (1975) afirma que o artesanato intelectual é a arte de produzir pesquisas, em que o pesquisador precisa estar envolvido em todo o produto intelectual que se ocupe. Desse modo, o artesanato intelectual é um centro onde gravita a experiência individual de cada pesquisador e a sua capacidade de isolar e refletir sobre uma faceta da realidade social.

O tipo de pesquisa é a pesquisa de campo, esta consiste no aprofundamento da problemática de um grupo ou comunidade em termos de estrutura social, ou seja, as relações sociais, a interação entre as partes. Proporciona e engloba no seu contexto um caráter social que consiste na organização e na investigação das concepções por meio de métodos por meio da observação direta do grupo estudado, na qual se ressalta a participação e experiência no campo (Gil, 2002).

O método de abordagem que norteou a pesquisa é o materialismo histórico e dialético, sob a corrente filosófica do marxismo. De acordo com Triviños (2011), o método ocorre pela tentativa de buscar explicações fundamentadas acerca da realidade, pensamento e sociedade, através do estudo da teoria do conhecimento, por meio das leis que regem a natureza, atingindo na realidade objetiva e refletindo na consciência. Assim, não é a consciência que determina o ser, e, sim o seu ser social que determina a realidade, ou seja, é nas relações materiais do homem com a natureza que ao transformar a natureza, transforma a si. Logo, envolve um estudo do movimento do real no conjunto e o todo. O todo e as partes, que configuram o objeto de pesquisa por meio da sua decomposição, pois é marcada por interesses antagônicos e contraditórios.

A natureza da pesquisa é qualitativa e quantitativa. A primeira refere-se ao universo de significados, fenômenos ou processos não-quantificáveis na tentativa de explicar em profundidade as ações e as relações humanas por meio do trabalho com valores, crenças, opiniões, atitudes e representações. A segunda é a análise quantitativa, em que se trabalha com as estatísticas, dados, indicadores e tendências do espaço científico. Dessa forma, o conjunto de dados qualitativos e quantitativos se complementam na pesquisa (Minayo, 1994).

A pesquisa adotou, além da pesquisa de campo, a pesquisa-ação, pois a mesma é utilizada como uma metodologia pioneira no Grupo de Pesquisa Interação em que possui uma base empírica que proporciona o envolvimento cooperativo com os participantes da pesquisa e direciona uma ação previamente planejada, com caráter social, que consiste na organização e na investigação das concepções “realizada em estreita associação com uma ação ou com uma resolução de um problema coletivo e no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo [...]” (Thiollent, 2007, p.16).

Orientado pela amostragem não-probabilística intencional, ou seletiva, na qual o modelo de amostragem visa a aquisição de dados relevantes para o estudo, foram selecionados os informantes da pesquisa que pudessem fornecer informações significativas. Dessa forma, foram realizadas 18 entrevistas por meio de formulários semi-estruturados com os representantes dos grupos domésticos familiares e as lideranças da comunidade, sendo este o critério de inclusão dos participantes da pesquisa, assim, ocorreu a seleção dos informantes-chaves aptos a responder os formulários semi-estruturados e participar das rodas de conversa semi-informais. Sendo o critério de exclusão: ser menor de idade não aceitar os Termos do Consentimento Livre e Esclarecido.

Por fim, vale ressaltar que esta pesquisa tem como base para a sua realização as diretrizes da Resolução CNS 466/2012 e da Resolução CNS 510/2016, em que prima pelos aspectos éticos da pesquisa com seres humanos, com o zelo com as informações coletadas e o manejo dos dados, assim, garantindo o respeito aos participantes e a sua plena autonomia, podendo desistir a qualquer momento da pesquisa, em consonância com a Resolução CNS 510/2016 acerca dos princípios éticos das Ciências Humanas e Sociais.

Nesse percurso metodológico, a pesquisa passou por fases: fase I, pesquisa exploratória, fase II, pesquisa de campo, e fase III sistematização e análise dos dados. A fase I, pesquisa exploratória, ocorreu o levantamento inicial de dissertações e Teses no Banco de Teses e Dissertações na Universidade Federal do Amazonas — BDTD Tede UFAM, e no Catálogo de Dissertações e Teses da Capes, no período de 2010 a 2021, com o intuito de conhecer a relevância das pesquisas voltadas para a temática da sustentabilidade na Amazônia para a comunidade acadêmico-científica.

Os descritores utilizados para essa pesquisa foram: questão socioambiental; sustentabilidade, com ênfase em teses e dissertações. Assim, foram encontrados no BDTD Tede UFAM 70, itens e na Capes 163 itens. Dessa forma, na região Norte do Brasil, o Estado do

Amazonas destacou a predominância de 67% de produções realizadas. Os outros estados apresentaram: estado de São Paulo com 11%, Rio Grande do Sul 8%, Santa Catarina 5%, Rio de Janeiro 3%, Pará 3%; e Maranhão 3%.

Tendo como amostra desse levantamento: 37 produções acadêmicas, inclui-se 6 Teses e 31 dissertações do universo de 100%. O levantamento realizado nesse período reforça a importância da discussão em torno da sustentabilidade, uma vez que esta pesquisa exploratória mostrou o declínio de produções voltadas para a temática, logo é necessário o fortalecimento por meio de pesquisas científicas e produções, com o compromisso de viabilizar e contribuir para a formulação das políticas públicas no cenário ribeirinho.

Para a relevância do objeto de pesquisa, nesse contexto de fase exploratória, ocorreu a revisão bibliográfica por meio de fichamentos dos textos relacionados à temática pesquisada para fundamentação das categorias teóricas e a metodologia, além da experiência no Grupo de pesquisa Interação, por meio dos grupos de estudo e oficinas e atividades de ensino, de pesquisa e de extensão.

Por conseguinte, como o projeto de pesquisa vinculado ao projeto-piloto do edital n.º 005/2022 Humanitas CT &I FAPEAM este foi submetido à Plataforma Brasil para o Comitê de Ética em Pesquisa, na qual foi aprovado e obteve nessa fase a assinatura do Termo de Anuência dos participantes da pesquisa

Na fase II, a pesquisa de campo foi coordenada pela responsável da pesquisa, edital n.º 005/2022 Humanitas CT &I FAPEAM e orientadora, Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves, com o Grupo de Pesquisa Inter-ação. Assim ocorreu a aplicação dos instrumentais e das técnicas da pesquisa na comunidade ribeirinha São Lázaro do Município de Caapiranga, por meio da observação participante, da conversa semi-informal, da assinatura do TCLE, do formulário semi-estruturado, do registro fonográfico e registro fotográfico.

Ao chegar a comunidade São Lázaro, os pesquisadores reuniram-se para a organização das atividades a serem desenvolvidas, por meio das reuniões preparatórias. O grupo de pesquisa Inter-ação desenvolveu atividades socioeducativas por meio de informações e orientações de cartilhas por meio de diálogo participativo, e grupo focal. Além, das entrevistas junto aos comunitários por meio dos formulários semi-estruturados.

O planejamento, à priori, foi necessário para preparação da viagem, pois possibilitou a obtenção de informações qualificadas para pesquisa nessa primeira atividade de campo. Sob autorização do Comitê de Ética em Pesquisa, a aplicação dos instrumentais foi realizada em 2024.

Na fase III, a sistematização e a análise dos dados, ocorreram a organização das informações coletadas para a realização do ordenamento e construção de gráficos, tabelas e quadros, além da análise dos dados, com a revisão bibliográfica para a construção da redação final da dissertação.

Assim, a pesquisa está organizada: I A — (In) Sustentabilidade na Realidade Amazônica; II — Povos Tradicionais na Amazônia; III — Práticas de Sustentabilidade na Comunidade São Lázaro. Parte da análise das seguintes categorias: sustentabilidade e questão socioambiental e seus impactos na comunidade ribeirinha.

A (in) sustentabilidade na realidade amazônica parte da discussão em torno do tema no contexto de sociabilidade capitalista, quando destaca que a Questão Social é fruto de uma dicotomia entre capital e trabalho devido à apropriação da riqueza socialmente produzida fruto de um trabalho coletivo.

Dessa forma, o Capítulo I discorre-se a partir do modo de produção capitalista e destaca-se as expressões da questão socioambiental na Amazônia, além do debate sobre desenvolvimento sustentável por meio dos conceitos e correntes ideológicas, nas quais traz como relevante o Ecodesenvolvimento e a sustentabilidade a partir de teóricos importantes, como Ignacy Sachs entre outros, e as especificidades da sustentabilidade de seus territórios.

No capítulo II inicia-se a partir da configuração da Amazônia para a comunidade ribeirinha do município de Caapiranga-Am em que se evidencia-se a comunidade ribeirinha amazônica por meio da caracterização do *lôcus* de estudo: a comunidade São Lázaro. E os conceitos que permeiam a categoria Povos Tradicionais na Amazônia, destacando a importância das comunidades tradicionais na proteção e na manutenção da sociobiodiversidade em comunidades amazônicas.

No capítulo III, ressalta-se a análise dos dados obtidos por meio da pesquisa de campo, com os representantes dos grupos domésticos familiares. Dessa forma, foi possível realizar o levantamento das práticas de sustentabilidade desenvolvidas na comunidade, em que se destaca a produção de farinha a partir da matéria-prima: mandioca, além de conhecer os desafios e as possibilidades das práticas de sustentabilidade.

CAPÍTULO I — A (IN) SUSTENTABILIDADE NA REALIDADE AMAZÔNICA

O debate sobre questão ambiental começou a ganhar visibilidade em torno da década de 1970 entretanto, a preocupação com essa problemática possui raízes profundas que revisitam discursos ideológicos e interesses acerca da sustentabilidade. Assim, este capítulo inicia-se com uma breve discussão sobre o modo de produção capitalista, como elemento fundamental para a compreensão sobre a questão socioambiental.

Nesse contexto, o capítulo aborda sobre a relação do modo de produção capitalista na sociedade contemporânea, como o consumo exacerbado e a produção desenfreada de mercadorias, por meio de matéria-prima retirada dos recursos naturais. Tal uso dos recursos naturais gera impactos significativos na vida em sociedade, em suas dimensões social, econômica, geográfica, cultural e ecológica — especialmente entre os povos originários e tradicionais na Amazônia.

Diante disso, torna-se imprescindível discutir essa problemática em torno da sustentabilidade e das correntes que atravessam a expressão desenvolvimento, conforme Godard (1997), sendo as três correntes principais sobressaem nesse debate: a) Estratégias do Ecodesenvolvimento; b) Vertente da bioeconomia, ou economia ecológica; c) Teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico. Essas correntes interpretam e direcionam as políticas públicas para o modelo de desenvolvimento existentes.

1.1 Faces do Capitalismo na Sociedade Contemporânea

A história da sociedade é a história da luta de classes, ocorre em meio à separação dos meios de produção dos trabalhadores, quando os instrumentos criados pelo homem são expropriados dos seus meios para sua subsistência. Assim, o proletariado emerge na sociedade capitalista voltado para os interesses da classe burguesa, conforme Marx e Engels (2008, p. 21):

Com o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe dos trabalhadores modernos, que só sobrevivem se encontram trabalho, e só encontram trabalho se este incrementa o capital. Esses trabalhadores, que são forçados a se vender diariamente, constituem uma mercadoria como outra qualquer, por isso exposta a todas as vicissitudes da concorrência, a todas as turbulências do mercado.

Santos (2012) afirma que, por volta do século XIX, a grande indústria marcou a inserção do modo de produção capitalista, na qual se engendra e reproduz contradições, interesses antagônicos por via da mercantilização. Assim, nesse contexto de dominação de classe, Marx e Engels (2008, p. 31) afirmam que o modelo de produção tem como:

A condição essencial para a existência e a dominação da classe burguesa é a concentração de riqueza nas mãos de particulares, a formação e a multiplicação do capital; a condição de existência do capital é o trabalho assalariado. Este se baseia na concorrência entre os trabalhadores (Marx e Engels, 2008, p. 31).

Para Marx e Engels (2008), com o desenvolvimento das forças produtivas, nas quais o mercado concorrencial ganha destaque, no contexto da Revolução Industrial, por volta do século XVIII, inaugurou-se o modelo de produção capitalista e promoveu-se a inserção de novas tecnologias e a acumulação do lucro, em detrimento da valorização das forças produtivas. Uma vez que as máquinas de tear e a vapor revolucionaram a produção de mercadorias, expressaram-se como forma de controle e exploração do proletariado e pela riqueza obtida, fruto de um trabalho coletivo. Como afirma Marx e Engels (2008, p. 33), “a propriedade burguesa moderna constitui a última e mais completa expressão do modo de produção e apropriação baseado em antagonismos de classes, na exploração de uma classe por outra”.

Nesse sentido, para Netto (2001), o fenômeno do pauperismo alastrou-se na Europa Ocidental, e a expressão questão social surge como mecanismo para explicar esse fenômeno massivo, como efeitos advindos da Revolução Industrial no século XVIII. Assim, Netto (2001, p. 45) afirma sobre a dinâmica do capital:

O desenvolvimento capitalista produz, compulsoriamente, a questão social — diferentes estágios capitalistas produzem manifestações da “questão social” esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante. A questão “social” é constitutiva do desenvolvimento do capitalismo.

Segundo Lessa e Tonet (2011), a separação dos meios de produção e o produto no contexto da venda da força de trabalho transforma o trabalhador em mera mercadoria. Ou seja, a sociedade transforma-se em mercadoria, convertendo as relações sociais, por meio do processo de produção e reprodução social, no interior da relação entre capital e trabalho, em que baseia-se no domínio do homem pelo homem na concentração da riqueza socialmente produzida, fruto de um trabalho coletivo.

Assim, o desenvolvimento das forças produtivas marca os diferentes modos de produção; na sociedade capitalista, por exemplo, cessa a procura em atender as necessidades básicas e fundamentais do ser humano e intensificam-se as necessidades alheias (Lessa e Tonet, 2011).

Nesse processo de produção e reprodução das relações sociais, a questão social é uma inflexão do capitalismo devido as contradições e os antagonismos visto como inseparável do

movimento da totalidade concreta, ao afetar diretamente as condições de vida, cultura e riqueza (ABEPSS, 1997 *apud* Behring; Santos, 2009).

Dessa forma, Santos (2012) afirma que o capitalismo vivencia o acirramento das contradições do próprio sistema, bem como a reestruturação produtiva enquanto estratégia de manutenção e controle do capital, como a crise de superprodução do capitalismo mundial, no período 1870 a 1930, caracterizada pela fase do capitalismo monopolista, marcada pela exportação de capitais e investimentos em indústria bélica como disputas de hegemonia. Esse processo engendrou o aprofundamento do desenvolvimento histórico e a divisão internacional do trabalho através da flexibilidade do capital.

Para Santos (2007), três frentes estruturam-se a partir do eixo da flexibilidade. A primeira ocorre no aumento do capital especulativo, voltado à garantia de liquidez desvinculada da produção. A segunda refere-se à reestruturação industrial, com o desenvolvimento das forças produtivas e a inserção de novas tecnologias. A terceira frente envolve a criação de condições políticas voltadas para o mercado, com o objetivo de implementar a flexibilidade.

Essa última frente atua diretamente na regulação da esfera estatal, promovendo os chamados ajustes neoliberais, que contribuem para a ampliação da liberdade do capital. No entanto, a desregulamentação das economias impacta diretamente na perda dos direitos da classe trabalhadora, uma vez que o Estado reformado passa atender às demandas do capital, oferecendo apenas o mínimo aos trabalhadores. Conforme, Santos (2007, p. 23) para a realidade brasileira:

Em países de industrialização tardia como o Brasil não só o lapso temporal em que se expressa a crise do fordismo/keynesianismo é diferente (seus rebatimentos mais visíveis são da década de 1990) como também todo o processo da reestruturação produtiva tem particularidades que precisam ser consideradas, agravando as condições negativas para a organização dos trabalhadores.

Ou seja, em meio aos desafios dessas frentes, surgiram embates e o enfraquecimento da classe trabalhadora enquanto categoria, tornando-a heterogênea e fragmentada, o que ocasionou na desmobilização de sua força coletiva, pois, a consciência de classe e os sindicatos passaram a se posicionar mais na defensiva, buscando preservar o direito ao trabalho e à manutenção do emprego (Santos, 2007).

Assim, com a onda industrial e a introdução de tecnologias avançadas, intensificou-se a demanda por trabalhadores mais qualificados, o que provocou um processo de seleção cada vez mais restrito. Esse cenário resultou no aumento do desemprego, pois a classe trabalhadora vive do trabalho e por consequência aumentou a competitividade expressada pela valorização da

individualidade, pois, mesmo sob as más condições de trabalho, higiene, e os baixos salários, o índice de desemprego torna-se cada vez mais expressivo no Brasil (Santos, 2007).

Nesse contexto, a classe dominante adota no Brasil como alternativa para saída da crise internacional do capitalismo o neoliberalismo, caracterizado pela redução da intervenção do Estado na Economia, com isso Santos (2007, p.25) ressalta:

Obviamente que após o processo de democratização não se trata de uma ameaça ditatorial. As manifestações dessa ofensiva soa [sic] bem menos impopulares, sem deixar de expressar o habitual “vale-tudo” justificado em nome da recuperação da “saúde” do capitalismo. A barbárie é uma delas e seus indícios no Brasil já estão por toda parte, sendo aprofundados a partir da conjuntura que acompanha os ajustes neoliberais.

Para Santos (2007) o neoliberalismo impactou no enfraquecimento do Estado e na redução dos direitos da classe trabalhadora, fortalecendo, dessa forma, o conservadorismo, uma vez que a reestruturação produtiva no Brasil resultou da crise internacional do sistema capitalista, na primazia pelo capital e valorização da reestruturação organizacional, através da precarização do trabalho, da organização e da redução dos direitos e do aumento do desemprego.

O principal pilar de sustentação do capitalismo expressa-se pela hegemonia ideocultural, em que a classe trabalhadora é atingida pelos retrocessos e se difunde na consciência da crise, voltada à acumulação flexível e a deterioração das políticas públicas. Logo, o cenário do desemprego e a necessidade do mercado em lançar sempre novas tecnologias trazem consigo a sociedade do descartável de modo que as mercadorias não sejam duráveis e desperte sempre a necessidade de adquirir inovações. Assim, por meio da ofensiva neoliberal, reforçam-se o individualismo e a competição desenfreada no contexto da sociedade capitalista. Portanto, o capitalismo na produção de seus próprios interesses engendra e reproduz as desigualdades devido ao interesse exacerbado pelo lucro (Santos, 2007).

Contudo, Iamamoto (2006) considera que a aproximação do modo de produção capitalista com a questão social ocorre nas contradições inerentes do capitalismo na polarização capital x trabalho, por meio da concentração da riqueza socialmente produzida e da ampliação da pobreza. Logo, entende-se a questão social como expressão das contradições geradas pelo sistema capitalista.

Nesse contexto, Silva (2010) destaca que a relação do modo de produção capitalista com a questão socioambiental expressa-se a partir da premissa em que os recursos naturais não mais são utilizados numa relação natural, homem e natureza, e sim, na perspectiva mercadológica, de transformação da natureza para fins de obtenção de lucro, nos termos de Silva (2010, p. 100):

[...] o modo de produção capitalista depara-se, crescentemente, com sua impotência para enfrentar os efeitos da destrutividade que lhe é imanente. O desenvolvimento científico e tecnológico, destinado a assegurar os mecanismos de apropriação da natureza e do trabalho alienado, também tem revelado os níveis de esgotamento da natureza não só coloca em risco a existência de inúmeras espécies vivas do planeta (o que por si mesmo representa um enorme desafio para o gênero humano), como também indica um agravamento das condições materiais para a reprodução do sistema (Silva, 2010, p. 100).

Ou seja, a força destrutiva do sistema capitalista, enfatizada por Silva (2010) põe em risco a vida de todos os seres vivos no planeta, devido à insustentabilidade do modo de produção capitalista vigente na sociedade contemporânea. Além de promover mudanças climáticas e intensificar o aquecimento global com o aumento e produção de resíduos tóxicos e exaustão dos recursos naturais. Nesse contexto, a questão socioambiental emerge como problemática necessária ao reconhecimento de sua relevância.

1.2 Expressões da questão socioambiental na Amazônia

Para tratar as expressões da questão Socioambiental, Chaves (2008) afirma que a crise socioambiental ocorre devido às formas de produção e consumo da sociedade capitalista, ocasionando em degradação das condições de vida, exploração, desemprego, a dificuldade no acesso aos serviços públicos entre outras. Assim, a questão socioambiental expressa-se, conforme Leff (2002, *apud* Chaves 2014, p.157):

[...] entende que a gênese da Questão Socioambiental constitui-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos em curto prazo, ou seja, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre as nações e classes sociais.

Logo, nesse contexto de expansão do capital, de acordo com Nunes (2013) a questão socioambiental tem uma perspectiva socio-histórica, um caráter social que por sua vez perpassa as formas de produção por meio das relações sociais. O atual sistema de produção realiza a quebra de equilíbrio metabólico por meio da dominação dos mecanismos e meios de subsistência dos trabalhadores.

Para Nunes (2013), as necessidades humanas transformam-se em mercadoria por meio da dominação do homem pelo homem, uma vez que o modo de produção capitalista prioriza o desenvolvimento econômico. No entanto, nesse processo ocorre a quebra metabólica e altera a relação homem-natureza no que se refere às relações sociais de produção, reduzindo ambos a mercadorias. Nunes (2018, p.43) ressalta ainda que:

[...] a crise socioambiental tem origem na forma histórica com que o sistema do capital exerce o domínio sobre a natureza, onde, na sua lógica privada e expansionista, produz visando maximizar seus lucros e não necessariamente satisfazer as necessidades sociais.

Nessa conjuntura, o capitalismo impulsiona e movimenta as relações sociais de produção, transformando a trajetória histórica da humanidade. Por meio da intensificação dos problemas ambientais, associado à produção massiva e a incessante de mercadorias descartáveis. Para Silva (2010, p.45), expressa-se “[...] numa demonstração incontestante de que o modo de produção capitalista não exerce um domínio adequado e planejado da natureza [...]”, comprometendo as gerações futuras, ou seja, uma contradição viva.

Ademais, a questão socioambiental intensifica-se em meio à sobrevalorização do capital, por meio de sua aceleração e rotatividade, que consiste na retirada e na exploração dos recursos provenientes da natureza (Silva, 2010).

Nesse sentido, Leff (2002, p. 62) ressalta:

A problemática ambiental não é ideologicamente neutra nem é alheia a interesses econômicos e sociais. Sua gênese dá-se num processo histórico dominado pela expansão do modo de produção capitalista, pelos padrões tecnológicos gerados por uma racionalidade econômica guiada pelo propósito de maximizar os lucros e os excedentes econômicos em curto prazo, numa ordem econômica mundial marcada pela desigualdade entre nações e classes sociais.

Para Leff (2009), a crise ambiental está vinculada ao modelo de racionalidade capitalista para atender a demanda do mercado externo, visto que o processo de acumulação do capital impôs a expansão de fronteiras e regiões. Como, por exemplo, o caso da América Latina, em que se tornou o centro de principal atividade de exploração de recursos naturais e força de trabalho, através do manejo dos recursos naturais inadequados por meio da inclusão de práticas e tecnologias para o desenvolvimento econômico. No Brasil, foram inseridas práticas de monocultura de cultivo de cana-de-açúcar no Nordeste Brasileiro sem a avaliação de impacto ambiental e da população local.

Nesse contexto, Teixeira (2008) afirma que a questão social na Amazônia possui uma profunda relação marcado pelo capital x trabalho, devido à agudização da pobreza engendrada pelo modo de produção capitalista, acarretando na destruição das culturas, dos povos tradicionais e dos povos originários. Para tanto, a questão social é constituída por elementos novos e velhos tendo como raiz em comum a desigualdade e sendo expressão das múltiplas faces da Questão Social, da sociedade capitalista madura. É um campo extremamente político, de lutas e conquistas.

Para Nunes (2013, p. 209), ressalta-se que há desuniformidade no enfrentamento da questão socioambiental, assim:

[...] é oportuno ressaltar que embora não seja negada a existência da questão socioambiental, verifica-se uma divergência quanto suas causas e formas de enfrentamento. Identificam-se um conjunto de vertentes que justificam a degradação Socioambiental, ora relacionando ao aumento populacional, ora ao modelo de industrialização associado ao consumo exacerbado e a extração dos recursos naturais.

Logo, a discussão em torno da sustentabilidade ocorre em meio a uma preocupação com os problemas ambientais devido ao aumento exacerbado na utilização dos recursos naturais em massa. Concomitantemente, revela as divergências em seu debate em torno da expressão desenvolvimento sustentável.

1.3 Desenvolvimento Sustentável: conceitos e correntes ideológicas

A questão ambiental ganhou mais notoriedade por volta da década de 1970, devido ao agravamento da problemática ambiental desencadeado pela ação humana sobre a natureza, ou seja, o questionamento era sobre a forma de como o modelo vigente de desenvolvimento econômico influenciava no cenário catastrófico sobre o planeta (Godard, 1997).

Assim, a expressão desenvolvimento sustentável, para Godard (1997), possui um caráter ambíguo e se inscreve no cruzamento de várias correntes intelectuais, colocando-se à disposição de várias interpretações e interesses políticos, e Godard (1997. p.109) ressalta que:

Na verdade, estas noções abrem um novo campo mais do que organizam, de maneira detalhada, o novo curso que elas induzem. Conceitos e doutrinas, regras e procedimentos práticos vão ser elaborados de acordo com a conveniência das decisões econômicas, das regras jurídicas e das inovações institucionais. Por isso, a compreensão do que está em jogo deve ser buscada em dois terrenos: de um lado, o das concepções teóricas; de outro, o das funções exercidas nos processos políticos e institucionais.

Ou seja, abre possibilidades de discussão acerca das questões ambientais e aponta controvérsias no que se refere aos interesses políticos. Vale ressaltar que a preocupação com a questão ambiental ocorre antes da década de 1970, por meio de estudos científicos e de especialistas que partem da análise do desenvolvimento econômico para discutir sobre os impactos no meio ambiente, como afirma Nogueira e Chaves (2006, pp. 131–132):

[...] do ponto de vista histórico, o marco inicial da discussão sobre a questão ambiental e do surgimento do paradigma de sustentabilidade remonta ao ano de 1968, quando foi realizada em Roma uma reunião de cúpula entre os cientistas dos países desenvolvidos.

Conforme as autoras supracitadas, após o Clube de Roma, foram criadas medidas urgentes para a conservação dos recursos naturais e o controle da população, o qual resultou em trabalho publicado, no ano de 1972, em forma de livro, intitulado *Limites do Crescimento* com o teor conservador e neomalthusiana, afirmando que o alcance da estabilidade econômica e ecológica se realizaria por meio do controle demográfico da população. Contudo, mesmo alinhado a uma visão fatalista, a reunião foi crucial para ampliar novos debates.

Nogueira e Chaves (2006), ressaltam que o modelo de desenvolvimento sustentável prioriza o desenvolvimento econômico torna-se o valor central e se alimenta de vários componentes ideológicos, por meio da ambição e da apropriação da natureza, provocando a escassez dos recursos naturais em prol do desenvolvimento econômico. Ou seja, evidencia o modelo civilizacional capitalista, pondo em risco a vida humana e todo o ecossistema, a biodiversidade e, contraditoriamente, o próprio capitalismo em seu ciclo destrutivo.

Nesse contexto, Nogueira e Chaves (2006) expõem que a publicação do Clube de Roma repercutiu de tal forma que a Organização Mundial das Nações Unidas (ONU) realizou, no mesmo ano, em 1972, a Conferência Mundial de Meio Ambiente e Humano em Estocolmo, na Suécia. Assim, emerge a primeira conferência em que especialistas trazem novos elementos para a discussão. Logo, após a realização deste evento foi criada, em 1973, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), com o objetivo de fomentar, junto aos organismos internacionais, formações voltadas para a educação ambiental, em parceria com a Organização Nações Unidas (ONU) e UNESCO (United Nation Educational, Scientific And Cultural Organization), para ampliação dessa discussão.

O aprofundamento em torno da problemática ambiental deve-se ao cenário crítico em todas as direções, ao nível planetário. Por isso, a expressão mais conhecida e difundida pela comunicação que colaborou para linguagem internacional ocorreu por via do relatório publicado, em 1987, *“Nosso Futuro Comum”*, de Brundtland (Nogueira e Chaves, 2006).

O relatório supracitado ressalta o conceito de Desenvolvimento Sustentável, que se tornou uma das expressões amplamente mais conhecidas: “é o que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras antecederem às suas próprias necessidades” (Brundtland, 1991, p. 46). Segundo Godard (1997), surgem, então diversas correntes que atravessam a discussão em torno da expressão *Desenvolvimento Sustentável*, como a) Estratégias do Ecodesenvolvimento; b) Vertente da bioeconomia, ou Economia ecológica; c) Teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico.

A primeira corrente (Farvar, 1997; Glaeser, 1984; Sachs e Simonis, 1990 *apud* Godard, 1997, p.110), “Estratégias do Ecodesenvolvimento” (Sachs, 1974, 1980, 1993 *apud* Godard, 1997, p. 111), em que parte-se do princípio do atendimento às necessidades básicas e fundamentais para a vida do ser humano, como, por exemplo saúde, educação, moradia, saneamento básico, trazendo uma visão que abrange a participação social nas decisões, no desenvolvimento das populações menos favorecidas para adaptação de tecnologias para os modos de vida e condição, adequando-se a cada *ecozona*.

Além da valorização dos conhecimentos e saberes tradicionais em conjunto com o manejo dos recursos naturais, existem potencialidades da economia local e participação da população em formulações que visem o assentamento humano (Godard, 1997). Esta corrente, por sua vez, questiona o modelo hegemônico de desenvolvimento sustentável, por meio das estratégias do ecodesenvolvimento, sendo voltado para a preocupação com a satisfação das necessidades básicas (Godard, 1997).

Em consonância com Chaves e Rodrigues (2006, p.100), a *ecozona* apresentada como estratégia para o ecodesenvolvimento, possui uma perspectiva específica:

Esta perspectiva de abordagem em primeiro plano focaliza as populações, a partir da percepção de que as formas de subsistência desenvolvidas, bem como as atividades têm sua forma de organização fora da economia de mercado oficial (agricultura familiar de subsistência, economia urbana informal), baseada neste entendimento as bases do desenvolvimento destas atividades estariam na participação direta das populações envolvidas no processo, ao mesmo tempo em que buscam a criação de novas formas institucionais de impulso e de planificação em nível dos estabelecimentos humanos e distritos rurais.

Esta corrente, simultaneamente, pragmática se constitui como uma crítica sobre o modelo de desenvolvimento vigente, por direcionar as ações de políticas públicas com propostas e necessidade de mudanças políticas nacionais e a reestruturação de relações econômicas norte-sul, acarretando entraves políticos econômicos para a efetivação do ecodesenvolvimento (Chaves e Rodrigues, 2006).

A segunda corrente refere-se a uma nova representação teórica da atividade econômica, como vertente da bioeconomia, ou economia ecológica (Constanza, 1989; Daly, 1977; Georgescu-Roegen, 1978; Passet, 1979 *apud* Godard, 1997), em que se baseia na confrontação dos modelos desenvolvidos pelas ciências da natureza, como exemplo tem-se a termodinâmica, evolução, a organização dos seres vivos e a ecologia, entre outros.

Estes teóricos chegaram inicialmente a formulações críticas: questionamento da idéia de que o sistema econômico é um processo autogestionável, impossibilidade da extrapolação das soluções locais às soluções globais, em razão dos fenômenos de entropia, impossibilidade de uma completa reciclagem das matérias-primas (Godard, 1997, p. 112).

Entretanto, esta corrente aproxima a relação econômica com o sistema ecológico, de forma que a regulação do sistema econômico seja natural, tal como o meio ambiente em seu ciclo. Para Godard (1997), a terceira vertente é a teoria neoclássica do equilíbrio e do crescimento econômico. Esta é uma corrente que afirma que não existe relação de crescimento econômico com os problemas ambientais, na qual se resume em três elementos: capital, trabalho e exploração dos recursos naturais renováveis e não renováveis (Godard, 1997).

Para Nogueira e Chaves (2006) as vertentes que alimentam a noção de desenvolvimento sustentável direcionam para diversas interpretações. O *Relatório de Brundtland* em 1987, por sua vez, foi um marco divisor, embora não acrescentasse sobre as modificações substanciais, ao contribuir em somente aquecer a discussão ambiental, destaca-se uma nítida separação ideopolítica entre o conceito de desenvolvimento sustentável e o ecodesenvolvimento.

À priori, Nogueira e Chaves (2006) explicita brevemente sobre o termo ecodesenvolvimento, difundido pela primeira vez em 1973, por Maurice Strong, como o conceito voltado para gestão racional dos recursos e de seus ecossistemas, em que prima pelo desenvolvimento em zonas rurais. Por volta de 1974, Ignacy Sachs ampliou o conceito aproximando outras dimensões de forma que não atendesse somente às zonas rurais, mas também as zonas urbanas; um estilo de projeto de desenvolvimento que vai além do aspecto econômico, em contraposição às diretrizes políticas tradicionais, orientada pelo *self-reliance* (autonomia), fortalecendo a participação e a satisfação das necessidades dos envolvidos. Decerto, o ecodesenvolvimento coloca limites no que se refere à livre atuação do mercado.

Uma das correntes que entrecruzam o conceito de desenvolvimento sustentável baseia-se na perspectiva da teoria neoclássica do equilíbrio ou econômica, visto que ganha relevância e centralidade, pois se alinha à perspectiva econômica da sociedade do capital:

Enquanto o primeiro busca a superação da lógica individualista/predatória do capital, o segundo conceito busca responder aos desafios da crise ambiental mediante mecanismos que consolidam o sistema vigente, isto é, visa o mesmo modelo de desenvolvimento sob uma nova “roupagem verde”. Assim, o conceito de desenvolvimento, os quais representam um questionamento da lógica industrialista vigente num contexto de globalização econômica (Nogueira e Chaves, 2006, p.136).

Para Teixeira (2008) e Lira (2014), no que se refere ao uso dos recursos naturais da Amazônia, esta torna-se matéria-prima para a obtenção do lucro, causando danos irreversíveis aos recursos naturais renováveis e não renováveis. Enfim, os interesses do sistema capitalista e seu modo de produção são de cunho economicista, na qual intensifica as desigualdades sociais e provoca a exaustão tanto da biodiversidade quanto da perda dos povos como as comunidades tradicionais e originárias.

Contudo, Lira (2014) aponta que o conceito do ecodesenvolvimento não foi aceito pelo sistema capitalista por ser considerado uma crítica radical ao modelo vigente. Com isso, a crise ambiental põe em evidência a racionalidade capitalista, assumindo a necessidade de internalizar o processo econômico na importância de fazer a sustentabilidade ecológica para minimizar a degradação ambiental.

Para tanto, segundo Nogueira e Chaves (2006), a partir da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (UNCED-92), também conhecida como Eco-92, no Rio de Janeiro houve a discussão em torno modelo atual de desenvolvimento econômico, que culminou na Agenda 21, em que se propõem mudanças na lógica atual de desenvolvimento econômico devido ao uso exacerbado dos recursos naturais.

No entanto, após dez anos, realizou-se em Johannesburg/África do Sul a Cúpula de Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável — Rio +10,- Nogueira e Chaves (2006, p. 137) alerta “onde verificou-se que houve pouca evolução nas políticas públicas dos países signatários da Agenda 21, demonstrando que pouco se fez pela preservação do meio ambiente e a sustentabilidade do desenvolvimento”.

Ou seja, mesmo com as tentativas de negociação por meio das conferências, percebe-se que os interesses divergem e perdem o objetivo principal que é garantir uma sociedade verdadeiramente sustentável. Com isso, impacta diretamente nos povos tradicionais, como exemplo as comunidades ribeirinhas em suas práticas locais, pois, implica, além da redução da água, na produção agrícola, na pesca tradicional, na segurança alimentar e na saúde humana. Assim, a questão socioambiental é a relação homem x natureza, uma vez que ambos dependem um do outro, pois as comunidades ribeirinhas possuem singularidades no que se refere ao desenvolvimento local através de suas práticas.

1.3.1 Ecodesenvolvimento e Sustentabilidade

Diante das correntes que permeiam a expressão “Desenvolvimento Sustentável”, a vertente que mais se aproxima desta pesquisa é a Estratégia do Ecodesenvolvimento. Sachs (1986) salienta acerca das características fundamentais nas quais se valorizam em cada ecorregião, com seus recursos específicos, atendendo à dimensão das necessidades básicas e fundamentais alinhadas à alimentação, a habitação, à saúde e educação. Em contrapartida, deve-se contribuir em sua realização no emprego, na segurança, no respeito à diversidade das culturas e no impacto nas relações humanas.

A utilização dos recursos naturais está direcionada para a identificação na perspectiva de solidariedade diacrônica com as gerações futuras, evitando o desperdício e principalmente, a exaustão das riquezas naturais. Dessa forma, os impactos negativos das atividades humanas podem ser medidos nas organizações e nos procedimentos através do reaproveitamento dos recursos naturais. Como exemplo, a fotossíntese, em que Sachs (1986) destaca pelo fortalecimento da capacidade natural em regiões tropicais, subtropicais e as demais áreas, como a redução de uso de automóvel particular e a utilização de outros meios de transporte. Ou seja, o ecodesenvolvimento requer uso de técnicas apropriadas “ecotécnicas”, uma vez que possui um estilo próprio e tecnológico.

Nesse sentido, o modelo prima pela valorização de cada especificidade e se adequa a todas as regiões, por isso a participação das populações locais possuem um papel fundamental na elaboração das estratégias de ecodesenvolvimento. Para Sachs (1986, p. 17) “Tal participação é indispensável para a definição e harmonização das necessidades concretas, para a identificação das potencialidades produtivas do ecossistema e para a organização do esforço coletivo com vista ao aproveitamento dessas potencialidades”.

Conforme Sachs (1986), a educação preparatória perpassa nos espaços de participação como complemento no planejamento e na gestão da comunidade, despertando a sensibilização em torno da dimensão ambiental e a internalização da dimensão para a relação do homem e a natureza, promovendo a gestão racional do ambiente e seus recursos naturais, como uma dimensão adicional.

Assim, a sustentabilidade possui pilares fundamentais para sua execução, por meio de uma articulação participativa envolvendo uma interação entre as comunidades locais e dialogando-se com os saberes tradicionais e os caminhos da ciência. Sabe-se que a sustentabilidade abrange múltiplas dimensões, tais como : a) sustentabilidade social que consiste na distribuição equitativa de renda, promovendo o acesso aos direitos sociais e minimizando a desigualdade entre ricos e pobres; b) a sustentabilidade econômica, por meio do incentivo ao manejo dos recursos naturais, e economia local; c) sustentabilidade ecológica, ao conservar os recursos naturais por meio da prática da reutilização e reaproveitamento de materiais; d) sustentabilidade geográfica para garantir o acesso aos territórios, por meio de assentamentos urbanos com dignidade e cidadania; e) sustentabilidade cultural que consiste na valorização dos saberes e conhecimentos dos povos tradicionais (Chaves, 2014).

Diante do exposto, a sustentabilidade abrange as dimensões cultural, territorial, econômica, social, ecológica, sendo estas constitutivas da sustentabilidade. Sachs (2002) aponta

que a experiência pode ser aproveitada nos sistemas tradicionais de gestão dos recursos por meio da organização e da sistematização das necessidades básicas e fundamentais por meio do processo participativo, como o *advocacy planners*, que funciona como facilitador nos espaços de decisão ou negociação entre os *stakeholders*, este consiste nos atores que estão envolvidos. São espaços que representam lutas e resistências, com interesses que se divergem e abrem novos espaços para o diálogo em torno da gestão ambiental.

Essa negociação, das partes envolvidas, torna-se fundamental para pensar em sustentabilidade, tendo em vista a população local trazer como demanda a proteção acerca dos seus saberes e fazeres tradicionais, evitando a biopirataria e destacando a importância da participação ativa, pois toda atividade ou impacto ambiental afetam diretamente toda a sociedade e principalmente as comunidades tradicionais.

Ademais, Cavalcanti (1995, p. 165) corrobora que a “[...] sustentabilidade equivale à ideia de manutenção de nosso sistema de suporte da vida. Ele significa comportamento que procura obedecer às Leis da natureza. Basicamente, trata-se do reconhecimento do que é biofisicamente possível em uma perspectiva de longo prazo”, pois o desenvolvimento sustentável, ao seguir um caminho fundamentalmente político e ideológico, para Cavalcanti (1995), também é dever da Ciência apresentar alternativas para a sustentabilidade.

Para tanto o Relatório de Brundtland, que enfatizou sobre o aumento da atividade econômica para combater a pobreza, contraditoriamente alimentou o uso desenfreado dos recursos naturais, pois “[...] a defesa da ideia de crescimento constante não passa de uma filosofia do impossível” (Guerreiro, 1979:10 *apud* Cavalcanti, 1995, p. 166), tendo em vista o desafio da redução da miséria sem ocorrer o desrespeito com os limites da natureza e seus recursos (Cavalcanti, 1995). Nesse contexto afeta além do espaço rural, como o espaço urbano, em que Jacobi (1997) expressa:

A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantia, segundo Rees (1988), mudanças sócio-políticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais nos quais se sustentam as comunidades. É cada vez mais notória a complexidade desse processo de transformação de um cenário urbano crescentemente não só ameaçado, mas diretamente afetado por riscos e agravos sócio-ambientais (Jacobi, 1997, p. 386).

Pondo em risco todo o conjunto do ecossistema e a sociobiodiversidade e afeta de forma desigual as populações, Jacobi (1997) ressalta que:

O grande desafio que se coloca é, por um lado gerar empregos com práticas sustentáveis e, por outro, fazer crescer o nível de consciência ambiental, ampliando as possibilidades de a população participar mais intensamente nos processos decisórios como um meio de fortalecer a sua co-responsabilização na fiscalização e

controle dos agentes responsáveis pela degradação sócio-ambiental (Jacobi, 1997, p. 390).

Logo, a sustentabilidade requer o envolvimento da população nos espaços de decisões de forma coletiva, que estejam em consonância com os princípios da sustentabilidade, fortalecendo o compromisso de todos em prol de uma sociedade verdadeiramente sustentável.

1.4 Sustentabilidade nos territórios: um breve panorama em torno dos conceitos

A Amazônia Legal se constitui, em seu aspecto físico e cartográfico, de uma área de 5.015.067,86 km, conforme os dados do IBGE (2012) no último censo de 2010, envolvendo cerca de 58,93% do território brasileiro, com um total de 772 municípios. Com inefável beleza dos rios, da diversidade da fauna e da mística floresta com seus ecos, é um lugar que move a vida dos povos originários e povos tradicionais, que compõem e mantêm a sociobiodiversidade viva e todo o ecossistema.

Os elementos para apreensão em torno dos conceitos de territórios serão dados a partir de autores clássicos e contemporâneos, tais como: Arendt (1985); Souza (2000); Barth (1998); Esterci; Schweiekardt, (2010); Schweickardt (2014); Silva; Tourinho (2017); Santos *et al* (1988); Almeida (2008); Diegues (2008); Diegues (2000); Rodrigues (2015); Lira e Chaves (2016).

O conceito de território envolve espaço, poder, autonomia e desenvolvimento. Entretanto, muitas vezes, o conceito está associado à Geografia Política Clássica, mediada pelos limites cartográficos. Assim, Souza (2000) destaca sobre nova perspectiva em torno do conceito de território, e ultrapassa suas características físicas, pois o espaço pode se conformar sem a demarcação física, ou seja, a própria existência pode ser considerada território.

Diante dessa complexidade em torno da noção de território, este perpassa o aspecto geomorfológico, sendo construído através das relações de poder entre os grupos em seu processo de formação histórica, social, política, cultural, na qual a formação do território constitui a territorialização. Segundo Arendt (1985) esta ocorre:

O 'poder' corresponde à habilidade humana de não apenas agir, mas agir em uníssono, em comum acordo. O poder jamais é propriedade de um indivíduo; pertence a ele a um grupo e existe apenas enquanto o grupo se mantiver unido. Quando dizemos que alguém está no 'poder' estamos na realidade nos referindo ao fato de encontrar-se esta pessoa investida no poder, por um certo número de pessoas, para atuar em seu nome (Arendt, 1985, p. 24).

Ou seja, para Arendt (1985), o poder é a extensão do Território, o agir em conjunto por meio do reconhecimento coletivo, ressaltando a importância dos grupos e comunidades que se

reúnem para tomar decisões. Destarte, a noção de território supera o conceito de fronteiras ,como afirmam Silva e Tourinho (2017, p. 97):

A fronteira não é apenas uma linha mapeada cartograficamente e descrita em seus marcos geodésicos com a finalidade de separar duas ou mais unidades espaciais. Se assim o fosse, os problemas relativos aos limites territoriais se restringiriam à tecnologia empregada para proceder referido traçado e descrição. Quando se mencionam os termos “limite territorial” ou “fronteira”, é necessário remeter-se às noções mais amplas de “território” e de “territorialidade” (Silva e Tourinho, 2017, p. 97).

Conformando os limites do espaço, seja em ações ou reações violentas (refere-se à força brutal do poder), ou principalmente quando relacionado ao “território nacional”, sendo o Estado considerado o único gestor por isso, esse conceito não pode ser reduzido à referida expressão, pois os territórios são construídos e desconstruídos por meio dos processos dinâmicos e relações entre grupos em escalas temporais diferentes. Por isso, o território não é um espaço vazio, sem referência, como é tido ao associar a territorialidade como Estado – Nação (Souza, 2000).

Acerca da ênfase à crítica ao discurso territorial ao Estado – Nação, Souza (2000) ressalta que ocorre a partir do conceito associado à palavra região. Trata-se de expressão utilizada amplamente difundida ao referir-se aos territórios de um Estado, em que era tido como um espaço vazio e que estabelece limites por meio da diferença entre ‘nós’, que abrange o grupo, comunidade, ou membros da coletividade. Os outros nesse sentido são identificados como os de fora, os estranhos, por meio da categoria de alteridade. Ou seja, adentra na definição da Geopolítica, associado a existência do território em suas características físicas. No entanto, é no espaço anterior ao território que as relações sociais se consolidam no espaço concreto e, ao mesmo tempo, possuem uma territorialidade flexível.

Santos *et al* (1998) ressalta haver novos recortes no território resultantes de uma contínua construção e funcionamento do espaço habitado por meio das verticalidades e das horizontalidades, (Santos *et al*, 1998, p.16):

As horizontalidades serão os domínios a contiguidade, daqueles lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial, enquanto as verticalidades seriam formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais.

Para Souza (2000) a existência em si possui uma complexidade, unida ao pertencimento a uma objetividade no espaço concreto em rede, entre nós, conectados em arcos (fluxos) em que se estabelecem a territorialidade, e configura-se nos aspectos social e cultural da dinâmica social trazendo outras configurações de territórios.

Logo, o poder é onipresente em todas as relações sociais movido por interesses, e o território existe independentemente do aspecto físico. Sendo assim, uma superfície líquida, em

outros termos, não necessita do solo para existir a territorialidade. De tal forma que o exercício do poder depende muito da organização socioespacial e as territorialidades engendradas pela interação entre homem e espaço social, tão somente mediada pelo espaço. A autonomia ocorre por meio da organização política, e o desenvolvimento visa uma autoinstituição da sociedade rumo à valorização e reconhecimento dos direitos sociais com igualdade e justiça, que segundo Souza (2000, p. 86):

Outra forma de abordar a temática da territorialidade, mais abrangente e *crítica*, pressupõe não propriamente um descolamento entre as dimensões política e cultural da sociedade, mas uma flexibilização da visão do que seja o território. Aqui, o território será *um campo de forças*, uma *teia* ou *rede de relações sociais* que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, *uma alteridade*: a diferença entre “nós” (o grupo, os membros da coletividade ou “comunidade”, os *insiders*) e os “outros” (os de fora, os estranhos, *outsiders*).

Conforme Souza (2000), o território se expressa como um campo de forças, por meio das relações sociais que, ao mesmo tempo, define internamente seus limites. Ou seja, o grupo faz parte de uma coletividade, formado entre eles pelo sentimento de pertença, afirmando o “nós” e definindo simultaneamente o que não é, ao que não pertence, nem se identifica. Vale ressaltar que existem vários tipos de organização espaço-temporal, que se configuram como redes, podem ser visíveis ou não, sendo, territórios flexíveis quando um mesmo espaço do território, pode ganhar outra conformidade dependendo dos tipos de grupos (Souza, 2000).

A complexidade dos territórios rede, articulando, interiormente a um território descontínuo, vários territórios contínuos, recorda a necessidade de se superar uma outra limitação embutida na concepção clássica de território: a exclusividade de um poder em relação a um dado território (Souza, 2000, p. 94).

As territorialidades, para Souza (2000), possuem uma conotação de diversos, territórios de acordo com suas propriedades e dinâmicas. Como já citado, trata-se de territórios contínuos e descontínuos que representam as territorialidades. Consoante a essa questão, Almeida (2008), traz o termo ‘territorialidades específicas’, que se expressa para além das contradições e antagonismos que resultam dessas relações de poder, ou campos de forças. Mas, com outra perspectiva de superposição de diversos territórios, configurando-se em meio às delimitações físicas, ou seja, territórios etnicamente configurados, conforme Almeida (2008, p. 29–30):

[...] resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território. Por seus desígnios peculiares, o acesso aos recursos naturais para o exercício de atividades produtivas, se dá não apenas através das tradicionais estruturas intermediárias do grupo étnico, dos grupos de parentes, da família, do povoado ou da aldeia, mas também por um certo grau de coesão e solidariedade obtido face a antagonistas e em situações de extrema adversidade e de conflito, que reforcem politicamente as redes de solidariedade (Almeida, 2008, p. 29-30).

Assim, Esterci e Schweiekardt (2010) expressam que a noção do espaço como território envolve interesses por parte do Estado em detrimento das políticas públicas e, por outro lado, fortalece os pequenos produtores por meio dos movimentos sociais e ambientalistas, resistências e lutas. Vale ressaltar, que no período das décadas de 1970 e 1980, o Estado utilizou-se do conceito de vazio demográfico marcado pela colonização na Amazônia, destacando como “necessária” a dominação e a apropriação por parte do Estado, e o acirramento entre as comunidades tradicionais e os povos originários sobre o domínio da terra e a sua forma de apropriação.

Contudo, o território envolve espaço de relações de poder, constituído pelas relações sociais, as quais conformam a vida social. De acordo com Esterci e Schweiekardt (2010, p. 60), os “territórios, como referências espaciais de identidade e solidariedade, nacionais e locais, pareciam estar perdendo relevância como elementos da prática social e como objetos de pesquisa” por ser uma problemática de cunho histórico e, simultaneamente, atual. A preocupação ocorre em torno da continuidade da questão espacial das coletividades, para que as noções de territórios se mantivessem na pauta de discussões políticas e nas indagações teóricas.

Segundo Pacheco (2005–2006, p. 103), houve uma visão muito restrita ao associar reforma agrária somente com a questão de terras sem incluir o elemento crucial: os direitos territoriais, dessa forma, destaca-se que:

[...] é preciso conjugar na análise da questão agrária o sentido de território, que é muito mais amplo. [...] Falar de território significa falar de modos de vida. O território é condição de existência, de sobrevivência física para as populações que compartilham da mesma origem e elaboram uma unidade. É espaço de produção, de relação com a natureza (matas e florestas, rios, animais), e um lugar também de simbologia, incluindo o sentido sagrado da terra para várias populações.

A relação dos territórios com os recursos naturais envolve um complexo de saberes e conhecimentos dos povos originários e tradicionais em meio à forma de apropriação do território, primando pelo cuidado e pelo respeito com a natureza. Segundo Sterci e Schweiekardt (2010), no Brasil, e, especificamente, na Amazônia, o território é discutido consoante os interesses, seja como instrumento de políticas públicas por meio dos planejadores e legisladores ou como espaço de reivindicação para os direitos dos povos da floresta contribuindo para o surgimento de um complexo mosaico de diversos territórios, subordinados por estatutos que disputam entre si e de sobreposição. Assim, destaca-se a importância das organizações sociopolíticas conforme Lira e Chaves (2016, p.75):

Em relação à organização política, as formas de organização das comunidades tradicionais denotam a existência de identidades políticas diferenciadas que, por sua vez, produzem condições propícias para os mais diversos processos sociais, dentre os quais se destacam as ações comunitárias, como meio para a organização sociopolítica (Lira e Chaves, 2016, p.75).

A organização sociopolítica se faz necessária para a efetivação dos direitos, sendo este um processo de reconhecimento de sua territorialidade, no sentido de pertencer, se autoidentificar e contribuir para a reformulação das políticas públicas (Souza, 2000); (Esterci e Schweiekardt, 2010); (Barth, 1988).

Assim, no contexto internacional em torno da preocupação dos territórios resultou na “coletânea publicada pelo Institut National de la Recherche Agronomique (INRA), França, sob o título *Territories in question; pratiques des lieux, usages d’ un mot*”. (Alphandery; Bergues, 2004 *apud* Esterci; Schweiekardt, 2010), que carrega consigo a noção de território, por vários autores de diversos ângulos a partir de uma denominação simples de território e refere-se a demarcação de espaço institucionalizado ou não, carregado de conceitos que se distinguem em territórios produzidos e territórios construídos, para Esterci e Schweiekardt (2010, p. 60):

Distinguem, por um lado, os territórios produzidos para fins de ação pública e de representação política, visando à administração local; e, por outro lado, os territórios construídos de forma mais difusa e menos institucionalizada, como manifestações das diversas formas de apropriação do espaço que os indivíduos e os grupos sociais produzem e transformam no curso das relações que estabelecem entre si e com o seu meio. São aqueles espaços, dizem os autores, que as coletividades humanas organizam e modelam por meio de suas práticas materiais e simbólicas.

De acordo com Lira e Chaves (2016), há uma singularidade no manejo dos recursos naturais pela comunidade tradicional, que envolve um conjunto de crenças, mitos e ritos que conformam a organização cultural.

Para Barth (1998), os territórios e territorialidades são formados pelos grupos étnicos e suas fronteiras com categorias de atribuição e a autodescrição dos próprios atores, por possuírem uma forma específica de interação e organização social relacionado aos processos de manutenção de grupos étnicos e observando estes processos a partir das fronteiras étnicas e manutenção dela. Dessa forma, Barth (1998, p.196) evidencia que:

a fronteira étnica canaliza a vida social – ela acarreta de um modo frequente uma organização muito complexa das relações sociais e comportamentais. A identificação de outra pessoa como pertencente a um grupo étnico implica compartilhamento de critérios de avaliação e julgamento (Barth 1998, p.196).

Segundo Barth (1998), ocorre menos ao que se tem em comum, e mais nas diferenças que se quer explicitar o outro por meio das fronteiras étnicas, em contraposição à concepção de

cultura embasada em aspecto físico. Dessa forma, o isolamento geográfico e social não sustenta a cultura, pois é através da interação em um dado sistema social que ocorre a manifestação da etnicidade.

Outrossim, para Barth (1998), os grupos étnicos constroem fronteiras sociais em relação a outro grupo étnico. Ou seja, a etnia não se define pela biologia ou somente pela materialidade física. Mas por meio da articulação em si, expressada pela representação da cultura em seus modos de vida, costumes e tradições em comum, pois, o grupo étnico possui um processo histórico e social que se articula através do agrupamento político de diferentes culturas, não se caracterizando pelos atributos clássicos, por exemplo, os povos não contactados, que reforça que a cultura não é estática, e sim dinâmica.

A identidade étnica se configura pela fronteira construída por meio da interação social em que aponta critérios de pertença e exclusão. Sendo assim, sobressai na observação e forma de constituição e manutenção de fronteiras étnicas. Os grupos étnicos são aqueles que compartilham os mesmos valores e modos de vida e possuem um interesse em comum, por isso, as fronteiras sociais elaboradas pelos grupos étnicos, e a cultura pode passar por alterações sem a manutenção das fronteiras, que são os critérios de pertença (Barth, 1998).

Assim, nesse contexto das territorialidades das comunidades tradicionais, a sustentabilidade das práticas revela os modos de vida e suas formas de organização social. Com isso, é importante salientar a participação das comunidades na manutenção e na conservação da biodiversidade, e a luta por seu reconhecimento e valorização.

CAPÍTULO II — POVOS TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA

Os povos tradicionais na Amazônia vivem nas beiradas dos rios, em formas de agrupamentos sociais, familiares e possuem um modo de vida singular no que se refere a relação com a natureza e seus recursos. Para tanto, a formação social na Amazônia é marcada pelo processo de colonização, em meados do século XVII, a qual segundo Chaves (2001) engendrou e agudizou as mazelas sociais em detrimento do reconhecimento do conhecimento tradicional.

Dessa forma, a resistência das povos tradicionais ocorre pela organização sociopolítica como fruto do reconhecimento e valorização do saber ancestral. Assim, este capítulo contextualiza a Amazônia, a comunidade ribeirinha e apresenta um breve histórico da comunidade São Lázaro do Município de Caapiraanga – AM.

Além promover uma reflexão em torno do conceito de comunidades e povos tradicionais, destaca-se o processo de colonização na Amazônia e seus impactos nos modos de vida do ribeirinho.

2.1 Comunidade Ribeirinha Amazônida: caracterização do *lócus* de estudo

- **Amazônia**

A Amazônia possui a maior floresta tropical do planeta. Segundo os dados do IBGE (2023), ela abriga o maior bioma brasileiro, que ocupa 49% do território nacional, além da imensa bacia hidrográfica, que contém 20% da disponibilidade mundial e suas grandes reservas de minerais com uma gama de diversidade em relação à fauna e à flora, carrega consigo um conjunto de ecossistemas.

No entanto, a floresta Amazônica vive uma constante ameaça devido ao desequilíbrio das emissões de carbono e mudanças climáticas, que afetam diretamente os meios de subsistência dos povos tradicionais e originários, nas quais as consequências se expressam na perda da biodiversidade, degradação do solo, poluição do ar, diminuição do volume de precipitação, aumento de temperaturas, suscetibilidade a incêndios, mudanças climáticas e impacto na saúde (Beuchle *et al*, 2022).

Na Amazônia, segundo Beuchle (2022), destaca-se a Amazônia Legal e a Pan-Amazônia. A Amazônia Legal engloba 9 estados brasileiros: Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Mato Grosso, Tocantins e Maranhão. Apresenta uma área de 5.015.067,86km², medindo cerca de 58,93 % do território brasileiro (IBGE, 2023). E a Pan-Amazônia ou Amazônia Internacional, que está localizada na região Norte da América do Sul,

refere-se por onde a floresta tropical Amazônica perpassa nos territórios dos seguintes países: Colômbia, Peru, Venezuela, Equador, Bolívia, Guianas, Suriname e Brasil.

O Estado do Amazonas está localizado na região Norte do Brasil e possui 62 municípios. Segundo os dados divulgados no IBGE (2023), o Estado do Amazonas possui uma extensão territorial de 1.559.255,881km², dado atualizado no ano de 2022, e com uma estimativa populacional de 3.941.613 e seu Índice de Desenvolvimento Humano de 0,7 (2021).

A Amazônia é marcada pela colonização, de acordo com Chaves (2001), iniciada, a partir do século XVII, na Amazônia sob a égide das políticas de integração, como ciclo da exploração das *drogas do Sertão*, período voltado para a exploração comercial dos recursos naturais. No século XVIII, o *ciclo agrícola*, embora não tenha ganhado muita repercussão por ser realizado em um período curto, veio para complementar a atividade de extrativismo.

Segundo Chaves (2001) logo depois, o ciclo da borracha inicia-se a partir de 1870 e seu declínio a partir de 1910, período marcado pelo extrativismo da matéria-prima para a fabricação do látex, a *Hévea brasiliensis*.

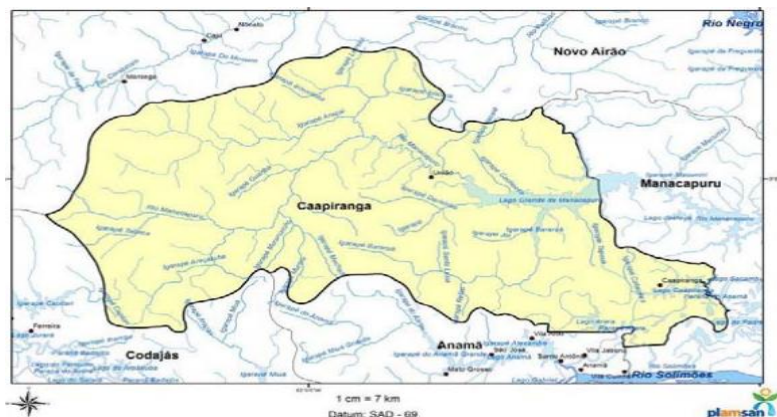
Após esse ciclo, inicia-se o processo de industrialização com a criação da Zona Franca de Manaus — ZFM, por volta de 1970, para a implantação dos grandes projetos. Chaves (2001) salienta que a Amazônia é como um celeiro do mundo, devido às riquezas naturais tornaram-se alvo de interesses comerciais, explorando a força de trabalho das populações nativas e migrantes.

- **Município de Caapiranga-AM**

No que se concerne ao município de Caapiranga, este compõe o conjunto dos 62 municípios, conforme o IBGE (2023). Sua extensão territorial é composta por 9.455.539 km², com população residente de 13.469 e um baixo Índice de Desenvolvimento Humano, 0,569 no IDH (2010). Situa-se na sétima Sub-região do Rio Negro/Solimões, e a sua sede está localizada no lago de Caapiranga à margem esquerda do Rio Solimões, com uma distância de 147 km da capital (Manaus), em linha reta.

O município de Caapiranga faz fronteira com os municípios de Manacapuru, Anamã, Codajás e Novo Airão (Cf. Figura 1 Malha Hidrográfica do Município de Caapiranga). De acordo com o IBGE (2023), o nome do município possui origem Tupi na junção das palavras *caa + piranga*, *caa* = folha e *piranga* = vermelha, significa folha vermelha. Planta usada pelos povos originários da etnia Mura em seus festejos, por meio de pinturas; e assim, o município recebeu esse nome devido à abundância dessa planta no local.

Figura 1 - Malha hidrográfica do município de Caapiranga



Fonte: Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, 2012.

Figura 2 - Frente do Município de Caapiranga



Fonte: Site da Prefeitura de Caapiranga, 2024.

Para chegar ao município (Figura 2) utilizam-se os meios de transporte fluviais e parcialmente terrestres. As opções de embarque e desembarque são de Manaus/Caapiranga por meio do barco/motor, em uma viagem com duração de 12 horas. Ou, via terrestre, Manaus/Manacapuru/Caapiranga por meio de ônibus rodoviário, com duração de 2 horas de viagem, com parada em Manacapuru para seguir a viagem para a sede Caapiranga em lanchas, com duração de 3h ou 4h, dependendo da dinâmica do cenário amazônico na cheia, na estiagem (Relatório PCTIS, 2017).

Figura 3 - Mapa do Município de Caapiranga

Fonte: IBGE, 2010.

Para Ramos (2011), seu desenvolvimento geográfico esteve diretamente ligado à origem de Manacapuru, pois, em 1939, havia três distritos em sua administração, envolvendo Manacapuru, Beruri e Caapiranga. Somente por volta de 1981 do dia 10 de dezembro, por meio de uma emenda constitucional, Caapiranga é desmembrado de Manacapuru e se torna um município reconhecido pelo estado do Amazonas.

O município tem como uma das suas características a presença do cará (*discorea spp.*), um tubérculo que possui alto valor nutricional, que se tornou base para alimentação local e também comercial, desde o início do século passado, para tanto a festa do cará, conhecida como “Festival do Cará”, que ocorre nos dias 05 e 06 de setembro e, segundo os dados do IDAM (2013), realizam-se as Festas Religiosas: festa de São Sebastião, em 20 de janeiro, festa de Santo Antônio, dia 13 de junho e o Aniversário do Município, em 28 de dezembro, sendo o padroeiro do município Santo São Sebastião.

Ramos (2011) destaca que por volta da década de 1870, houve uma grande seca no Nordeste, em que muitas famílias passaram por situação de vulnerabilidade e, com isso, grande parte da população nordestina se viu atraída pelo trabalho nos seringais na região Amazônica. Segundo Ramos (2011, p. 11), há registro sobre as primeiras famílias que formaram as primeiras comunidades.

As primeiras famílias a povoarem Caapiranga, foram os Matos, Franco, Arruda, Marques, Moraes, Neves e Martins, conforme consta no histórico do Cará Roxo, no início do século passado. Anos depois, em 02 de novembro de 1922, nascia Onete Manoel Pereira (Duquinha), filho dos nordestinos Teodoro Manoel Pereira e Maria Lourenço da Encarnação. Aos oito anos de idade, ele iniciou sua vida de agricultor, cultivando mandioca, malva e juta. Em 1937, ele começou a plantar o cará e logo estava comercializando o produto. Atente-se para o fato de que não foi ele que trouxe o cará para a região. Conforme dito anteriormente, os “mura” foram os responsáveis pelo cultivo do cará por longos tempos. Mas, a este filho de nordestinos, Onete Pereira, ou Duquinha, foi atribuído o título de rei do Cará, por ter sido ele o primeiro a cultivá-lo com fins lucrativos, influenciando as gerações posteriores a ele ao transmitir essa prática agrícola (Ramos, 2011, p. 11).

Dessa forma, uns dos tipos de cará, inicialmente, cultivado no município de Caapiranga, foi o cará branco, e depois o cará roxo, na qual teve mais êxito na questão comercial e, também, se tornando base para alimentação local, com possibilidade de mais de 150 espécies de cará (Ramos, 2011).

Contudo, Chaves (2021) aponta que economia do município baseia-se através do setor primário: agricultura, com os plantios de malva, mandioca, milho, açaí e banana, cará e melancia, a Pecuária: com criação de bovinos, suínos, ovinos, caprinos, equinos, pesca, sendo um dos principais meios de subsistência. No que refere-se a atividade da pesca utiliza-se de barcos pesqueiros que vêm de Manacapuru e Manaus. Na Avicultura, a criação de aves destina-se para fins de consumo doméstico. Por fim, o extrativismo vegetal como a extração de madeira, borracha e castanha.

- **O Lugar da Pesquisa:** comunidade ribeirinha São Lázaro

A comunidade São Lázaro está localizada no lago de Manacapuru, próximo ao Município Sede de Caapiranga (figura 04). Segundo Chaves (2021), a comunidade possui esse nome em homenagem ao Santo Padroeiro da região, sendo amplamente conhecida entre os ribeirinhos como Dominginhos.

Figura 4 - Área de Jurisdição do Município de Caapiranga



Fonte: Google Maps, 2014.

O acesso à comunidade ocorre pelo transporte fluvial, e possui um tempo de deslocamento de 5h direto da sede de Caapiranga (Figura 5) e para o município de Manacapuru-AM de aproximadamente 10 horas. O transporte ocorre para a sede dos Municípios de Caapiranga-Am e Manacapuru-Am por meio do barco de linha que realiza o trajeto semanalmente. Vale ressaltar que a comunidade dispõe de transporte próprio, como os barcos

e as rabetas (Figura 6). As rabetas são conhecidas na região amazônica como uma pequena embarcação caracterizada por uma canoa e um motor de popa.

Figura 5 - Sede do Município de Caapiranga



Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Interação/UFAM, 2024.

Figura 6 - Comunidade São Lázaro



Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Interação/UFAM, 2024.

A comunidade possui uma (01) Igreja (Ver Figura 7), sendo espaço onde os ribeirinhos se reúnem para participar das Missas e festejos. De acordo com Pontes, Ribeiro, Nascimento (2013 p. 6) “Todos os anos é realizada a festa católica na comunidade, cujo santo é “São Lázaro” que dá nome a este lugar”. Wagley (1988) destaca que as festas religiosas que ocorrem nas comunidades tradicionais na Amazônia são marcadas por suas reuniões alegres em meio a socialização da comunidade; é o momento em que os devotos fazem seus pedidos e cumprem promessas realizadas ao Santo Padroeiro.

Figura 7 - Igreja São Lázaro da Comunidade Ribeirinha



Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Interação/UFAM, 2024.

No que se refere ao cotidiano, Heller (1985, p. 17) destaca que “a vida cotidiana é a vida de *todo* o homem”, os ribeirinhos vivem em sua individualidade e personalidade, e quando os interesses são voltados para o bem comum a comunidade se reinventa mediante os desafios vivenciados.

Nesse contexto, a comunidade na sua dinâmica socioambiental enfrenta todos os anos desafios durante o período da vazante e a cheia, conforme Pontes, Ribeiro e, Nascimento (2012, p. 06):

A época de maior dificuldade para os comunitários é no período da vazante dos rios, visto que a comunidade fica praticamente isolada o que implica, sobremaneira, no deslocamento para a sede do município e outras localidades. Conforme relato das mulheres, este período se assenta de forma preocupante, pois no caso do aparecimento de alguma doença grave fica complexo levar o enfermo até a cidade mais próxima. Ademais, a cesta básica de alimentação é comprada bem antes da descida das águas e os componentes familiares precisam economizar por um bom período até que o deslocamento esteja mais acessível para a sede do município.

Por fim, mediante os desafios, a comunidade se organiza para conseguir estocar os mantimentos e se preparar para a cada ano, ficando a mercê dos impactos das mudanças climáticas. Percebe-se a insegurança alimentar, e os desafios das políticas públicas, como a saúde, para a comunidade no cenário do cotidiano do ribeirinho. Para isso, a discussão em torno das comunidades tradicionais se faz necessária para a maior compreensão acerca das formas de organização social e suas práticas desenvolvidas em comunidade, em busca da valorização e doreconhecimento das territorialidades através das políticas públicas.

2.2 Comunidades e povos tradicionais: panorama dos pressupostos teóricos ¹

No debate acerca das comunidades e dos povos tradicionais evidencia-se a valorização destes na proteção e na manutenção da biodiversidade. Dessa forma, as “florestas são habitadas por populações indígenas ou grupos tradicionais que desenvolveram formas de apropriação comunal dos espaços e recursos naturais” (Diegues, 2008, p.15), pois, o conhecimento adquirido sobre o mundo natural pode impulsionar a criação de vários sistemas de manejo da fauna e da flora, com capacidade de proteger, conservar e potencializar a diversidade biológica. Nesse sentido, a diversidade sociocultural é marcada por séculos de existência, no que tange ao manejo dos recursos naturais, garantindo a diversidade biológica.

Diegues (2008) ressalta que os países em crescimento são marcados pela existência dos povos tradicionais e originários, que possuem formas históricas de uso dos recursos naturais, Tendo em vista que a maioria das florestas tropicais, ecossistemas não foram destruídos pelo capitalismo, pois, na maior parte, são habitadas por grupos, povos indígenas, sociedades extrativistas, ribeirinhos. Assim, Diegues (2008, p. 81) assevera que:

Muitas delas ainda não foram totalmente incorporadas à lógica do lucro e do mercado, organizando parcela considerável de sua produção em torno da auto-subsistência. Sua relação com a natureza, em muitos casos, é de verdadeira simbiose, e o uso dos recursos naturais só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista.

Considera-se que as culturas tradicionais possuem relação laboral não capitalistas, nas quais o resultado do trabalho não é uma mercadoria, pois as práticas comunitárias não atuam sob o assalariamento da força de trabalho, mas a partir de uma gestão dos recursos naturais respeitando os ciclos da natureza, sem que haja uma dependência da lógica do mercado. Em vista disso, há um elemento crucial que permeia as práticas das populações tradicionais nesse sentido, que é o delineamento dos domínios territoriais, como uma porção da natureza e do espaço para a reprodução econômica, social e as relações sociais, em seus fundamentos culturais, orientado pelas representações, mitos e símbolos e modos de vida.

Nessa perspectiva, as comunidades tradicionais possuem uma organização social, política e cultural que são singulares, como a relação homem natureza voltada para subsistência e proteção da biodiversidade, tendo em vista os conhecimentos herdados por geração e representações culturais, que influenciam nos modos de vida e organização (Diegues, 2008).

¹ Material publicado na Revista ETHNE v. 2, n. 2, p. 6 a 20 | (2023) – ISSN: 2965-1417

Assim, para Diegues (2008, p. 90), as culturas e a sociedades tradicionais expressam-se por meio da relação com seus territórios:

- a) Dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis a partir dos quais se constrói um *modo de vida*;
- b) Conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido de geração em geração pela oralidade;
- c) Noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- d) Moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter-se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- e) Importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado;
- f) Reduzida acumulação de capital;
- g) Importância dada a unidade familiar doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;
- h) Importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- i) A tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- j) Fraco poder político, que, em geral, reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- k) Auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras (Diegues, 2008, p. 90).

Por conseguinte, Diegues (2008) reafirma que as comunidades tradicionais possuem uma organização social, política e cultural conforme sua territorialidade por meio da relação homem e natureza como espécie no ecossistema, o qual obtém, do território, meios para a sua subsistência e para a proteção da biodiversidade por meio dos conhecimentos herdados por geração, representações culturais, que influenciam nos modos de vida, e organização.

A relação das populações tradicionais com a biodiversidade começou a ganhar visibilidade no documento chamado “Estratégia Mundial para a Conservação da União Internacional para a Conservação da Natureza — UICN” (1980). Em que foram apresentados os objetivos básicos para a conservação, que consiste na manutenção, na preservação e no uso dos recursos naturais e espécies de modo sustentável. Somente a partir de 1988, a UICN (1980) iniciou a discussão em torno da manutenção da diversidade de espécies, ecossistemas e diversidade sociocultural, demarcando a importância do conhecimento tradicional das populações locais.

Nesse sentido, Diegues (2008, p.07) destaca a importância no que se refere “às populações tradicionais, mediante suas práticas culturais, colaboraram e colaboram para a manutenção da diversidade biológica, desde que sejam respeitadas e mantidas suas formas tradicionais de manejo”. Foi a partir dessa conceituação acerca de sua relevância que o marco

legal foi confirmado no Brasil por meio do tratado internacional da ONU junto a conferência da ECO-92 (Rodrigues, 2015). Assim, a definição da Biodiversidade, segundo a Convenção da Diversidade Biológica — CDB (BRASIL, 1992):

A biodiversidade é definida pela Convenção sobre a Diversidade Biológica como “a variabilidade entre os seres vivos de todas as origens, inter alia, a terrestre, a marinha e outros ecossistemas aquáticos e os complexos ecológicos dos quais fazem parte: isso inclui a diversidade no interior das espécies, entre as espécies e entre espécies e ecossistemas.

A biodiversidade envolve um conjunto e variabilidade dos seres vivos, como os animais terrestres, marinhos e tantas outras complexidades ecológicas. Desse modo, a diversidade biológica atravessa o mundo natural, sendo também composta pela diversidade de povos e suas culturas. Segundo Diegues (1999), a biodiversidade não se resulta unívoca, como produto da natureza sem a presença do ser humano, por ser um resultado das ações humanas baseadas nas culturas tradicionais.

Dessa forma, são fruto das formas de gestão das práticas socioculturais desenvolvidas pelos povos tradicionais, que contribuem para a manutenção e conservação da biodiversidade, como afirma Diegues (1996 *apud* Rodrigues, 2015, p. 46):

[...] as práticas de ajuda mútua, os trabalhos intragrupais, constituem-se em práticas importantes no cotidiano das populações tradicionais. Nestas sociedades, diversos estudos apontam para a existência de uma simbiose homem – natureza. “[...] tanto no campo das atividades do fazer, das técnicas e da produção, quanto no campo simbólico.

Portanto, diante da diversidade de povos, cada comunidade pertencente ao conjunto de povos tradicionais ou originários se expressam de uma forma singular. Para esse contexto da pesquisa, destacam-se os ribeirinhos no cenário amazônico com sua bagagem de conhecimento tradicional e *modus vivendi*.

2.3 Os ribeirinhos da Amazônia: caracterização sociocultural

Os ribeirinhos fazem parte de um conjunto de populações tradicionais. Wagley (1988) enfatiza que as populações tradicionais amazônicas trazem consigo uma história marcada desde a colonização e a miscigenação que afeta diretamente a dinâmica na organização sociopolítica. Assim, as comunidades tradicionais possuem uma peculiaridade que se refere à organização social em sua estrutura física e identidade sociocultural.

Em consonância com Chaves e Rodrigues (2016), as comunidades se articulam por meio de uma complexa rede de relações sociais, na qual se envolve forças políticas, econômicas e

culturais, em que se expressam por meio das lutas e das resistências para garantir seus direitos e fortalecer a comunidade. Assim, vale ressaltar que a comunidade possui uma forma de organização social singular, de acordo com Barreto e Chaves (2013, p.05):

[...] o significado de comunidade é entender como local onde se institui um modelo singular de gestão dos recursos naturais e de organização social, indivíduos constroem um conjunto de saberes, os quais tem sua origem nos conhecimentos das tecnologias tradicionais das sociedades indígenas que viviam nas áreas de várzeas (Barreto e Chaves, 2013, p. 05).

Chaves (2001) ressalta que esses atores sociais, os ribeirinhos, possuem um saber sócio-histórico em conformidade com Lira e Chaves (2016) o homem é resultado dos intercâmbios históricos, pois alcançou expressividade em diferentes povos e etnias.

Tal como as diferentes manifestações culturais que reflete no cotidiano do homem amazônico em meio às relações de trabalho e seu *modus vivendi*, Lira e Chaves (2016, p. 72) assevera que:

a) a origem étnica por meio da adoção e adaptação de saber e técnicas de acordo com suas necessidades; b; ao padrão complexo de organização da produção e de gestão dos recursos naturais; c) a luta pela garantia de sobrevivência e acesso a bens e serviços sociais; d) as atividades exercidas, como: agricultura, caça, pesca, coleta, e extração, desempenhadas de acordo com suas necessidades e recursos naturais disponíveis.

Conforme Lira e Chaves (2016), no que se refere à caracterização e à identificação dos ribeirinhos, estes por sua vez contém sua particularidade pautada na dinâmica sociocultural e histórica na Amazônia. Chaves (2001, p. 72) destaca, ainda, que “a formação desses agrupamentos sociais, as comunidades ribeirinhas, tal como existem na atualidade, foi determinada pela interferência de diversos fatores que variaram ao longo da história”, como o declínio do mercado da borracha e o abandono dos padrões acerca dos migrantes advindos de outros estados, Elevando o fortalecimento da organização sócio-cultural por meio das redes de ajuda mútua.

Os ribeirinhos, conforme Lira e Chaves (2016), vivem à beira dos rios (Cf. Figura 8), nas áreas de várzea. Todavia, pela forma de comunicação e contato com a natureza, modo de vida, fauna e flora, conforme Chaves (2001, p. 73):

Os ribeirinhos são uma referência de população tradicional na Amazônia a partir da relação com a natureza, da forma de comunicação dos usos das representações dos lugares, do tempo, da integração com a água e dos conhecimentos dos sistemas classificatórios de fauna e flora, que formam um extenso patrimônio cultural.

Ademais, a organização sociocultural envolve essa intrínseca relação com a natureza e todas as formas de vida que ocorre por meio da apropriação da terra e de seus recursos florestais.

Evidenciando que comunidades tradicionais possuem respeito e cuidado com tempo ecológico no manejo coletivo dos recursos naturais em meio às atividades de trabalho com vistas ao atendimento das necessidades básicas e fundamentais (Chaves, 2016).

Figura 8 – Vista da comunidade São Lázaro



Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Interação/UFAM, 2024.

Vale ressaltar que as comunidades ribeirinhas possuem modalidades de organização coletiva: *mutirão*, *ajuri*, *puxirum*. Para Chaves (2016): *Mutirão*: envolve um agrupamento temporário em torno de um objetivo em comum, que seja para melhoria da própria comunidade, nessa modalidade todos os membros da comunidade participam; *Ajuri*: reflete como um trabalho coletivo na qual os resultados são partilhados entre os membros da atividade; *Puxirum*: uma modalidade de organização que tem como principal característica a troca de serviços, e se reúnem para ajudar um determinado membro e que este contribua com a comunidade posteriormente.

2.4 Sociobiodiversidade em comunidades amazônicas

A Amazônia na sua inefável beleza, sendo um lugar também regado de mitos e lendas, impactando na Sociobiodiversidade em comunidade amazônicas, que conforme Silveira (2004 *apud* Castro, 2010, p. 105), afirma que “O mito do El Dorado é o eixo imagético, o arquétipo da busca desenfreada de ouro e de especiarias pelos europeus desde a Antiguidade” (Silveira, 2004 *apud* Castro, 2010, p. 105)

Esse mito prevalece até os dias atuais, principalmente quando se refere à Amazônia, e nas palavras de Bolle, Castro e Vejmelka (2009 *apud* Castro 2010, p. 15) “Amazônia — região universal e teatro do mundo”. Nesse sentido, Chaves (2016) ressalta que a colonização na

Amazônia foi marcada a ferro e a fogo pela expansão do capital por ser vista como um cenário de lutas, escravização e a cobiça por terras, entre outros pressupostos.

Castro (2010) salienta que as grandes navegações na Amazônia ocorreram, por volta do século XV e XVI, embaladas pelo mito do El Dorado. O mito do El Dorado, representa uma visão mitológica da América acerca das belezas infindáveis e dos seus recursos naturais. Nesse contexto, Almeida (2008) destaca que a noção de civilização está atrelada à noção de uso para exploração racional dos recursos naturais, na qual acentuou-se em seu traço colonial por meio do etnocentrismo praticado em relação aos povos tradicionais e originários.

Para Carneiro da Cunha e Almeida, (2000), as populações tradicionais eram vistas como entraves para o desenvolvimento da região, um traço marcado pelo período colonial, em consonância com Reis (1974::33 *apud* Chaves, 2001, p. 11-12):

No século XVI, quando os primeiros europeus tiveram contato com a região amazônica, ela era habitada por numerosos grupos indígenas que desenvolviam, com seus próprios esforços e conhecimentos, técnicas e instrumentos no usos dos recursos da natureza.

No entanto, Chaves (2001) ressalta que o período de colonização remonta somente ao século XVII, e refere-se ao que ficou conhecido como ciclo econômico das drogas do sertão, com o objetivo de exploração comercial dos recursos naturais e de sua integração aos mercados nacional e internacional. Por outro lado, a inserção desse modelo com suas metas econômicas e geopolíticas desconsidera as formas de modelo de gestão dos recursos naturais existentes e suas formas de organização social e relações de produção.

Assim, para Almeida (2008), o termo ainda presente na sociedade “civilização” era destinado para os selvagens e atrasados, e refere-se à população originária e tradicional, sendo este definido pelos grandes projetos de desenvolvimentos. Lira (2014) ressalta que esta visão é carregada de estereótipos presentes na sociedade contemporânea, em que expõe “essa visão distorcida, no que lhe concerne, é responsável pela exclusão das comunidades tradicionais do processo de elaboração das políticas públicas, especialmente daquelas que dizem respeito a sua existência” (Lira, 2014, p. 121). Ou seja, afeta diretamente as comunidades tradicionais, pois não se valoriza a perspectiva do saber local e cultural, desde o manejo dos recursos naturais, uma vez que estes possuem habilidades no enfrentamento das adversidades, fruto de muitas experiências carregadas de sua historicidade.

Nos termos de Lira (2014), essa visão encontra-se no bojo da dominação e da exploração dos recursos naturais, pois o mito em torno das grandes navegações e dos desbravadores incluíam a floresta como um “vazio demográfico”, de forma que os espaços deveriam ser

preenchidos pelos colonizadores, e por ser um lugar distante reforçaram-se os estereótipos, promovendo a perda da autoestima e orgulho de sua origem, segundo Castro (1997 *apud* Lira, 2014) “os preconceitos advindos do processo de colonização fazem com que a sociedade moderna veja as práticas tradicionais como improdutivas, quando na realidade, o seu rico saber é fruto de uma permanente observação e pesquisa dos recursos naturais (p. 121)”.

Chaves (2016) no que concerne aos ciclos econômicos estes causaram danos tanto na paisagem quanto vida local como a exploração das “drogas do sertão”, na implantação da agricultura capitalista, em 1760, durante o governo de Marquês de Pombal, o ciclo da borracha em 1870, o reaquecimento 1910 durante a II Guerra Mundial, criação da Zona Franca de Manaus por volta de 1970 e implantação de projetos. Dessa forma, “[...] os grandes projetos preconizavam a integração da Amazônia ao desenvolvimento nacional e Internacional, através de riquezas minerais, vegetais e animais, da mudança no padrão de produção tradicional e nas formas de manejo dos recursos naturais” (Chaves 2016, p. 39).

De acordo com a autora supracitada esses processos provocaram mudanças radicais no *modus vivendi* no contexto das populações amazônidas com a inserção dos grandes projetos, pois as consequências são adversas, como O genocídio e O etnocídio das comunidades tradicionais na qual se inclui A pauperização, a exclusão e A negação de direitos. Enfim, a exploração dos recursos naturais tem em seu arcabouço os parâmetros da sociedade capitalista moderna, em que se renega as práticas tradicionais, avistando-as como improdutivas. Porém, as práticas são frutos dos saberes adquiridos em uma permanente observação dos processos dinâmicos da natureza (Chaves, 2016).

Conforme Almeida (2008) e Diegues (2008), somente, a partir de 1988, que as comunidades tradicionais começam se articular e a se mobilizar coletivamente, pois estavam sendo expropriadas de suas terras, fruto de seus antepassados, na qual retiram dos recursos naturais o sustento em prol da satisfação de suas necessidades básicas e fundamentais. Por isso, com a mobilização demarca-se o empoderamento dos movimentos sociais dos povos tradicionais na Amazônia. Nesse sentido Almeida (2008, p. 21) expressa:

Os sujeitos desta questão ambiental na Amazônia têm se constituído na última década e meia. Eles não têm existência individual ou atomizada. A construção destes sujeitos é coletiva e se vincula ao advento dos vários movimentos sociais que passaram a expressar as formas peculiares de uso e de manejo dos recursos naturais por povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, quebradeiras de coco babaçu ou seja pelas denominadas “populações tradicionais”.

Nesse contexto, o autor supracitado destaca que os sujeitos da questão socioambiental são as populações tradicionais como resultado das lutas e resistências de forma coletiva, para

tanto que sua expressividade tornou-se maior, a partir dos anos 2000, no Brasil, através do reconhecimento dos povos originários e inclusão de mais uma categoria como os povos e comunidades tradicionais, na qual legitimou-se no Brasil, pelo decreto n.º 6040, de fevereiro de 2007, em que se institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seu art.3º no inciso I:

I — Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

Para Lira (2014), os ribeirinhos estão inseridos no âmago das comunidades tradicionais e possuem uma relação de profundo conhecimento, em que se constitui no corpo de saberes técnicos sobre o ecossistema e os ciclos naturais. Nessa perspectiva, Almeida (2008) ressalta que os “ecossistemas amazônicos” são constituídos pelas relações sociais, sendo este repleto de antagonismos, em que envolve lutas acerca do patrimônio genético e uso de tecnologias.

Assim, de acordo com Lira (2014), aumenta-se o interesse na participação política das comunidades tradicionais acerca dos seus direitos e do uso dos recursos naturais por meio da organização social político-organizativa. Em suma, as organizações constituem-se por representantes coletivos. Conforme Chaves, Nascimento e Ribeiro, (2023) este desencadeia um duplo movimento entre comunidade e movimento social, pois em meio as lutas e as resistências proporciona avanços no que se refere à garantia dos direitos territoriais.

Nesse contexto, Chaves (2016) salienta sobre o papel organizativo das comunidades tradicionais, que contribui para a criação e a elaboração das políticas públicas e seu fortalecimento. Diegues (2001) destaca a importância do protagonismo das comunidades tradicionais que ocorrem na manutenção e na conservação da biodiversidade.

Contudo, vale ressaltar que o conceito de comunidade possui várias denominações. Para isto, Lira (2014) acrescenta que no âmbito das Ciências Sociais depara-se com algumas controvérsias e complexidades no campo da Sociologia, e destaca alguns pressupostos teóricos acerca do conceito, como Weber (1994), Tonnies (1947) e Gusfield (1975, *apud* Lira, 2014).

Sob o prisma da Sociologia Compreensiva, Weber (1994, *apud* Lira, 2014) parte do conceito de ação social e, ao analisá-la, apresenta os significados da relação social, na qual seria a relação comunitária e/ ou relação associativa, sendo, a relação comunitária movida pela subjetividade no sentimento de pertencer a um grupo e a relação associativa voltada para a

racionalidade envolvendo interesses e valores. Ou seja, a relação social possui interesses opostos que acabam conflitando entre si.

No entanto, para Tonnies (1947, *apud* Lira, 2014, p. 128), o conceito de comunidade e sociedade se distingue em dois tipos de relações sociais:

[...] *Gemeinschaft*, seria a sociedade pré-capitalista, a qual seria homogênea com conformidade social, como norma, e teriam relacionamento local, coeso, duradouro, íntimo e face a face. Por outro lado, *Gesellschaft*, seria a sociedade industrial urbana, qual se refere à larga escala, impessoal e de prudentes relações, que tendem a serem fracas e baseadas na não-afinidade. As dicotomias da relação social são tipos ideais e Tonnies sugeriu que ambas podem coexistir nas áreas urbanas e rurais. Entretanto, *Gemeinschaft*, foi mais aceita em relação às áreas rurais.

Contudo, Lira (2014) apresenta dois modelos de relações sociais totalmente diferentes um do outro: o primeiro de caráter rural “*Gemeinschaft*”; e o segundo “*Gesellschaft*” para a justificativa das relações sociais urbanas. Conforme Gusfield (1975, *apud* Lira, 2014, p. 129) assim:

[...] distinguiu dois principais, os quais podem se, assim, descritos: a) uso no sentido territorial e b) uso no sentido relacional. O autor focaliza pontos de qualidade ou de caráter dos relacionamentos sociais, sem referência à localização. Estas noções são bem mais compreendidas, segundo Gusfield, quando vistas como elas são de fato, usadas, por meio de sua história social.

Acerca das bases analíticas, Gusfield (1975, *apud* Lira, 2014) fornece subsídios para a leitura da realidade das comunidades tradicionais ribeirinhas, com aportes teóricos, em que mais se aproxima do conceito de comunidade além da configuração do espaço, com ênfase nas relações sociais, pois a região Amazônica possui um modelo de organização específica de gestão dos recursos naturais desenvolvidos pelas comunidades ribeirinhas, sendo este fruto de uma organização social.

Lira (2014, p. 129) complementa que “[...] a comunidade é o espaço onde se solidificam as relações sociais e modos de vidas específicos, bem como, formas de gestão apropriadas dos recursos locais, o que evidencia o importante papel da cultura” permeada por crenças, mitos, ritos, no que se refere como a natureza. Lira (2014, p.133) acrescenta ainda que:

A Amazônia é ocupada por uma diversidade de grupos étnicos e por populações tradicionais, historicamente constituídas, a partir dos vários processos de colonização e miscigenação por que passou a região. Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o homem amazônico é resultado dos intercâmbios históricos entre diferentes povos e etnias. Tal intercâmbio possibilitou uma herança que se revela nas mais diferentes manifestações socioculturais expressas pelo homem amazônico na vida cotidiana, quais sejam: as relações de trabalho, a educação, a religião, as lendas, os hábitos alimentares e familiares.

Por fim, nesse cenário de diversidade, para Almeida (2008), os principais sujeitos da questão ambiental são os povos originários e os povos tradicionais. Lira e Chaves (2016) enfatizam que cada um é constituído de uma identidade sociocultural e político-organizativa e está relacionada à origem étnica que envolve saberes e técnicas passadas de geração em geração, formas de organizações específicas, em que reforça também a luta pela garantia do acesso a bens e serviços sociais a sobrevivência, e as atividades exercidas pelas comunidades.

CAPÍTULO III — PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE NA COMUNIDADE SÃO LÁZARO

Este capítulo visa a apresentar a análise e a discussão a partir dos dados obtidos na pesquisa de campo na Comunidade São Lázaro, realizado em consonância com o Grupo de Pesquisa Interação, na qual o capítulo desdobra-se a partir: a) expressões da questão socioambiental identificadas na comunidade São Lázaro; b) os desafios das Práticas de Sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas.

Desta forma, destacam-se as práticas de sustentabilidade desenvolvidas na comunidade ribeirinha São Lázaro e seus desafios e suas possibilidades no enfrentamento da questão socioambiental. Assim, foram aplicadas 18 entrevistas, com os formulários semi-estruturados, com os representantes dos grupos domésticos familiares na comunidade São Lázaro, além de reuniões e conversas semi-informais por meio de uma modalidade de pesquisa ação: a metodologia Interação do Grupo Inter-Ação (Chaves, 2001).

3.1 Expressões da questão socioambiental na Comunidade São Lázaro

Sobre a análise do perfil dos entrevistados que residem na comunidade, identificou-se que 13% estão na faixa de 20-24 anos (2 pessoas), 13% entre 25-29 anos (2 pessoas) e a maioria dos entrevistados estão cerca de 34%, na faixa de idade entre 30 e 39 (representa 6 pessoas), seguido de 17% entre 40-49, (representa 3 pessoas), 17% a faixa de 50-59 anos (3 pessoas), maior de 60 anos 13% (2 pessoas). Ressalta-se que 59% (11 pessoas) são oriundos do Município de Caapiranga, 12% (2 pessoas) de Manaus, 12% (2 pessoas) Manacapuru, 6% (1 pessoa) Juruá, 6% Coari (01 pessoa), 6% de Carauari (01 pessoa).

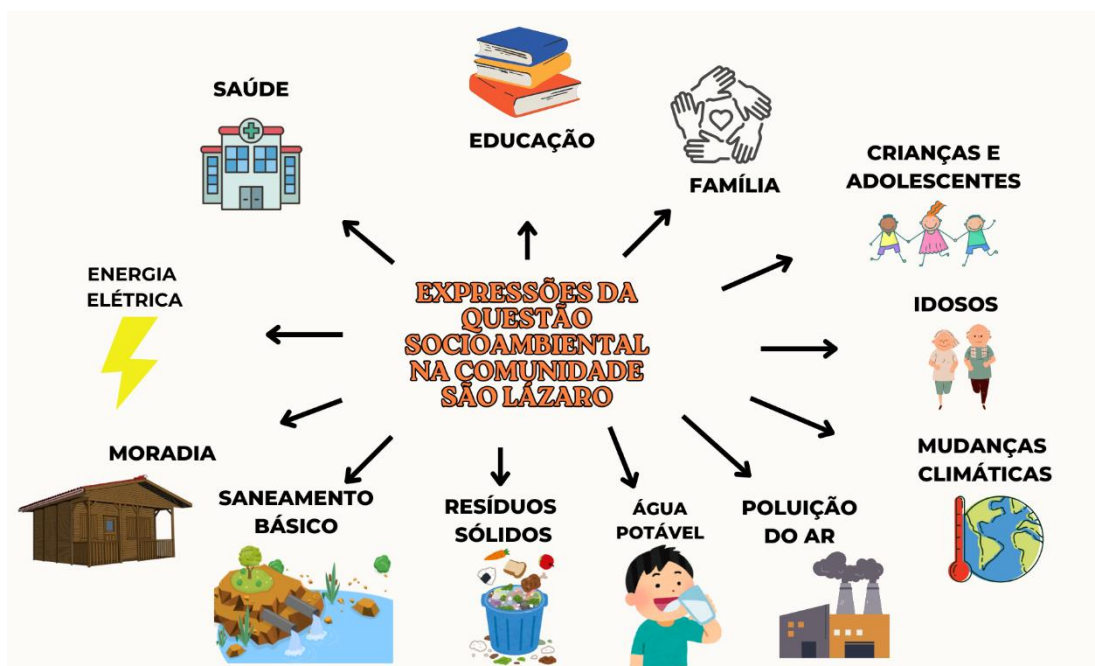
Diante do cenário ribeirinho da comunidade São Lázaro, destaca-se que a renda familiar gira em torno das atividades de agricultura, conforme o levantamento realizado 16% (03 pessoas) indicaram que ganham em torno de 3 a 5 salários mínimos. No entanto, 72% (13 pessoas) recebem menos de dois salários mínimos e 11% (2 pessoas) não souberam responder. Para Teixeira (2008), a raiz comum da Questão Social é a desigualdade social em meio sociedade capitalista madura, o que revela as famílias em situação de vulnerabilidade social e inclui também as crianças e os adolescentes, os idosos.

Dessa forma, para Netto (2001), ressalta-se que o desenvolvimento do capitalismo produz, compulsoriamente, a Questão Social, pois o capitalismo possui interesse divergente da proposta de sustentabilidade idealizada por Sachs (1986), pois não há distribuição da riqueza socialmente produzida. Iamamoto (2006) destaca sobre as contradições inerentes do capitalismo, como a concentração de riqueza devido à contradição capital x trabalho.

Assim, a renda familiar dos ribeirinhos da comunidade advém de atividades produtivas agrícolas, na qual foi destacado, por 72% (13 pessoas), como a plantação de mandioca e a produção e venda de farinha como geração principal de renda. Os 11% (2 pessoas) não souberam responder, pois, em sua maioria, são atividades informais.

Por outro lado, diante das entrevistas realizadas com os ribeirinhos, pode-se realizar um mapeamento das principais problemáticas vivenciadas na comunidade, conforme apresentado na figura 9:

Figura 9 - Mapa das Expressões da Questão Socioambiental



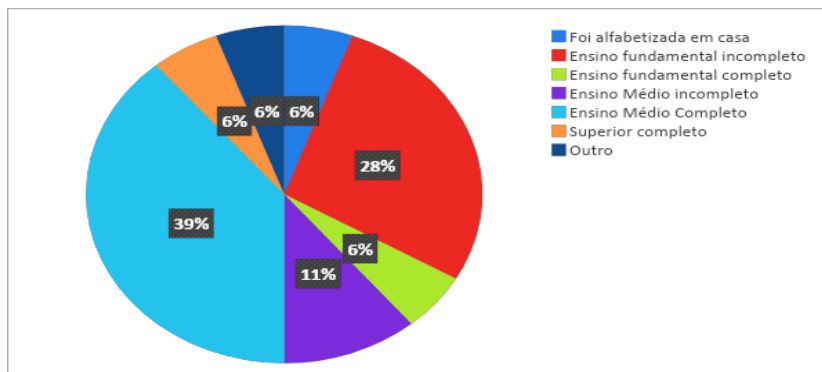
Fonte: Elaborado pelo autora, 2025.

Este mapa foi elaborado conforme a frequência das respostas, durante a realização das entrevistas e da observação participante, diante das expressões da questão socioambiental. Assim, os entrevistados ou informantes das pesquisas relataram os desafios em torno da formação na educação básica, em que cerca de 6% (1 pessoa) possuem Ensino Superior completo, 6% (1 pessoa) responderam outro, 6% (1 pessoa) indicam que foram alfabetizados em casa, 6% (1 pessoa) cursaram o Ensino Fundamental completo, 11% (2 pessoas) com Ensino Médio Incompleto, e 28% (5 pessoas) com Ensino Fundamental Incompleto 39% (7 pessoas) com Ensino Médio completo.

Ou seja, dos dezoito (18) entrevistados somente uma (1) pessoa possui Ensino Superior Completo, revelando a discrepância na formação básica, a dificuldade na continuidade dos estudos, a falta de acesso a um ensino de qualidade, a falta de recursos humanos e materiais

para a política pública da Educação no âmbito das comunidades ribeirinhas, representado no gráfico 1:

Gráfico 1– Escolaridade dos Ribeirinhos de Caapiranga



Fonte: elaborado pela coordenadora do Grupo Interação Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves

A Escola Municipal São Lázaro (Figura 10) está localizada na parte rural do município de Caapiranga, funcionando nos três turnos, nas modalidades de ensino infantil, fundamental, médio e na forma de ensino multisseriado, durante o período noturno, com ensino tecnológico voltado para os adultos. E sua infraestrutura é composta por:

03 (três) salas de aula e 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório e 02 (dois) banheiros. No quadro de funcionários há (05) professores, sendo 01 (um) professor e coordenador, desse número, 04 (quatro) residem na comunidade e 01 (um) reside em outra comunidade próxima (Chaves e Rodrigues, 2016, p. 149).

Figura 10- Escola Municipal São Lázaro



Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Inter-ação/UFAM, 2024.

Acerca da infraestrutura, O QEdU, apresentou dados em que utilizou-se das fontes: Censo Escolar e Prova Brasil através do INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação (MEC) os principais itens que compõe a infraestrutura da escola estão ilustrados na Figura 11.

Figura 11 – Infraestrutura da Escola Municipal São Lázaro



Fonte: QEdu: Use dados: Transforme a educação, 2025.

Contudo, durante a pesquisa, percebeu-se que a comunidade possui uma (1) Escola Municipal, sendo a energia elétrica fornecida pelo gerador, inferindo-se que os moradores possuem um cuidado com a escola, destacando-se a importância de mais melhorias.

Assim, ressalta-se a água potável distribuída na escola baseia-se por um (1) poço artesiano, sendo este utilizado pelos ribeirinhos para consumo. Logo, a existência da Escola Municipal São Lázaro garante para comunidade em geral o acesso a água potável. Vale ressaltar que não há distribuição de água encanada, e os comunitários vão até a escola abastecer os seus depósitos. Com isso, os entrevistados relataram a coleta da água da chuva por meio de “camburão de água²”, caixa d’água e ou baldes para fins domésticos, conforme apresentado nas Figura 12 e Figura 13:

² Camburão de água é uma expressão muito utilizada na comunidade ribeirinha e se refere a um recipiente de plástico para abastecimento de água.

Figura 12 – Coleta de água

Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Inter-ação/UFAM, 2024.

Figura 13 – Camburões de Água

Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Inter-ação/UFAM, 2024.

Diante do exposto, a comunidade criou uma estratégia para lidar com a ausência da água, para ter continuidade nas atividades domésticas. Acerca da água potável, não há um tratamento e os moradores não possuem água encanada, sendo este um desafio constante para a comunidade, que vale destacar que é um direito todo cidadão.

Por outro lado, é importante salientar que a Educação é um Direito Social, conforme o art. 6º do Capítulo II da Constituição Federal, de 1988, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional “Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente” (Brasil, 1996). Nesse contexto, Chaves e Rodrigues (2016, p. 150) afirmam que:

O que se pode observar é que na realidade das comunidades investigadas a proposta de educação desenvolvida não condiz com a realidade local, por diversos fatores como: materiais didáticos inadequados, número de professores insuficiente, período de cheia e seca do rio que impossibilita os alunos de chegarem a escola, ausência de política de capacitação de professores, entre outros. Um ponto relevante nesse contexto, e que precisa ser considerado, é a participação das crianças nos trabalhos de casa, incluindo roçado e outras atividades para manutenção da família, nesse caso a educação precisa ser pensada inserida na realidade local das populações tradicionais da Amazônia.

Ou seja, há diversos fatores que implicam na qualidade do ensino nas comunidades Amazônicas, pois o acesso às escolas rurais é difícil devido às intensas mudanças climáticas no cenário do povo ribeirinho. Além da ausência de formação, carecem da atualização dos professores e da implementação de recursos humanos e materiais para atender a demanda do ensino. Porém, no contexto da sociabilidade capitalista, com a ofensiva neoliberal, a educação na realidade ribeirinha é um desafio tanto para quem atua diretamente quanto para o público-

alvo, sendo uma política pública que enfrenta seu desmonte diariamente, como afirma Santos (2007), o neoliberalismo desencadeia o retrocesso dos direitos sociais.

No que tange sobre às condições de vida e de moradia na comunidade São Lázaro, os ribeirinhos possuem uma relação muito profunda com o seu território que envolve desde a manutenção da vida, subsistência, e formas de manejo dos recursos naturais no enfrentamento da questão socioambiental. Sobre o deslocamento da comunidade ocorre por trilhas, e somente os moradores conseguem se deslocar com facilidade devido o tempo de moradia conforme, a figura 14 destaca-se o principal tipo de moradia:

Figura 14- Tipo de Moradia do Ribeirinho



Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Inter-ação/UFAM, 2024.

As casas (Figura 14), em sua maioria, são na modalidade mista (base de alvenaria e as estruturas de madeira) e representam 50% (9 casas) das moradias, seguido de 33% (6 casas) no tipo de moradia de madeira, 11% (2 casas) alvenaria, 5% (1 casa) outros. Para Chaves *et al* (2022), os ribeirinhos que moram em área de várzea possuem como base principal a madeira, uma característica muito presente nas comunidades ribeirinhas, além das casas de palafitas (Cf Figura 15).

Figura 15 -Lateral da Casa de Palafita



Fonte: Pesquisa de campo Grupo de Pesquisa Inter-ação/UFAM, 2024.

A construção da casa de palafitas, segundo Calor (2012), as técnicas possuem influência da colonização portuguesa, outros autores apontam que a origem é antiga, cerca de 10.000 a.C., por meio dos povos com domínio em navegação (James, 2002 *apud* Chaves *et al*, 2022):

Esses povos chamados “caboclos” foram reconhecidos como povos tradicionais; entre eles estão as comunidades quilombolas, seringueiros, castanheiros, varjeiros, pescadores, ribeirinhos e babaqueiros. Enquanto os povos indígenas estão sendo reconhecidos como povos originários (Chaves *et al*, 2022 p. 92).

Fraxe, Pereira, Witkoski (2007 *apud* Chaves *et al* 2022) os ribeirinhos que moram em área de várzea se beneficiam com os recursos para manutenção e subsistência da vida. No entanto, enfrentam ambiente de vulnerabilidade em seus diversos aspectos, tais como as condições ambientais extremas geradas pelas mudanças climáticas.

Ou seja, os ribeirinhos da comunidade São Lázaro se veem em muitos momentos distante do poder público, e com as mudanças climáticas o cenário de incertezas atravessa a realidade de quem precisa do rio, das águas para sobreviver e prover o sustento da família porque se o rio seca demasiado, não há como se locomover para os municípios vizinhos, além dos riscos de desabamentos; e se rio enche demais, provoca inundações, causando prejuízos e danos materiais.

Sobre a propriedade e O lote dos terrenos, 83% (15 pessoas) dos entrevistados possuem documento de compra e venda e 17%(3 pessoas) dos moradores não tem a titularidade do terreno. Estes residem, em média de, 33 a 44 anos, e relataram a preferência pelo lugar. Na maioria das casas das famílias ribeirinhas, costuma-se residir mais de uma família e parentes mais próximos, os grupos domésticos, conforme Chaves, Abreu e Bindá (2004, *apud* Chaves e Rodrigues, 2016, p. 160)

O grupo doméstico compreende não apenas os membros da família, com laços consanguíneos, mas todos que partilham o espaço doméstico, o convívio comum, os laços de afetividade que surgem aliados aos esforços laborais que desenvolvem conjuntamente, formando o grupo doméstico-familiar.

Assim, na comunidade São Lázaro foi perceptível a composição diversos grupos domésticos familiares durante a aplicação dos formulários. A convivência familiar possui relevância e valorização de tal forma que proporciona o aumento da composição familiar.

Para Chaves e Rodrigues (2016), as comunidades se articulam por meio de uma complexa rede de relações sociais e carrega consigo as forças políticas, econômicas e culturais e, conforme enfatizado pelos entrevistados, é também um espaço de lutas por seus direitos e de fortalecimento da comunidade.

A comunidade ribeirinha São Lázaro possui uma organização social, política e cultural singular na relação homem X natureza, permeada pelas representações culturais; uma relação de simbiose com a natureza, que define o modo de vida. As relações sociais construídas pelos ribeirinhos no dia a dia resultam de ações coletivas em prol da melhoria da comunidade, ou seja “[...] a comunidade vai além de uma dimensão econômica e política, porque, sobretudo, abrange os aspectos “socioculturais” que estão permeados nas relações de parentesco, relações étnicas, de gênero, de compadrio e de vizinhança” (Rodrigues 2001, *apud* Chaves e Rodrigues 2016, p.155).

Nesse sentido, Wagley (1988) acrescenta como estrutura de parentesco natural, a relação de compadrio é uma relação comum na comunidade ribeirinha. De fato, durante a pesquisa, pode-se perceber que há uma coletividade muito forte na comunidade, sendo que a maioria dos entrevistados possui uma relação de parentesco. Em consonância com Chaves e Rodrigues (2016, p. 157), “os vínculos de convivência entre os comunitários, os laços familiares, os sentimentos de pertencimento que desencadeiam interações necessárias que geram condições de igualdade: as redes comunitárias de ajuda mútua”.

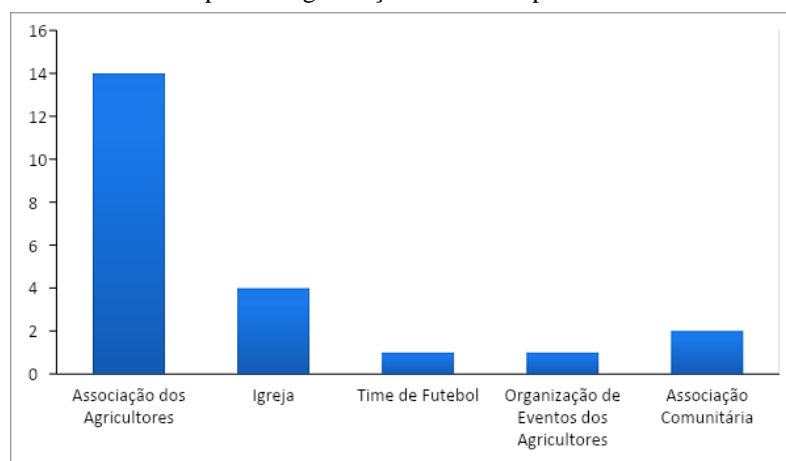
Quanto à existência de organizações formadas pelos comunitários, 11% (2 pessoas) responderam que não sabem ou não responderam, enquanto 89% (16 pessoas) afirmaram que há sim organizações formadas pelos ribeirinhos. Ou seja, há o reconhecimento dos ribeirinhos no que se refere às organizações sócio-políticas por meio da participação ativa nas organizações e nos espaços de tomada de decisão.

No que concerne a territorialidade específica, para Almeida (2008) expressa-se o modo particular da comunidade São Lázaro e torna-se importante no reconhecimento e efetivação das políticas públicas, pois as necessidades e as demandas são colocadas nas pautas das reuniões coletivas, a fim de que sejam elaboradas alternativas para a sustentabilidade local.

Logo, o Centro Comunitário possui relevância (Figura 16), por ter sido construído como fruto de muita luta e resistência pela própria comunidade. Para tanto, que as atividades acontecem nesse espaço, reforçando nesse contexto o sentimento de pertencimento e valorização da cultura, do conhecimento tradicional.

Figura 16– Centro Comunitário da Comunidade

Fonte: Pesquisa de Campo, Grupo de Pesquisa Inter-ação/UFAM, 2024.

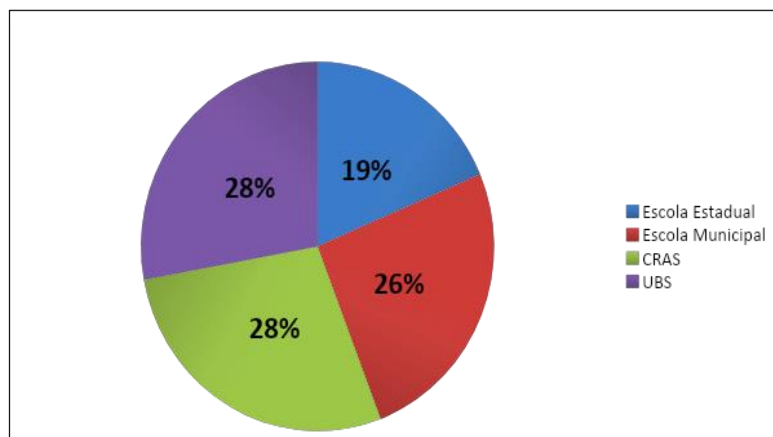
Gráfico 2- Tipos de organizações formadas pelos comunitários

Fonte: elaborado pela coordenadora do Grupo Interação Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

Dessa forma, identificou-se que a comunidade possui outras organizações, tais como a Associação dos Agricultores, Igreja Católica, O time de futebol, A organização de Eventos dos Agricultores e Associação Comunitária. Vale destacar que a Associação dos Agricultores possui maior evidência por ser a principal atividade econômica da comunidade e a maioria dos entrevistados é membro da Associação de Produtores Rurais de São Lázaro e, simultaneamente, expressa as atividades de cunho coletivo, em que percebe-se a importância dessas organizações no âmbito formal e informal.

No que tange ao reconhecimento do papel do Estado, em torno das políticas públicas, durante a entrevista, 100% (18 comunitários) responderam sim que há órgãos das esferas Municipal, Estadual, Federal atuando na comunidade (Gráfico 3).

Gráfico 3 -Tipos de Instituições Federais, Estaduais e Municipais Existentes na Comunidade



Fonte: elaborado pela coordenadora do Grupo Interação Professora Doutora Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves.

Dessa forma, acerca das instituições reconhecida pelos entrevistados na comunidade destacam-se 19% (3 pessoas) apontaram Escola Estadual, 26% (5 pessoas) A Escola Municipal, 28% (5 pessoas) O Centro de Referência de Assistência Social e 28% (5 pessoas) Unidade Básica de Saúde. São instituições que abrangem o escopo Estadual, Municipal e Federal, porém é necessário o fortalecimento da política pública nas comunidades ribeirinhas, conforme Chaves (2016):

O Estado através de suas instituições molda suas respostas às demandas da sociedade, sob a tensão da correlação de forças estruturais que lhes cingem e das alianças conjunturais que estabelece, em termos políticos e econômicos. Mediante estes determinantes, na região, a postura das instituições públicas, sobretudo em relação aos segmentos mais empobrecidos [...] (Chaves, 2016, p. 67).

Para Santos (2007), o Estado mínimo atua em detrimento das políticas públicas, impactando diretamente nas populações ribeirinhas. Nesse contexto, os entrevistados enfatizaram a dificuldade do acesso a bens e serviços sociais.

Além dos desafios locais da sustentabilidade local, a comunidade ribeirinha sofre os impactos das mudanças climáticas, e das queimadas que ocorrem no período da seca, na Amazônia, entre os meses de maio a setembro, situação em que o cenário se torna cada vez mais alarmante. Conforme o sexto Relatório do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), apontado pela *World Resources Institutes* (WRI BRASIL, 2024), enfatizou-se sobre o aumento da temperatura no planeta em 1,1 C° no Planeta Terra acarretando mudanças climáticas em todos os ecossistemas, ao mesmo tempo em que provoca danos irreversíveis, WRI BRASIL (2024), aponta:

Em todo o mundo, populações e ecossistemas vulneráveis já lutam para se adaptar aos impactos das mudanças climáticas. Para alguns, o cenário é mais “leve” – existem medidas de adaptação efetivas, mas obstáculos políticos e sociais dificultam a implementação, como a falta de apoio técnico ou recursos insuficientes que não chegam às comunidades que mais precisam (WRI BRASIL, 2024).

Ou seja, todo impacto ambiental afeta diretamente as comunidades tradicionais. No caso da região Norte do Brasil, o Governo do Estado do Amazonas assinou o Decreto N.º 49.763, de 5 de julho de 2024, em que declarou a emergência em todos os 62 municípios, sendo a segunda pior seca comparada ao ano anterior 2023. A seca severa afeta todos os ribeirinhos, seja no acesso e no recebimento de suprimentos e principalmente água potável, pois os rios se transformam em um grande deserto, com lama, e as caminhadas vão a quilômetros de distância da comunidade.

Diante da crítica ao cenário atual na comunidade ribeirinha São Lázaro no enfrentamento da questão socioambiental, destacam-se as práticas de sustentabilidade como alternativa de manutenção da vida em comunidade.

3.2 Os desafios das Práticas de Sustentabilidade em Comunidades Ribeirinhas

A vida em comunidade ribeirinha é composta por muitos desafios e conquistas. Para Chaves (2001), são uma referência de população tradicional na Amazônia devido a sua relação com a natureza e a biodiversidade. Um povo que vive nas águas, como as áreas de várzea e na beirada dos rios. Como fruto de um longo intercâmbio sócio-histórico atravessado por conhecimentos ancestrais e milenares.

Assim, durante a pesquisa de campo realizada em Caapiranga foi possível adentrar na realidade da comunidade e conhecer as formas de manejo dos recursos naturais e o seu aproveitamento para O consumo familiar (F) e a comercialização (C). Logo, identificou-se diversas práticas de sustentabilidade em torno da agricultura, do cultivo, do extrativismo, da pesca, da caça, e do artesanato.

De acordo com as entrevistas realizadas cerca de 16% (3 pessoas) utilizam da agricultura para fins de consumo familiar e 83% (15 pessoas) utilizam para o seu próprio consumo, como também para a comercialização, apontando a expressividade da agricultura familiar devido a mesma ser a principal atividade econômica da comunidade.

Para Chaves e Rodrigues (2016), a maioria possui financiamento pelo Programa de Fortalecimento da Agricultura familiar (PRONAF), juntamente com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Agropecuário e Florestal Sustentável do Estado do Amazonas (IDAM) e Banco da Amazônia “para o preparo e plantio principalmente de culturas como

mamão, banana, mandioca, cará, milho, jerimum, melancia e maxixe” (Chaves e Rodrigues, 2016, p.151). Nesse sentido, a mandioca possui maior relevância na comunidade com a produção de farinha (Figura 17), tendo em vista que a mandioca é utilizada das mais variadas formas, além da farinha, como a goma e o tucupi.

Figura 17 – Casa de Produção de Farinha



Fonte: Pesquisa de Campo Grupo de Pesquisa Interação/UFAM, 2024.

Os comunitários possuem uma organização social em torno da produção de farinha na modalidade ajuri, sendo esta realizada por meio de um trabalho coletivo, em que todos se reúnem para desenvolver a atividade. Dessa forma, esta é uma modalidade de trabalho que tem como objetivo desenvolver a economia local, em vista ao atendimento das necessidade básicas.

Na comunidade também é muito comum a plantação e O cultivo de cebolinha (*Allium schoenoprasum*) e outras hortaliças no quintal de suas casas, como esta (Figura 18) utilizada coletivamente.

Figura 18 - Horta da Comunidade São Lázaro



Fonte: Pesquisa de Campo Pesquisa Grupo de Pesquisa Interação/UFAM, 2024.

De acordo com o levantamento realizado, cerca de 16% (3 pessoas) utilizam para consumo familiar e 5% (1 pessoa) para a comercialização, sendo que 5% (1 pessoa) não realiza o cultivo. No entanto, 33% (6 pessoas) utilizam para comercialização e consumo familiar, e 38% (7 pessoas) não informaram. A comunidade utiliza-se da horta de diversas espécies, e há um pequeno grupo que utiliza para fins comerciais e consumo e outros que não informaram. Assim, a atividade de plantio, no caso a horta, é uma atividade muito comum na realidade dos ribeirinhos.

Ainda nesse contexto da agricultura, é realizado na comunidade o cultivo da mandioca, assim, 11% (2 pessoas) utilizam para o consumo familiar e 44% (8 pessoas) utilizam das duas formas, tanto para consumo familiar quanto para comercialização, e 44% (8 pessoas) não informaram, totalizando 100% dos entrevistados.

A comunidade ribeirinha mantém a prática do cultivo, no manuseio da terra para os plantios e utiliza-se, em sua maioria, para O consumo familiar e comercial. No cuidado com os recursos naturais, segundo Lira e Chaves (2016), envolvem também os conhecimentos tradicionais adquiridos há milênios. Diegues (2008) aponta que há uma simbiose homem e natureza, e proteção da biodiversidade impactando na agricultura.

Acerca das práticas do extrativismo, cerca de 5% (1 pessoa) respondeu sim, para consumo familiar, seguido de 5% (1 pessoa) respondeu não, 11% (2 pessoas) disseram que sim tanto para consumo familiar quanto de consumo (F) e (C), e a maioria, com 77% (14 pessoas), não souberam informar na entrevista.

No que tange às atividades de pesca, 27% (5 pessoas) utilizam, sim, para consumo familiar, sendo que 11% (2 pessoas) utilizam para comercialização, e 22% (4 pessoas) utilizam tanto para o consumo próprio como para comercialização, ambos utilizam nas duas formas e 38% (7 pessoas) não informaram. De certa forma, a pesca tornou-se um dos principais meios de subsistência da comunidade. Furtado destaca que (1994, *apud* Chaves, 2016, p. 50):

(...) a visão que os pescadores possuem sobre um lago, que para além de ser um curso d'água, com seus recursos ictiológicos que servem de alimentos, de provisão de água para consumo e higienização pessoal e das habitações, e espaço produtivo de trabalho ele se configura como um patrimônio simbólico cujo significado vai além de sua própria configuração física e utilitarista.

Nesse contexto, a água que corre e transpassa a comunidade São Lázaro possui um valor simbólico e conduz a vida de uma maneira singular. As territorialidades, dessa forma, se sobrepõem aos espaços físicos como linhas invisíveis em que delimitam as fronteiras étnica. Nesse sentido, o lago é visto como a extensão do território, e a pesca se reproduz no dia a dia do ribeirinho caapiranguense, pois a “a exploração pesqueira tradicional amazônica é a pesca

de subsistência, atividade cotidiana praticada artesanalmente por ribeirinhos, individualmente ou com um parceiro” (Smith, 1979; Batista et al., 1998 *apud* Júnior et al, 2006, p. 12).

Na prática de caça, cerca 11% (2 pessoas) dos entrevistados responderam que sim a utilizam para consumo familiar, 11% (2 pessoas) utilizam sim para comercialização, 11% (2 pessoas) não realizam essa prática, seguido de 11% (2 pessoas) que utilizam nas duas formas, ou seja, consumo familiar e comercialização, enquanto 55% (10 pessoas) não informaram. Ou seja, todo dado revela uma realidade, porém a maioria preferiu não informar sobre a prática de caça, sendo utilizada por uma pequena parcela dos entrevistados para fins de consumo próprio e de comercialização.

Ademais, sobre a prática de artesanato, 5% (1 pessoa) utiliza sim para consumo familiar, 5% (1 pessoa) para comercialização, 11% (2 pessoas) responderam que não realizam e 11% (2 pessoas) utilizam para fins de comercialização e consumo familiar, e maioria dos entrevistados com 66% (12 pessoas) não informaram. Pode-se afirmar, nesse contexto, que as atividades de artesanato não possuem expressividade, devido à ausência de oficinas na comunidade.

Em continuidade da pesquisa de campo, foi realizado o levantamento entre os entrevistados acerca das práticas de descarte dos resíduos orgânicos e dos resíduos sólidos na comunidade. Conforme o relato, eles utilizam como adubo para fertilização da terra e preparo de outros cultivos. Outra forma seria como destino para os animais domésticos, e distribuição para os moradores da comunidade, ou armazenar em casa, além da prática de queima.

Para Lira (2014), esse conceito se contrapõe ao modelo de desenvolvimento proposto pela sociedade capitalista, pois para os ribeirinhos o interesse da comunidade está em atender as necessidades básicas.

No que se refere aos resíduos sólidos, as famílias entrevistadas, em sua maioria, destacaram a prática de queima (Figura 19). Nesse contexto, a comunidade não utiliza técnicas apropriadas, descartando sem o devido cuidado e trazendo sérios riscos à saúde por meio da contaminação com os resíduos sólidos. Dessa forma, aponta-se como dificuldade o gerenciamento dos resíduos sólidos, conforme preconiza a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010).

Figura 19 – Descarte dos Resíduos da Comunidade São Lázaro

Fonte: Pesquisa de Campo Grupo de Pesquisa Interação/UFAM, 2024

Para Filho e Souza (2021) há problemas no descarte dos resíduos sólidos, sendo fundamental o exercício da educação ambiental para o incentivo à coleta seletiva, reciclagem e à compostagem como forma de aproveitamento para a própria comunidade.

Em contrapartida, a partir dos dados obtidos é possível destacar as principais práticas de sustentabilidade no enfrentamento da questão socioambiental na comunidade ribeirinha São Lázaro, (Quadro 3).

Quadro 2 - Práticas de Sustentabilidade na Comunidade São Lázaro

	Agricultura é a principal atividade da comunidade
	A pesca compõe a rotina do ribeirinho caapiranguense
	Valorização do conhecimento tradicional
	Organização sociopolítica
	A prática de descarte dos resíduos orgânicos

Fonte: Elaborado pelo autora, 2025.

As práticas de sustentabilidade realizam-se por meio das atividades de agricultura em que se destaca o cultivo da mandioca para a produção de farinha para fins de consumo familiar e comercialização. Além da pesca para a subsistência, que acompanha o modo de vida do ribeirinho, a valorização do conhecimento tradicional em meio a relação homem e natureza, a participação em comunidade: como a organização sociopolítica no que se refere aos interesses em comum.

As comunidades ribeirinhas possuem uma particularidade na região Amazônica que são as formas solidárias de trocas, ou seja, as práticas de ajuda mútua nos grupos domésticos. Nesse contexto, ocorre a valorização dos conhecimentos tradicionais, o saber fazer dos ribeirinhos, como, por exemplo, na agricultura familiar, no cultivo e na pesca, em que adotam-se as tecnologias sociais e seu significado, conforme Dagnino, Brandão e Novaes (2004, p. 19 *apud* Chaves e Rodrigues, 2016, p. 161) são:

(...) as Tecnologias Sociais se constituíram historicamente como alternativa sustentável e emancipatória, a qual emerge no contexto das populações tradicionais a fim de estabelecer contraposição ao sistema de produção em massa, ao mesmo tempo em que pretende promover qualidade de vida aos sujeitos locais, como pode ser observada na celebre frase de Ghandi 'Produção pelas massas, não produção em massa'.

Desse modo, a tecnologia social identificada na comunidade ribeirinhas por meio da prática do cultivo da mandioca para produção e venda de farinha é o processo artesanal com tecnologia de baixo impacto, com divisão de trabalho familiar simples. Nessa perspectiva, Diegues (2008) aponta que as comunidades tradicionais possuem uma organização social, política e cultural por meio da relação homem-natureza voltada para fins de subsistência e proteção da biodiversidade, na qual a cultura tradicional possui uma relação laboral não capitalista. Ou seja, uma relação sem interesse de concentração de riqueza.

De acordo com Chaves e Rodrigues (2016, p. 16), destaca-se que:

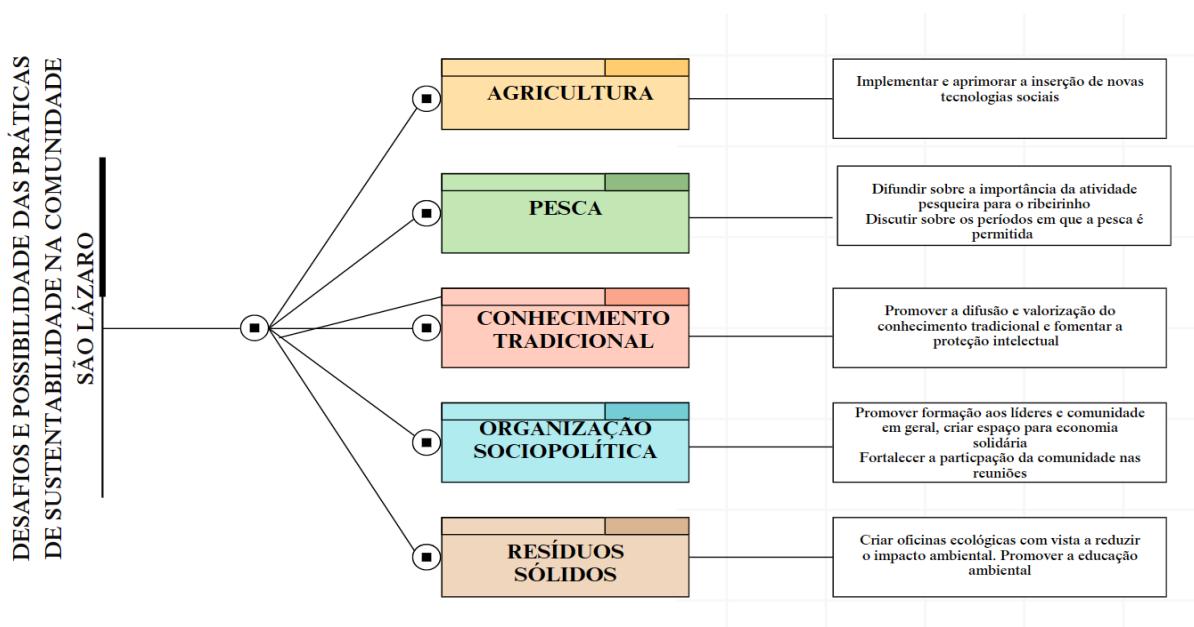
Em relação ao trabalho, na área agrícola, é relevante ressaltar que em virtude também, dos ciclos, fluviais (enchente, vazante e período seco) as populações tradicionais desenvolveram habilidades e estratégias para a exploração dos recursos naturais. Assim, além das mudanças em seus territórios, as distâncias aos mercados consumidores e dificuldades para o escoamento da produção, tornam-se desafios e buscas de oportunidades para obtenção de alimentos, geração de renda e melhoria na qualidade de vida (Chaves e Rodrigues, 2016, p. 16).

No que se refere aos ribeirinhos que compõem o conjunto das comunidades tradicionais, Lira (2014) expõe que estão inseridos no âmago das comunidades tradicionais na qual possuem um profundo conhecimento dos ciclos naturais, sendo esse conhecimento utilizado também na atividade de pesca. Para Almeida (2008), os ecossistemas amazônicos são atravessados pelas

relações sociais e antagonismos, uma vez que na comunidade ribeirinha de Caapiranga há envolvimento e participação ativa da comunidade nos interesses em comum, com isso direciona para a dimensão política, pois implica nas formas de manejo e de conhecimento tradicional.

Portanto, além das atividades de manejo dos recursos naturais, Lira (2014) estende o interesse na participação política por meio da organização sociopolítica, sendo estas representadas pela coletividade, envolvendo comunidade e movimento social, no que se refere às lutas e as resistências com avanços no que se refere à garantia dos direitos territoriais (Chaves; Nascimento; Ribeiro (2023),e , nesse contexto, desvela-se os desafios e as possibilidade das práticas de sustentabilidade, exposta na figura 20 conforme:

Figura 20- Fluxograma dos Desafios e Possibilidades da Comunidade São Lázaro



Fonte: elaborado pela autora, 2025

Dessa forma, as práticas de sustentabilidade encontradas apontaram caminhos possíveis para uma sociedade verdadeiramente sustentável a partir do conceito de *ecodesenvolvimento* de Ignacy Sachs(1986). De acordo com o fluxograma (Figura 19), na agricultura, por meio das atividades voltadas para o cultivo da mandioca, torna-se possível por meio da implementação e do aprimoramento de novas tecnologias sociais em prol do desenvolvimento local. No que se refere à atividade pesqueira, difundir sobre a importância da pesca para a comunidade e sobre os períodos permitidos. Aliado à difusão e a valorização dos conhecimentos tradicionais, tendo em vista a proteção intelectual, as práticas de sustentabilidade abrem um leque de possibilidades que se expressa pela organização sociopolítica.

Esta por sua vez possui participação ativa dos ribeirinhos nas reuniões que envolvem seus interesses em comum, que ocorrem no centro comunitário. Nesse espaço é possível promover formações aos líderes e a comunidade em geral, além de criar espaços para economia solidária, impactando no fortalecimento da comunidade nas reuniões. Com isso, acerca dos resíduos sólidos, aproveitando o espaço de reuniões, criar oficinas ecológicas com vistas a reduzir o impacto ambiental e promover a educação ambiental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o enfrentamento da questão socioambiental a partir das práticas de sustentabilidade em comunidades ribeirinhas do Município de Caapiranga - AM. Nesta investigação foi percebido que a comunidade ribeirinha estudada desenvolve um conjunto de práticas de sustentabilidade no manejo dos recursos naturais locais. O estudo teve como objetivos específicos: a) identificar as expressões da questão socioambiental enfrentadas na comunidade ribeirinha São Lázaro (Dominguinhos) no Município de Caapiranga-AM; b) conhecer as práticas de sustentabilidade desenvolvidas pelos comunitários; e c) apontar os desafios e possibilidades das práticas de sustentabilidade na referida comunidade.

Diante, da discussão realizada nesta pesquisa, pode-se afirmar que a análise em torno do objeto de pesquisa, no que se refere as práticas de sustentabilidade mediante a questão socioambiental, permitiu identificar diversos elementos em torno do modo de vida e da organização sociocultural no manejo dos recursos locais. A questão norteadora adotada foi: Quais as práticas de sustentabilidade na comunidade ribeirinha São Lázaro?

Em relação aos resultados alcançados na abordagem das expressões da questão socioambiental enfrentadas na comunidade foi possível concluir que diante do contexto da sociabilidade capitalista, a Questão Social deriva do modelo de desenvolvimento e expansão do capital. Enquanto a Questão Socioambiental advém sobre a premissa da quebra metabólica em que destrói as relações homem X natureza, e o capital, desta maneira, exerce o domínio sobre as práticas produtivas predatórias dos recursos naturais. Com isso, destaca-se que a problemática ambiental está intrinsecamente vinculada a uma racionalidade capitalista, uma vez que os recursos naturais são utilizados como mercadoria.

Por conseguinte, o debate em torno da problemática ambiental evidencia o modelo de desenvolvimento vigente guiado pela perspectiva econômica e ideo-política na sociedade capitalista. Nesse contexto, a comunidade ribeirinha São Lázaro apresenta múltiplas expressões da Questão Social, devido a intensificação das problemas sociais. Os ribeirinhos demonstraram a insatisfação com as políticas públicas e o anseio da efetivação dos direitos sociais para a comunidade, pois em muitos momentos são desassistidos.

Em relação ao objetivo de conhecer as práticas de sustentabilidade desenvolvidas em comunidades ribeirinhas, pode-se afirmar que a apreciação da realidade trouxe um leque de informações cruciais sobre a realidade da comunidade, tais como as práticas de trabalho que a comunidade exerce no seu cotidiano, as práticas de caráter sociocultural e as organizações sociopolíticas. Com isso, a pesquisa evidencia que as comunidades ribeirinhas possuem um

modo de vida diferente da lógica do sistema capitalista. A primazia da comunidade São Lázaro está em atender as necessidades básicas e vitais de subsistência dos grupos domésticos familiares, baseadas nos conhecimentos tradicionais, que demarcam a forma de relação e cuidado com a natureza e sua biodiversidade. Como a relação com os territórios, configurados nas relações de poder adensados com as fronteiras étnicas, e a luta pelo reconhecimento das territorialidades específicas e de suas identidades políticas, pois há diversos grupos que compõe as comunidades tradicionais.

No que concerne às atividades da comunidade São Lázaro, reconhece-se que esta possui como principal prática de sustentabilidade: a prática de trabalho em torno da agricultura familiar, como por exemplo a plantação e o cultivo da mandioca e seus derivados, como base para a economia local. Uma outra questão relevante no estudo também identificada como prática de sustentabilidade foram as formas de enfrentamento da questão socioambiental, do ponto de vista político, como a participação coletiva nos espaços organizativos em prol da melhoria da qualidade vida e trabalho.

Em relação aos desafios e às possibilidades das práticas de sustentabilidade na comunidade ribeirinha, baseado na abordagem do *ecodesenvolvimento*, foi possível identificar que suas práticas guardam uma profunda relação com a natureza pela valorização das técnicas e dos saberes tradicionais inerentes ao modo de vida do ribeirinho.

Contudo, destaca-se que a comunidade ribeirinha São Lázaro não possui uma lógica pautada no consumo exacerbado dos recursos naturais na busca pelo lucro incessante como na sociedade capitalista. Seus agentes sociais criam mecanismos para sua sobrevivência na força da própria organização sociocultural, em suas práticas coletivas e de ajuda mútua, considerando o limitado acesso a bens e serviços sociais, como a educação, a Política de Assistência Social, A Previdência, A Assistência, à Saúde, O saneamento básico, entre outras. A outra questão é a expansão do capital que gera impactos que afetam diretamente os territórios, os modos de vidas a partir do desmatamento, das queimadas, a mineração ilegal, da poluição do rios e dos diversos agravos e danos mediante as emergências climáticas patrocinada pelo modelo de desenvolvimento e dos interesses do capitalismo.

Mesmo diante de todos os desafios que se fazem presentes na realidade da comunidade São Lázaro, seus membros resistem e existem, em meio às lutas e à valorização do reconhecimento dos seus direitos territoriais, o conhecimento tradicional, o saber-fazer e sua organização sócio-política, que se configuram como práticas de sustentabilidade sociocultural.

Diante do exposto, os resultados do estudo serão apresentado para a comunidade e divulgado no meio acadêmico-científico como forma de valorização e reconhecimento dos saberes tradicionais, além de contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisa e a formulação de políticas públicas para a comunidade ribeirinha São Lázaro.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alfredo Wagner. **Terras Tradicionalmente ocupadas**: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum. In: Terras Tradicionalmente ocupadas. 2 ed. Manaus: PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Conhecimento tradicional e biodiversidade**: normas vigentes e propostas. 1.º vol. Manaus: Programa de Pós-Graduação da Universidade do Amazonas – uea / Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura da Amazônia / Fundação Ford / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

AMAZONAS. Decreto n.º 49.763, de 5 de julho de 2024. Disponível em: <https://www.paineldoclima.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/07/Decreto-de-Situacao-de-Emergencia.pdf> . Acesso em: 10 Jan. 2025.

ARENDT, H. **Da violência**. Brasília: UNB, 1985.

BARRETO, Jéssica da Silva; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Tecnologia Social e Sustentabilidade Socioambiental**: estudo em uma comunidade ribeirinha no município de Maués/AM. Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 14, São Paulo. Anais..., São Paulo, 2013.

BEHRING, Elaine Rosseti; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Questão social e Direitos**. In: CFESS - Serviço Social Direitos e Competências Profissionais. 2009.

BARTH, Fredrik. **Grupos étnicos e suas Fronteiras**. In: POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FENART, Jocelyne. Teorias da Etnicidade. São Paulo: UNESP, 1998., p 175-202.

BEUCHLE, R; ACHARD, F; BOURGOIN, C; VANCUTSEM, C; EVA, H. d; FOLLADOR, M. **Desflorestação e degradação florestal na Amazônia** – Ponto da situação e tendências até 2020, EUR 30727 PT, Serviço das Publicações da União Europeia, Luxemburgo, 2022, ISBN 978-92-76-46994-0, doi:10.2760/154303, JRC124955.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 20 Dez. 2024.

BRASIL. **Ministério de Educação e Cultura**. LDB - Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Decreto n. 6040, de 7 de fevereiro de 2007. **Instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. *Diário Oficial da União*, 8 fev. 2007, Seção 1, p. 316.

BRASIL. Lei 12.305, de 02 de agosto de 2010. **Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**; altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo*, Brasília, DF, 03 ago. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12305.htm Acesso em: 20 Dez. 2024

BRASIL. Decreto nº 2.519, de 16 de março de 1998. Promulga a Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada no Rio de Janeiro, em 05 de junho de 1992. **Presidência da República Federativa do Brasil**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2519.htm . Acesso: em 15 jan. 2023

BRUNDTLAND, Gro Harlem. **Nosso futuro comum**: Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 2a. ed. *Rio de Janeiro: FGV, 1991*.

CALOR, I. A. **Técnicas Construtivas** Aviera: tradição e inovação no sistema palafítico. Portugal: Arquitectos Sem Fronteiras, 2012.

CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica**. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org). Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

CASTRO, Edna. **Políticas de Estado e atores sociais na Amazônia Contemporânea**. In: BOLE Willi., Castro, Edna.; VEJMEKA, Marcel. (org). *Amazônia: região universal e teatro do mundo*. São Paulo: Globo, 2010.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Uma experiência de pesquisa-ação para gestão comunitária de tecnologias apropriadas na Amazônia**: o estudo de caso do assentamento de reforma agrária Ipora. 2001. 207p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1589523>. Acesso em: 21 mai. 2024.

CHAVES Ma. do P. Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Desenvolvimento Sustentável**: limites e perspectivas no debate contemporâneo. Revista Interações, 2006.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues *et al* (org.) **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: FUA, 2014.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Organização Sociocultural e Tecnologias Sociais no Trabalho das Mulheres Amazônidas**. Manaus: EDUA, 2016. p. 205.

CHAVES, M^a do Perpétuo Socorro R. **Políticas Públicas e Organização Social em Comunidades na Amazônia**: acesso a bens e serviços sociais e organização sociocultural em comunidades ribeirinhas na Amazonia. Saarbrücken, 2016.

CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues; NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do; RIBEIRO, Luana da Silva. **Sustentabilidade e Modo de Vida dos Povos Tradicionais na Amazônia**. In: CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. *et al.* (orgs.). *Sustentabilidade na Amazônia: interações, práticas e aprendizados*. Manaus: EDUA; São Paulo: Alexa Cultural, 2023.

CHAVES, Socorro; RIBEIRO, Luana da Silva; PALHETA MELO, Ana Paula Palheta Melo. **Organização sociocultural dos povos tradicionais da Amazônia**. Revista ETHNE , [S. l.], v. 2, n. 2, p. 6–20, 2024. Disponível em:

<https://anais.unievangelica.edu.br/index.php/ethne/article/view/11025>. Acesso em: 21 maio. 2024.

COELHO, Roberta Ferreira. **Ribeirinhos urbanos: modos de vida e representações sociais dos moradores do Puraquequara**. Manaus – AM. Dissertação – Mestrado em sociedade e Cultura. Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2006.

Cunha, Manuela Carneiro da; Almeida, Mauro W. Barbosa de. **Populações Indígenas, Povos Tradicionais e Preservação na Amazônia**. São Paulo: Cosac Naify (2009).

DIEGUES, Antonio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC, 2008.

DIEGUES, Antonio Carlos. **Os Saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente; São Paulo: Nupaub/USP, 2000.

ESTERCI, Neide e Schweickardt, CRUZ, Kátia Helena Serafina. **Territórios amazônicos de reforma agrária e de conservação da natureza**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas [online]. 2010, v. 5, n. 1 [Acessado 23 Novembro 2022], pp. 59-77. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000100006>. Epub 21 Jul 2010. ISSN 2178-2547. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222010000100006>.

GAUZIN-MÜLLER, D. **Arquitectura Ecológica**. Barcelona: Gustavo Gili, 2003.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4º Ed- São Paulo: Atlas, 2002.

GODARD, Olivier. **O desenvolvimento sustentável: paisagem intelectual**. In: Castro, Edna; PINTON, Florence (Orgs.). *Faces do trópico úmido – conceitos e questões sobre desenvolvimento e meio ambiente*. Belém: Cejup/UFPA-NAEA, 1997

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. 2. ed. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. São Paulo Paz e Terra, 1985.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. -10. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IANNI, Otavio. A Questão Social: São Paulo em Perspectiva, V. 5 - Nº 1 pp 02-10, 1991. http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v05n01/v05n01_01.pdf. Acesso em: 29 de out. 2022.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Geociências: Organização do território – estrutura territorial – Amazônia Legal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE - INSTITUTO NSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Biomás Brasileiros**. Brasil, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/18307-biomass-brasileiros.html>. Acesso em: 05 de jan. 2023.

IBGE - INSTITUTO NSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Cidades e Estados: Amazonas. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/am/>. Acesso em: 20 Out. 2024.

IDAM - **Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas**. MANAUS-AM. 2023. Disponível em: <https://www.idam.am.gov.br/municipio/caapiranga/> . Acesso em 18/09/2023.

JACOBI, Pedro. **Meio ambiente urbano e sustentabilidade**: alguns elementos para a reflexão. In: Meio Ambiente, Desenvolvimento Sustentável e Políticas Públicas. Clóvis Cavalcanti (Org.) Cortez: Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1997.

KONDER, Leandro. **O Que é Dialética** – Coleção Primeiros Passos. São Paulo. Brasiliense. 2004.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. - 5. ed. - São Paulo: Atlas 2003.

LEFF, Henrique. **Ecologia, Capital e Cultura**: a territorialização da racionalidade ambiental. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

LEFF, Enrique *et al.* *Saber Ambiental*: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Trad. Lúcia Mathilde Endlich Orth. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2a edição. São Paulo. Editora Expressão Popular. 2011.

LIRA, Talita de Melo. **Política Ambiental e comunidades ribeirinhas na Amazônia**. Análise sociocultural e da organização política. Novas edições acadêmicas, 2014.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. Interações (Campo Grande) [online]. 2016, v. 17, n. 1 [Acessado 29 de jun 2022], pp. 66-76. Disponível em: <<https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>>. ISSN 1984-042X. <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107>.

LIRA, Talita de Melo; CHAVES, Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues. **Comunidades ribeirinhas na Amazônia**: organização sociocultural e política. Interações (Campo Grande) [online]. 2016, v. 17, n. 1. Acesso em: 13 Fev 2023, pp. 66-76. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/1518-70122016107> . ISSN 1984-042X.

MARX, Karl.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2008. 67.p

MILLS, Wriqth. **O artesanato intelectual**. In: **A imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

MINAYO, Maria Cecília. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 14ª edição Editora. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

NASCIMENTO, Camila Fernanda Pinheiro do. **Sustentabilidade da Política Nacional de Atenção Básica em Comunidades Tradicionais Ribeirinhas no Amazonas**. 2019. p. 109. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2021.

NEVES, Renato Kennedy Ribeiro. **Subsídios para o Planejamento e Gestão dos Recursos Hídricos na Bacia do Rio Puraquequara**. Dissertação - Mestrado Profissional em Gestão de Regulação de Recursos Hídricos. Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, 2018.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas a proposito da “Questão Social”**. Temporalis, Brasília, DF, ano 2, n. 3, p. 41-49. In: Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Brasília: ABEPSS, Graflin, 2001.

NOGUEIRA, Marinez G. CHAVES, M.P.S. **Desenvolvimento Sustentável e ecodesenvolvimento**: Uma reflexão sobre as diferenças ideológicas conceituais. In: Somanlu. Ano 1, Manaus: EDUA/CAPE, publicada em fevereiro de 2006.

NUNES, L. S. A questão socioambiental e a atuação do assistente social - The environmental issues and the practice of social worker. **Textos & Contextos (Porto Alegre)**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 196–212, 2013. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/fass/article/view/13337>. Acesso em: 16 jan. 2023.

NUNES, L. S. **Questão socioambiental e formação profissional**: o que o Serviço Social tem a ver com esse debate?. Florianópolis- SC. Tese de Doutorado – Centro socioeconômico, programa de pós-graduação em Serviço Social.. Universidade Federal de Santa Amazonas. Manaus, 2018.

PACHECO, Maria Emília. Entrevista. **Proposta**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 107/108, dez.-maio 2005/2006.

PONTES, I. P. S., RIBEIRO, P. A. & NASCIMENTO, C. F. P. (2013). **Relações socioculturais de gênero em comunidades tradicionais na Amazônia**: Os desafios vivenciados na comunidade São Lázaro/AM. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013. Disponível: https://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1373339274_ARQUIVO_RelacoesSocioculturaisdeGeneroemComunidadesTradicionaisnaAmazonia.pdf. Acesso em: 27 Dez. 2024.

PLANO DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS. Caapiranga/Amazonas. Julho/2012. Disponível em: <https://www.sema.am.gov.br/wp-content/uploads/2024/04/PMGIRS-CAAPIRANGA.pdf> . Acesso em: 05 Out. 2024.

QEDU. **Portal QEDU**. Escolas. Disponível em: <http://cdn.novo.qedu.org.br/escola/13016253-esc-mul-sao-lazaro>. Acesso em: 15 Jan. 2025.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAAPIRANGA. Página Inicial. Disponível em: <https://caapiranga.am.gov.br/>. Acesso em: 04/11/2024.

- RAMOS, Amanda Nina. **A Festa do Cará: culturas e manifestações populares em caapirangaam**. Manaus, 2011. Disponível em: https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/2033/1/RELAT%c3%93RIO_FINAL_CORRIGIDO_AMANDA.pdf. Acesso em: 31 out. 2024.
- RODRIGUES, Débora Cristina Bandeira. **Conhecimentos Tradicionais e mecanismo de proteção: estudo de casonas comunidades de Ebenézer e Mucajá em Maués/AM**. Manaus: EDUA, 2015.
- SACHS, Ignacy. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.
- SACHS, Ignacy. **Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir**. São Paulo: Vértice, 1986.
- SANTOS, Josiane Soares. **Neoconservadorismo pós-moderno e Serviço Social Brasileiro**. 1.ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- SANTOS, Josiane Soares. **Questão Social: particularidades no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs) **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo, Hucitec/Anpur, 1998.
- SANTOS, Raquel. **Serviço Social e Meio Ambiente**. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2007. (Trabalho de Conclusão de Curso)
- SCHWEICKARDT, Kátia H. S. C. **As diferentes faces do Estado na Amazônia: etnografia dos processos de criação e implantação da RESEX Médio Juruá e da RDS Uacari no médio Rio Juruá**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- SCHWEICKARDT, Kátia H.S.C. **Estado, território e sujeitos sociais emergentes na Amazônia: algumas reflexões a partir do médio Rio Juruá**. In: Neide Esterici; HorácioAntunes de Sant'ana Júnio; Maria José da Silva Aquino Teisserenc. (Org.). **Territórios ambientais em construção na Amazônia Brasileira**. 1ed.Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014, v. 1, p. 277-306.
- SILVA, Maria das Graças. **Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético político ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2010.
- SILVA, Marlon Lima da; TOURINHO, Helena Lúcia Zagury. **Território, territorialidade e fronteira: o problema dos limites municipais e seus desdobramentos em Belém/PA. urbe**. Revista Brasileira de Gestão Urbana. 9. 10.1590/2175-3369.009.001.AO09. 2016.
- SOUZA, M. J. L. **O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento**. In: Geografia: Conceitos e Temas. Castro, Iná Elias de; Gomes, Paulo Cesar C.; Corrêa, Roberto Lobato (orgs). 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- SILVA FILHO, P. A.; LOPES, S. L.; SOUZA, V. **Gerenciamento de resíduos sólidos em comunidades ribeirinhas da Amazônia brasileira – Caracaraí/RR**. In: do 4º

CONGRESSO SUL- AMERICANO DE RESÍDUOS SÓLIDOS SUSTENTABILIDADE- CONRESOL, 4, 2021, Gramado- RS. Anais [...], GramadoRS, UFR, 2021. Disponível em: <https://www.ibeas.org.br/conresol/conresol2021/IV-022.pdf> . Acesso em: 01 Jan. 2025.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. **Meio Ambiente Amazônia e Serviço Social**. Revista em Pauta da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, n. 21, p.141-152, UERJ: 2008.

WAGLEY, Charles. **Uma Comunidade Amazônica**: estudo do homem nos trópicos. 3 ed. Tradução de Clotilde da Silva Costa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

WRI BRASIL. **10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023**. Disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023> . Acesso em: 05 Nov. 2024.

ANEXOS

ANEXOS A - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UFAM

Universidade Federal do Amazonas

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de
Tecnologias Sociais na Amazônia

Núcleo de Estudos em Interação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O(A) Sr(a) está sendo convidado a participar do projeto de pesquisa **DESENVOLVIMENTO LOCAL & SUSTENTABILIDADE: MANEJO DOS RECURSOS NATURAIS EM COMUNIDADES RIBEIRINHAS NO AMAZONAS**, cuja pesquisadora responsável é a Professora Doutora **Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves**, da Universidade Federal do Amazonas.

O(A) Sr(a) está sendo convidado por que é considerado um informante chave na comunidade. Para que se atinjam os objetivos propostos nesta pesquisa, serão coletados dados por meio de entrevista guiada através de formulário semiestruturado, contendo perguntas abertas e fechadas.

Os objetivos do projeto são analisar a dinâmica da relação com a biodiversidade no plano de desenvolvimento, sob os parâmetros da sustentabilidade, nas comunidades ribeirinhas no Amazonas; Conhecer a relação comunidade-biodiversidade no manejo dos recursos naturais locais; Identificar os princípios que ordenam a sustentabilidade no modo de vida dos sujeitos nas comunidades ribeirinhas; Caracterizar as formas de desenvolvimento vigentes no âmbito das comunidades ribeirinhas.

O(A) Sr(a) tem de plena liberdade de recusar-se a participar ou retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma para o tratamento que recebe neste serviço na comunidade estudada por nossa equipe de pesquisa. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo (24 horas) para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-los na tomada de decisão livre e esclarecida. Garantimos ao (à) Sr(a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Caso aceite participar sua participação consiste em autorizar o uso de suas informações, imagens e áudios, prevendo procedimentos que assegurem a confidencialidade e a privacidade, a proteção da imagem e não estigmatização dos participantes da pesquisa, garantido a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou comunidades, inclusive em termos de autoestima, de prestígio e/ou aspectos econômico-financeiros.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa os riscos para o(a) Sr(a) são: riscos psicológicos tais como tristeza, estresse ou desconforto em relação as perguntas realizadas tendo em vista a motivação das lembranças de suas vivências. Quando esses riscos forem identificados ou manifestados, é indispensável a suspensão do preenchimento do questionário. No entanto, se os riscos agem de forma mais concreta, resultando em danos diretos/ indiretos e imediatos/ tardios em você como entrevistado, a pesquisadora lhe encaminhará para receber atendimento integral gratuito no Centro de Apoio Psicológico e Social - CAPS da Universidade Federal do Amazonas pelo tempo que for necessário.

Rubricas _____ (Participante)

Página 1 de 2

_____ (Pesquisador)



UFAM

Universidade Federal do Amazonas
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de
Tecnologias Sociais na Amazônia



Pesquisa em Desenvolvimento Social

Quanto aos riscos para o anonimato e sigilo, garantimos ao (à) Senhor (a) a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa e posteriormente na divulgação científica.

Também são esperados os seguintes benefícios com esta pesquisa: visibilidade das práticas sustentáveis desenvolvidas, o reconhecimento e fortalecimento das ações comunitárias e informações que podem subsidiar a formulação de novas políticas públicas. Não existirá nenhum tipo de benefício financeiro com a participação na pesquisa.

O(A) Sr(a). pode entrar em contato com o pesquisador responsável Maria do Perpétuo Socorro Rodrigues Chaves a qualquer tempo para informação adicional no endereço eletrônico interacao.grupodepesquisa@gmail.com

O(A) Sr(a). também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Amazonas (CEP/UFAM) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UFAM fica na Escola de Enfermagem de Manaus (EEM/UFAM) - Sala 07, Rua Teresina, 495 - Adrianópolis - Manaus - AM, Fone: (92) 3305-1181 Ramal 2004, E-mail: cep@ufam.edu.br. O CEP/UFAM é um colegiado multi e transdisciplinar, independente, criado para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.

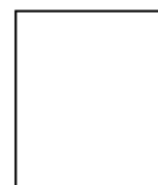
Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo(a) Sr(a)., ou por seu representante legal, e pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Li e concordo em participar da pesquisa.

_____, ____/____/____

Assinatura do Participante



Assinatura do Participante

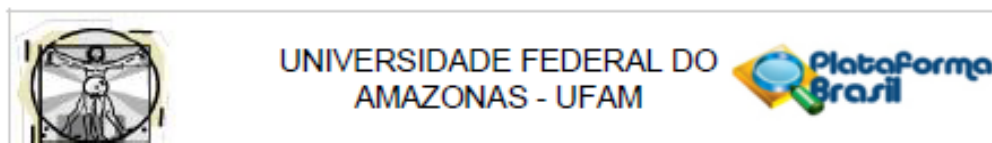
Assinatura do Pesquisador Responsável

Rubricas _____ (Participante)

Página 2 de 2

_____ (Pesquisador)

ANEXO B - PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Desenvolvimento Local e Sustentabilidade: manejo dos recursos naturais em comunidades ribeirinhas no Amazonas.

Pesquisador: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 70183223.7.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas

Patrocinador Principal: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas - FAPEAM

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.122.098

Apresentação do Projeto:

O estudo identificará os parâmetros de sustentabilidade no desenvolvimento das comunidades ribeirinhas do Puraquequara e de Caapiranga, Amazonas. Baseado em estudos realizados sobre a região ao longo de mais de três décadas, o propósito é aprofundar os conhecimentos já produzidos. Pois, na região Norte do Brasil, para toda e qualquer alternativa que busque o desenvolvimento, deve-se considerar a manutenção dos ecossistemas do Bioma Amazônico, torna-se imperativo debater o significado da sustentabilidade, como elemento ordenador das práticas de conservação dos recursos naturais, no modo de vida e trabalho dos povos tradicionais no usufruto/manejo da biodiversidade, sob os princípios da conservação (precaução e prevenção). (CHAVES, 2016). O estudo aborda os princípios práticos e as bases teóricas que norteiam a sustentabilidade, nas experiências dos ribeirinhos nas comunidades, a partir do enfoque do Ecodesenvolvimento, conceito estruturado por Ignacy Sachs (1993) como instrumento para as reuniões da Conferência Mundial sobre Meio ambiente da ONU, em 1972. Ao abordar o desenvolvimento e seus efeitos ambientais e sociais, o autor apregoa a constituição do Ecodesenvolvimento abrange: mudança do modelo de desenvolvimento global, em defesa da vida humana e da natureza; garantia da autonomia dos povos; superação da desigualdade entre países ricos e pobres; satisfação das necessidades básicas (materiais e psicossociais); e reconhecimento da relevância das formas de manejar os recursos naturais. Fundamentos: cidadania (oportunidade, iniciativa, dignidade), soberania e valores socioculturais. Objetivos: construir uma sociedade livre,

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



UNIVERSIDADE FEDERAL DO
AMAZONAS - UFAM



Continuação do Parecer: 6.122.008

justa e solidária; garantir o desenvolvimento nacional; erradicar a pobreza, marginalização, desigualdades sociais e regionais; promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e outras formas. Estratégias: melhorar o uso dos recursos de cada território (as ecozonas); atender às necessidades básicas dos habitantes; salvaguardar a conservação via gestão racional dos recursos; reduzir os efeitos ambientais negativos; potencializar e replicar resultados positivos; desenvolver tecnologias sociais, preconizando a construção de um sistema social, sob o prisma das dimensões, política, ambiental, cultural, social e tecnológica. Sachs (2005) nomeia o desenvolvimento como "avatar do progresso iluminista", conceito que ganhou forças na metade do século XX, como idéia-força nas Ciências Sociais, impellido pela descolonização, emancipação dos países do Terceiro Mundo e formação da ONU, configurando-se como problemática ampla, de caráter pluri e transdisciplinar, perpassado por controvérsias ideológicas. Para Furtado (2006) só haverá verdadeiro desenvolvimento onde existir um projeto social subjacente, com crescimento econômico sustentado, com investimento social em infraestrutura, logística para atender as necessidades de bens e serviços sociais para garantir a qualidade de vida e a existência de políticas de desenvolvimento regional que respeitem as diversificadas formas de organização socioculturais locais e a biodiversidade. As florestas tropicais são responsáveis por manter de 50 a 90% de toda biodiversidade existente no planeta (HOANG & KANEMOTO, 2021). A Amazônia brasileira corresponde por cerca de 40% das florestas tropicais remanescentes, apesar das lacunas de informação e amostragem biológica, apresenta os índices de diversidade mais elevados do mundo (PERES, 2005), expressa os níveis ecossistêmico, de espécies, ecológica e genética. Mas, a Amazônia destaca-se, também, pela diversidade cultural (indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos, outros), povos que exprimem diferentes construções ontológicas e epistemológicas sobre a natureza, na forma de produzir e relacionar-se com os territórios, flora e fauna. A dicotomia entre sociedade e natureza, signo da sociedade moderna, difere da cosmovisão e dos sistemas epistemológicos dos amazônidas. Segundo Shiva (2001), a biodiversidade sempre foi um bem comum comunitário, regulado por sistemas sociais que primam por princípios de justiça e equidade, combinando a responsabilidade entre os usuários e sistemas de conhecimento que garantem sua conservação. Essa integração, da vida, trabalho e conservação pauta-se pelo respeito aos diferentes seres: é próprio dos povos tradicionais que não separa sociedade e natureza. Em oposição ao tratamento dado pelo capitalismo industrial que os considera enquanto recurso natural a ser explorado. Cada povo possui técnicas, tecnologias e práticas diferenciadas no manejo dos recursos da biodiversidade, tais processos são marcados pela cultura de seus grupos sociais (CHAVES, 2016). Um marco desse reconhecimento é a obra "Mito Moderno da Natureza

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

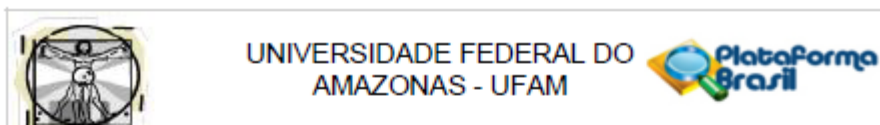
CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



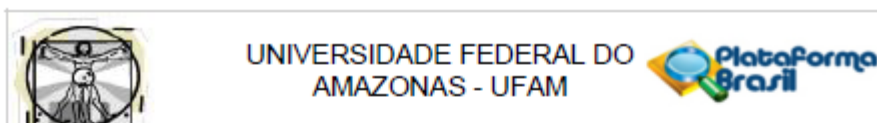
Continuação do Parecer: 6.122.008

Intocada" (DIEGUES, 1996), que critica à política preservacionista de implantação de áreas naturais protegidas com expulsão dos povos tradicionais "guardiões da conservação" no artigo 8j da Convenção da Diversidade Biológica, resultante da Conferência da ONU (Rio 92). Entender a relação que os ribeirinhos têm com a natureza é essencial para vislumbrar os caminhos do desenvolvimento, fundamentados no bem viver, nas relações comunidade-biodiversidade e nos princípios ordenadores da sustentabilidade no modo de vida ribeirinho. É mister a implementação de políticas públicas que apoiem os projetos autônomos, garantindo os direitos sociais desses povos. A relevância social e acadêmica a serem alcançadas com os resultados desta pesquisa apontam para iniciativas que abrangem um esforço investigativo direcionado para o estabelecimento de um efetivo diálogo, instrutivo e pedagógico, na interação com as comunidades. Ao trazer à tona um diálogo qualificado e interpretativo sobre o desenvolvimento local, que (de)marca os domínios das comunidades ribeirinhas, no reconhecimento de que seus saberes detêm importante papel na conservação da biodiversidade, essa tarefa representa um investimento para disponibilizar para as instituições públicas na região ferramentas de políticas públicas para o desenvolvimento, centrado nas potencialidades, habilidades e experiências dos ribeirinhos, sob o compromisso de desenvolver um conjunto de ações focadas na melhoria da qualidade de vida destes. Vale destacar que a modelagem desta proposta é fruto de interação prévio com as comunidades selecionadas, numa sondagem de seus interesses e necessidades, e, portanto, esta proposta resulta do diálogo estabelecido com os comunitários, no qual foi esclarecido que a implementação da pesquisa dependeria de obtenção de recursos.

Hipótese: A hipótese principal é que identificaremos práticas sustentáveis de manejo dos recursos naturais nas comunidades ribeirinhas estudadas no Amazonas, visto que essas populações são reconhecidas pelo baixo impacto ambiental em suas práticas de manejo.

Metodologia Proposta: A orientação metodológica do processo de pesquisa será por meio da Metodologia Inter-Ação, fundamentada na pesquisa-ação (THIOLLENT, 2004), na qual os participantes estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo. A metodologia Inter-Ação busca promover a participação de técnicos, pesquisadores e comunitários, inserindo-os no processo investigativo, bem como na proposição e concretização de ações, articulando o saber popular com o saber científico, visando potencializar as ações já desenvolvidas pelos produtores rurais, privilegiando a adoção de técnicas que possibilitem o fortalecimento da autonomia social, produtiva e organizativa. Na pesquisa serão utilizados dados de natureza quanti-qualitativa, que

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



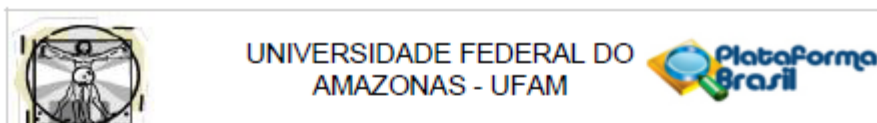
Continuação do Parecer: 6.122.008

conforme Lakatos e Marconi (2001). Os dados serão coletados através de pesquisa bibliográfica, documental e nas comunidades. Será elaborada e preenchida uma ficha sobre a infraestrutura das comunidades estudadas. Quanto aos procedimentos técnico-operativos estes abrangem técnicas e instrumentais de abordagem: grupal, como dinâmicas de grupos, observação participante; grupo focal; individual, com formulário semiestruturado, registro em caderno de campo das conversas semi-informais com os comunitários; registro fotográfico e fonográfico. Assim, será realizada a observação direta e sistemática das formas de manejo dos recursos naturais pelos comunitários. Além de dinâmicas que contribuam com a coleta de dados através dos informantes. Como instrumentais da pesquisa, temos: (1) formulários semiestruturados: utilizados para realizar o diagnóstico sobre o modo de vida, as práticas sustentáveis de manejo da biodiversidade e em relação ao desenvolvimento local; (2) conversa semiinformal: momento de interação e diálogo com sujeitos-chave da pesquisa para obter informações pertinentes ao estudo. Esta técnica possibilita, principalmente, enriquecer as informações de base qualitativa. (3) observação participante: visa identificar questões pertinentes referentes às formas de organização e gestão do trabalho, relacionamentos e construção de parcerias, dentre outros. (4) grupo focal: este procedimento está diretamente ligada a interação grupal, favorecendo a coleta de dados, a troca de experiências a partir de uma relação de maior qualidade e proximidade com os sujeitos, facilitando as descobertas e o incentivo a participação (RESSEL et al, 2008). A pesquisa será orientada pela amostragem não-probabilística intencional ou seletiva. Neste modelo de amostragem, visando à aquisição de dados relevantes para o estudo, os pesquisadores buscam identificar um conjunto de casos representativos da população estudada, para tal são selecionados informantes-chaves que possam fornecer informações significativas para a montagem do quadro de indicadores que interessem a pesquisa (SORIANO, 2004). Neste trabalho, os sujeitos da pesquisa que servirão como informantes-chave são aqueles reconhecidos como representantes dos grupos domésticos familiares e as lideranças formais e informais. Os dados coletados e analisados irão possibilitar as informações acerca das formas de manejo dos recursos locais no âmbito das comunidades ribeirinhas, pelas famílias envolvidas na pesquisa, e captar a dinâmica de desenvolvimento local, pautado pela lógica sociocultural do *modus vivendi*, dos povos tradicionais ribeirinhos.

Critério de Inclusão:

Na pesquisa serão selecionados informantes-chaves para responder aos formulários semiestruturados e para as conversas semi-informais, de modo que possam fornecer informações significativas para a montagem do quadro de indicadores que interessem a pesquisa. Neste caso,

Endereço: Rua Teresina, 4950
 Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070
 UF: AM Município: MANAUS
 Telefone: (92)3305-1181 E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.122.008

os informantes-chave são aqueles reconhecidos como representantes dos grupos domésticos familiares e as lideranças formais e informais das comunidades.

Critério de Exclusão: A pesquisa não será realizada com menores de idade ou com aqueles que se recusarem a preencher o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Metodologia de Análise de Dados:

Após a coleta dos dados, será realizada a organização e sistematização dos dados com geração de gráficos (SMART). A análise será procedida através de eixos temáticos, a serem construídos de acordo com alguns temas definidos no roteiro da entrevista e conforme emergirem nos discursos, e tomando como referência os indicadores do estudo.

Desfecho Primário: Não se aplica.

Tamanho da Amostra no Brasil: 50

Haverá uso de fontes secundárias de dados (prontuários, dados demográficos, etc)? Não

ID Grupo Nº de Indivíduos Intervenções a serem realizadas Grupos em que serão divididos os participantes da pesquisa neste centro Comunidades - Puraquequara Entrevistas, conversas semi-formais, grupos focais e observação participante 25 Comunidades - Caapiranga Entrevistas, conversas semi-formais, grupos focais e observação participante 25

Informe o número de indivíduos abordados pessoalmente, recrutados, ou que sofrerão algum tipo de intervenção neste centro de pesquisa: 50

O Estudo é Multicêntrico no Brasil? Não

Propõe dispensa do TCLE? Não

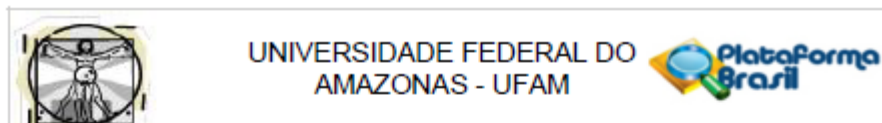
Haverá retenção de amostras para armazenamento em banco? Não

Manter sigilo da íntegra do projeto de pesquisa: Não

Objetivo da Pesquisa:

Analisar a dinâmica da relação com a biodiversidade no plano de desenvolvimento, sob os parâmetros da sustentabilidade, nas comunidades ribeirinhas no Amazonas.

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM Município: MANAUS	
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.122.008

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

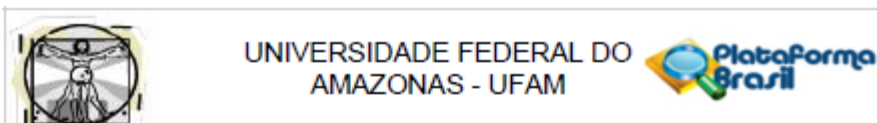
Riscos: Nesta pesquisa os riscos para os participantes são: riscos psicológicos tais como tristeza, estresse ou desconforto em relação as perguntas realizadas tendo em vista a motivação das lembranças de suas vivências. Quando esses riscos forem identificados ou manifestados, será indispensável a suspensão da atividade.

Benefícios: Alguns dos benefícios esperados são: Empoderamento a partir da ampliação dos canais de participação e protagonismo social dos comunitários pela socialização dos saberes gerados pelo projeto ao oportunizar debates sobre a organização sociopolítica junto às instituições e o acesso aos bens e serviços sociais (educação, saúde, assistência técnica e social, previdência e outros); Identificação de práticas sustentáveis que replicadas possam auxiliar na redução de custos de processos, produtos e serviços; Disseminação de informação e adesão a novos mercados (mercados justos, internos externos), tomando produtos e serviços existentes acessíveis a novos grupos de consumidores; Multiplicação de tecnologias e técnicas oriundas da união e interação dos saberes tradicionais e técnico-científicos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e associados; Transferências e/ou compartilhamento de conhecimentos técnicos produzidos para as comunidades envolvidas no estudo para produção de Tecnologias Sociais e Empreendimentos Sociais; Produção de subsídios para capacitação e instrumentalização dos associados para potencialização dos empreendimentos sociais; Produção de material didático pedagógico e contextualizado, baseado nas referências dos comunitários, seus saberes tradicionais, para ser utilizado pelos professores e alunos das escolas comunitárias para enfrentamento da exclusão social pela socialização de saberes; Replicabilidade e socialização das técnicas e dos saberes produzidos para o desenvolvimento de comunidade com organização sociocultural similares.

Riscos: Nesta pesquisa os riscos para os participantes são: riscos psicológicos tais como tristeza, estresse ou desconforto em relação as perguntas realizadas tendo em vista a motivação das lembranças de suas vivências. Quando esses riscos forem identificados ou manifestados, será indispensável a suspensão da atividade.

Benefícios: Alguns dos benefícios esperados são: Empoderamento a partir da ampliação dos canais de participação e protagonismo social dos comunitários pela socialização dos saberes gerados pelo projeto ao oportunizar debates sobre a organização sociopolítica junto às instituições e o

Endereço: Rua Teresina, 4950	
Bairro: Adrianópolis	CEP: 69.057-070
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



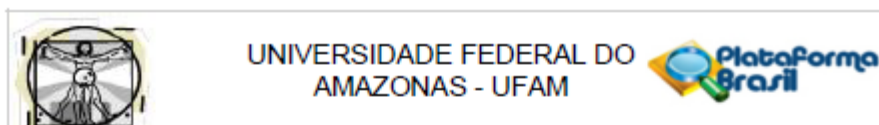
Continuação do Parecer: 6.122.098

acesso aos bens e serviços sociais (educação, saúde, assistência técnica e social, previdência e outros); Identificação de práticas sustentáveis que replicadas possam auxiliar na redução de custos de processos, produtos e serviços; Disseminação de informação e adesão a novos mercados (mercados justos, internos externos), tornando produtos e serviços existentes acessíveis a novos grupos de consumidores; Multiplicação de tecnologias e técnicas oriundas da união e interação dos saberes tradicionais e técnico-científicos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e associados; Transferências e/ou compartilhamento de conhecimentos técnicos produzidos para as comunidades envolvidas no estudo para produção de Tecnologias Sociais e Empreendimentos Sociais; Produção de subsídios para capacitação e instrumentalização dos associados para potencialização dos empreendimentos sociais; Produção de material didático pedagógico e contextualizado, baseado nas referências dos comunitários, seus saberes tradicionais, para ser utilizado pelos professores e alunos das escolas comunitárias para enfrentamento da exclusão social pela socialização de saberes; Replicabilidade e socialização das técnicas e dos saberes produzidos para o desenvolvimento de comunidade com organização sociocultural similares.

Riscos: Nesta pesquisa os riscos para os participantes são: riscos psicológicos tais como tristeza, estresse ou desconforto em relação as perguntas realizadas tendo em vista a motivação das lembranças de suas vivências. Quando esses riscos forem identificados ou manifestados, será indispensável a suspensão da atividade.

Benefícios: Alguns dos benefícios esperados são: Empoderamento a partir da ampliação dos canais de participação e protagonismo social dos comunitários pela socialização dos saberes gerados pelo projeto ao oportunizar debates sobre a organização sociopolítica junto às instituições e o acesso aos bens e serviços sociais (educação, saúde, assistência técnica e social, previdência e outros); Identificação de práticas sustentáveis que replicadas possam auxiliar na redução de custos de processos, produtos e serviços; Disseminação de informação e adesão a novos mercados (mercados justos, internos externos), tomando produtos e serviços existentes acessíveis a novos grupos de consumidores; Multiplicação de tecnologias e técnicas oriundas da união e interação dos saberes tradicionais e técnico-científicos desenvolvidos pelo grupo de pesquisa e associados; Transferências e/ou compartilhamento de conhecimentos técnicos produzidos para as comunidades envolvidas no estudo para produção de Tecnologias Sociais e Empreendimentos Sociais; Produção de subsídios para capacitação e instrumentalização dos associados para

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.122.098

potencialização dos empreendimentos sociais; Produção de material didático pedagógico e contextualizado, baseado nas referências dos comunitários, seus saberes tradicionais, para ser utilizado pelos professores e alunos das escolas comunitárias para enfrentamento da exclusão social pela socialização de saberes; Replicabilidade e socialização das técnicas e dos saberes produzidos para o desenvolvimento de comunidade com organização sociocultural similares.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa: EDITAL N. 005/2022 - HUMANITAS – CT&I FAPEAM

Caráter: acadêmico.

Patrocínio – Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Amazonas.

País de origem – Brasil;

Nº de participantes – 50

Entrevistas, conversas semi-formais, grupos focais e observação participante

Equipe da pesquisa:

885.077.422-20 Camila Fernanda Pinheiro do Nascimento

703.602.232-90 LORENA LISBOA ALVES

127.952.082-53 Miriam da Silva Rocha

357.545.878-21 Diego Ken Osoegawa

016.454.562-00 LUANA DA SILVA RIBEIRO

558.570.862-72 SUSY RODRIGUES SIMONETTI

Centros de Pesquisas – município de Manaus - comunidade Puraquequara.

Comunidade localizada no município de Caapiranga.

Previsão de início do estudo: junho de 2023.

**Ressaltamos a necessidade de atualizar o cronograma, visto que o sistema CEP/CONEP não analisa protocolos em andamento ou finalizados.

Endereço: Rua Teresina, 4950

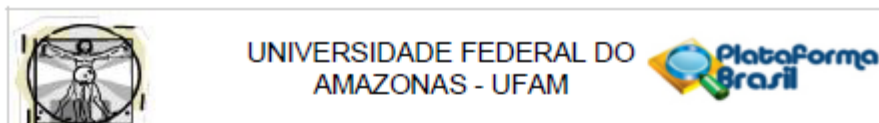
Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.122.008

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

*Folha de rosto – apresentada e adequada, com todas as informações e assinatura, conforme as recomendações da Resolução 466/2012;

*Instrumental de pesquisa – apresentado e adequado.

*Projeto de pesquisa – apresentado e inadequado.

Para que o projeto esteja em conformidade com as normativas das resoluções 466/2012 e 510/2016 é preciso ser apresentado com logotipo e cabeçalho da instituição proponente e da financiadora. Inclusive todas as informações expressas no formulário da plataforma Brasil, sobretudo o tratamento ético da pesquisa, faz-se necessário inserir no projeto.

Termo de anuência das instituições participantes – apresentados e inadequados.

O termo de anuência deve ter cabeçalho e logotipo da instituição participante, se houver.

O documento apresentado (termo de anuência) tem o logotipo da Ufam e do Interação, o que invalida o documento, já que as lideranças da comunidade estão fornecendo anuência e não a universidade...

Favor apresentar novo termo de anuência em que conste as informações do projeto, a assinatura do líder, mas sem o logotipo e cabeçalho da Ufam.

*TCLE – apresentado e adequado.

O TCLE enviado está em conformidade com as resoluções sobre pesquisa com seres humanos vigentes.

Inclusive solicita-se que as informações do item "riscos" expresso no TCLE também sejam inseridas no formulário da Plataforma Brasil e do projeto de pesquisa.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

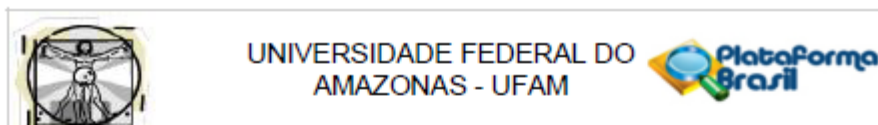
A proposta apresenta relevância social e científica no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, com tema atualíssimo de grande expressão no âmbito da pesquisa.

Os objetivos estão claros, os procedimentos metodológicos foram expostos, assim como os riscos e benefícios, critérios de inclusão e exclusão.

Entretanto, o Colegiado do Comitê de Ética em Pesquisa não pode proceder a aprovação visto que alguns pontos precisam ser reconfigurados, para que estejam em conformidade com as Resoluções 466/2012 e 510/2016 sobre Pesquisas com seres humanos no Brasil, conforme foi sinalizado nos itens "Comentários e Considerações sobre a Pesquisa", "recomendações" e "considerações sobre os termos de apresentação obrigatória".

Ressalta-se que os referidos termos fazem parte das exigências que fundamentam as pesquisas

Endereço: Rua Teresina, 4950	CEP: 69.057-070
Bairro: Adrianópolis	
UF: AM	Município: MANAUS
Telefone: (92)3305-1181	E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.122.098

com seres humanos no país, sobretudo as expressas na Resolução 466/2012 com as especificidades das áreas de Ciências Humanas e Sociais, que devem ser norteadas pela Resolução 510/2016, ambas aprovadas pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS).

No protocolo é importante deixar explícito também o compromisso do pesquisador em apresentar o relatório parcial da pesquisa e relatório final da pesquisa no formato de notificação (se for o caso), de acordo com a sinalização do Item "XI – d" da Resolução 466/2012, já que trata-se de uma pesquisa com seres humanos com a devida anuência do CEP (Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, a entrega dos relatórios parcial e final são exigências normativas.

Diante dos documentos ora apresentados ao Colegiado Multidisciplinar do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Amazonas, considera-se que a pesquisa ficará em situação de pendência, até a realização de segunda submissão com as reconfigurações solicitadas.

SMJ

É o parecer.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2120158.pdf	25/04/2023 18:04:42		Aceito
Folha de Rosto	FolhadeRosto_PlataformaBrasil.pdf	25/04/2023 18:03:50	MARIA DO PERPETUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TermodeAnuencia_Puraquequara.pdf	24/04/2023 10:41:37	MARIA DO PERPETUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	Termoanuencia_Caapiranga1.pdf	24/04/2023 09:47:58	MARIA DO PERPETUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES	Aceito
Outros	Formulariosemiestruturado.pdf	20/04/2023	MARIA DO	Aceito

Endereço: Rua Teresina, 4950

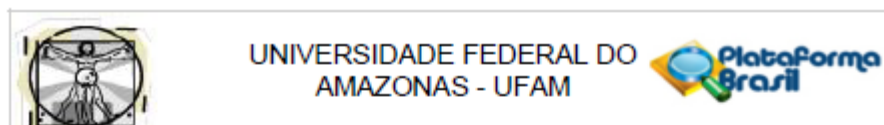
Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com



Continuação do Parecer: 6.122.098

Outros	Formulariosemi estruturado.pdf	14:56:40	PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/04/2023 14:55:53	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	20/04/2023 14:55:28	MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO RODRIGUES CHAVES	Aceito

Situação do Parecer:

Pendente

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 16 de Junho de 2023

Assinado por:
Eliana Maria Pereira da Fonseca
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Teresina, 4950

Bairro: Adrianópolis

CEP: 69.057-070

UF: AM

Município: MANAUS

Telefone: (92)3305-1181

E-mail: cep.ufam@gmail.com

ANEXO C - FORMULÁRIO SEMIESTRUTURADO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
 Grupo Interdisciplinar de Estudos Socioambientais e Desenvolvimento de
 Tecnologias Sociais Na Amazônia – Grupo Inter-Ação
**Projeto: Desenvolvimento Local & Sustentabilidade: manejo dos recursos naturais em
 comunidades ribeirinhas no Amazonas/UFAM/FAPEAM.**

Data: __/__/__ Comunidade: _____ Pesquisador _____

I. IDENTIFICAÇÃO DO INFORMANTE:

1. Nome/Identificação: _____

2. Idade:

() 15 a 19 anos () 30 a 39 anos () 20 a 24 anos () 25 a 29 anos () 40 a 49 anos
 () 50 a 59 anos () a partir de 60 anos

3. Comunidade em que nasceu: _____ Município: _____

Estado: _____ País: _____

4. Tempo (anos) de moradia na Comunidade: _____

5. Motivo para viver nesta comunidade: _____

6. Descrever a moradia/casa:

() Madeira () Alvenaria () Mista () Outros: _____
 () Própria () Alugada () de parentes () cedida por outros comunitários

7. Propriedade da terra/lote onde reside:

() Sim () Não () Outro: _____

8. Formação escolar:

() Não frequentou escola () foi alfabetizada em casa
 () Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo
 () Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo () Superior incompleto
 () Superior completo () Pós-Graduação incompleta
 () Outro: _____

9. Como é formado seu grupo familiar?

Grau de parentesco	Quantitativo	Idade aproximada

10. Qual a renda familiar mensal (soma da renda de todos da casa)?

() Menos de 02 salários-mínimos () 03 a 05 salários-mínimos
 () 06 a 08 salários-mínimos () Mais de 09 salários-mínimos



II. ORGANIZAÇÃO DA COMUNIDADE:

11. Existem organizações coletivas formada pelos comunitários? Se sim, quais?

Nome da organização	Tipo de atividade	O senhor(a) ou familiar participam? Qual função?

12. Relacionar as instituições municipal, estadual ou federal que atuam na comunidade:

Nome da Instituição	Quais os serviços que oferece?	O senhor(a) ou familiar recebe benefício? Qual?

III. PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS DOS RECURSOS NATURAIS LOCAIS:

13. Quais os recursos naturais que o seu grupo familiar faz manejo?

Marcar o Tipo de Recurso citar	Consumo Familiar (F) Comercialização (C)
<input type="checkbox"/> Cultivo	
<input type="checkbox"/> Agricultura	
<input type="checkbox"/> Horta	
<input type="checkbox"/> Extrativismo	
<input type="checkbox"/> Pesca	
<input type="checkbox"/> Caça	
<input type="checkbox"/> Artesanato	
<input type="checkbox"/> Outros:	

14. O que a sua família faz com o lixo caseiro?



15. O que a sua família faz com os restos dos cultivos?

APÊNDICE

APÊNDICE A – PRODUÇÕES CIENTÍFICAS

Publicações científicas durante a execução do projeto	CHAVES, M. P. S. R.; RIBEIRO, L. S.; MELO, A. P. P. Organização sociocultural dos povos tradicionais da Amazônia. Revista Ethne. , v.2, p.6 - 20, 2023. Palavras-chave: Comunidades tradicionais, Sociobiodiversidade, Cultura. Meio de divulgação: Meio digital. Home page: https://anais.unievangelica.edu.br/index.php/ethne/article/view/11025
	CHAVES, M. P. S. R.; RIBEIRO, L. S. Sustentabilidade e Modo De Vida dos Povos Tradicionais na Amazônia In: Sustentabilidade na Amazônia: interações, práticas e aprendizados.1 ed.Manaus-AM/São Paulo-SP: EDUA; ALEXA CULTURAL, 2023, v.1, p. 1-228. Palavras-chave: Amazônia, Comunidade Riberinha. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Meio digital, ISBN: 9788554673482
	CHAVES, M. P. S. R.; MEIRELLES, C. R. M.; SIMONETTI, S. R.; RIBEIRO, L. S. Moradias em Comunidades Ribeirinhas na Amazônia: demandas de políticas públicas afirmativas para a qualidade de vida In: Ações Afirmativas de Cidadania na Amazônia: interações e complexidades.1 ed. MANAUS-AM/ SÃO PAULO: EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS - EDUA / ALEXA CULTURAL, 2022, v.1, p. 1-318. Palavras-chave: Comunidade Riberinha, Saúde Pública, Cidadania, Amazônia Áreas do conhecimento: Serviço Social. Referências adicionais: Brasil/Português. Meio de divulgação: Vários, ISBN: 9788554672126